

GUILHERME RANOYA

***BIOPOLÍTICA, COMUNICAÇÃO E O
PODER PASTORAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Estudo dos Meios e da Produção Mediática, Linha de Pesquisa Comunicação Impressa e Audiovisual, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Wilton de Sousa.

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Assinaturas da Comissão Julgadora

Resumo

Este trabalho explora novas maneiras de se pensar os Meios de Comunicação de Massa, suas relações de poder e sua relevância social. Através da filosofia de Michel Foucault, Gilles Deleuze e muitos outros pensadores que seguiram suas reflexões, adotando conceitos como Biopoder, Biopolíticas, Poder Pastoral, Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle, podemos obter novas perspectivas de como eles, os Meios de Comunicação, se inserem nas relações sociais, como operam, e como estão relacionados com a formação de um novo tipo de sujeito: o sujeito mediático.

Estes estudos são um passo importante para se constituir uma abordagem pós-estruturalista das ciências da comunicação, mas não se destinam a aproximar as teorias da comunicação da analítica pós-estrutural; o objetivo presente é de oferecer caminhos e ferramentas alternativas para se entender e/ou lidar com as relações produzidas através dos Meios de Comunicação.

Infelizmente, todo o conhecimento das Ciências da Comunicação foi produzido sob o prisma estruturalista, e portanto, estabelecer uma nova abordagem neste campo é uma tarefa delicada já que todas as referências disponíveis não são adequadas a esta outra epistemologia.

Neste contexto, a presente pesquisa se resume a um estudo introdutório sobre como abordar a comunicação mediática de forma pós-estrutural.

Palavras-chave

Biopoder – Biopolíticas – Poder Pastoral – Sociedade Disciplinar – Sociedade de Controle – Meios de Comunicação de Massa – Comunicação Mediática – Pós-Estruturalismo – Michel Foucault – Gilles Deleuze

Abstract

This work explore a new way of thinking about the mass media, it's power and social relevance. Throught the philosophy of Michel Foucault, Gilles Deleuze and their followers, using concepts as Biopower, Biopolitics, Pastoral Power, Disciplinary Society and Society of Control, we can get a different perspective about what mass communication means to the society, how it works, and how deep mass media is related to the formation of a new kind of self: the mediatic self.

These studies are an important step to reach a post-structuralistic approach of communication sciences, and are not intended to build bridges between communication theories and post-structural analytics, but to offer alternative paths and tools to understand, and to deal with the relationships and effects produced in conjunction with the mass media.

Unofortunately, all the knowledge about communication sciences are in the estructuralistic form. Estabilishing a new approach to it is a very delicate task once all the reference avaiable is not exactly suitable. This, in fact, is only an introductory work in this issue.

Keywords

Biopower – Biopolitics – Pastoral Power – Disciplinary Society – Society of Control – Mass Media – Mass Communication – Post-Structuralism – Michel Foucault – Gilles Deleuze

Sumário

1. Introdução	1
1.2 Programa e Metodologia.....	5
2. Terminologias e Conceitos Pós-Estruturais	12
2.1 Biopolítica.....	12
2.1.1 Interpretação: A Política no Pós-Estruturalismo.....	19
2.2 Tecnologias da Disciplina (Poder Disciplinar, Anatomopolíticas e Sociedade Disciplinar).....	33
2.2.1 Instituições de Confinamento.....	36
2.2.2 Interpretação: A Importância da Disciplina, das Instituições de Confinamento e das Biopolíticas para se Pensar os Meios de Comunicação de Massa.....	39
2.3 Sociedade de Controle.....	47
2.3.1 Interpretação: Os Meios de Comunicação de Massa e seu Vínculo com a Sociedade de Controle.....	52
2.4 A Assinatura Biopolítica: O Poder Pastoral.....	56
3. Os Meios de Comunicação de Forma Pós-Estrutural	59
3.1 A Formação das Sociedades de Controle: Profilaxia Radical e os Limites da Biopolítica.....	59
3.2 As Empresas Informativas: Origens.....	67
3.3 A Neutralidade da Informação: Novos Posicionamentos.....	70
3.4 Máquinas Desejantes pelos Meios de Comunicação.....	73
4. Desconstrução Comunicacional: Sujeito, Dispositivo e Espaço Mediático	80
4.1 Espaço Mediático.....	80
4.2 Dispositivo Mediático.....	84
4.3 Sujeito Mediático.....	86
5. Ferramentas da Comunicação	91
6. Conclusão	95
7. Bibliografia	100

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as relações do poder pastoral exercidos pelos Meios de Comunicação de Massa. O poder pastoral se caracteriza pelas relações de poder existentes entre o pastor e seu rebanho, como estudadas por autores como Nietzsche, Foucault, Deleuze e Guattari, e que tomam forma apoiados em uma necessidade social de prevenção contra os perigos imprevistos que o mundo, a natureza ou o próprio homem representam.

Do século XIX aos dias atuais, esta relação de poder foi exercida por agentes/instituições diferentes. Desde os últimos quarenta anos do século XX, notamos a presença dos Meios de Comunicação de Massa dentre estas instituições, em uma intensidade que rivalizaria com a do próprio Estado. Chamados muitas vezes de “quarto poder”, nos parece imprescindível analisar esta relação, contudo, as ferramentas de análise deixadas pelos autores citados foram raramente utilizadas para abordar os Meios de Comunicação de Massa e sua relação com a sociedade. É também sabido que o pensamento destes autores se afasta da matriz epistemológica conhecida como Estruturalismo, da qual as Teorias de Comunicação mais difundidas (a Teoria Funcionalista Norte-Americana, a Teoria Crítica Alemã, os Estudos Culturais Ingleses e os Estudos de Recepção Latino-Americanos) são fruto ou se apóiam substancialmente.

Fica claro desta forma que o percurso investigativo proposto não tem como se apoiar em estudos prévios, entrando em um campo inexplorado em Comunicação. Trata-se de uma tarefa árdua cujos diálogos entre o que se conhece em Comunicação e o que se possui do Pós-Estruturalismo¹ dificilmente podem ser feitos, já que têm raízes interpretativas díspares, ou muitas vezes antagônicas.

É principalmente a partir do trabalho de Michel Foucault e sua maneira de abordar as micro-relações entre os sujeitos, as instituições e o Estado, que somos levados a um

¹ Por Pós-Estruturalismo entendemos a corrente filosófica francesa que renovou o pensamento Nietzscheano durante o século XX, tendo seus maiores expoentes em Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari e Jacques Derrida. Segundo Michael Peters, “podemos dizer que o termo é um rótulo [...] para descrever uma resposta distintivamente filosófica ao estruturalismo que caracterizava os trabalhos de Claude Lévi-Strauss (antropologia), Louis Althusser (marxismo), Javques Lacan (psicanálise) e Roland Barthes (literatura).” (2000:28); “A genealogia do pós-estruturalismo Frances tem que ser compreendida, em parte, por suas filiações com o pensamento de Nietzsche. Em particular, com sua crítica da verdade e sua ênfase na pluralidade da interpretação;” (2000:32)

problema de pesquisa: se os hospitais, as prisões, os manicômios e as escolas desempenham um papel crítico para prevenção dos perigos que rondam uma sociedade (em especial o perigo que o próprio homem representa), não desempenhariam papel semelhante os Meios de Comunicação de Massa?

Foucault, ao investigar estas instituições, o fazia enquanto as declarava mortas. Já não mais funcionavam nestes moldes, e a atualização de suas pesquisas acaba sendo feita por Deleuze, infelizmente, em um artigo publicado após sua morte.

Ambos talham os conceitos de Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle respectivamente, para descrever e qualificar as relações, os funcionamentos, e as maneiras pelas quais as sociedades modernas estariam organizadas, dentro deste novo campo epistemológico que posteriormente acaba reconhecido como Pós-Estruturalismo². Apesar de nenhuma obra destes autores ter abordado os dois conceitos concomitantemente, a idéia de Sociedade de Controle, segundo seu próprio inventor, seria uma evolução histórica da Sociedade Disciplinar. Deleuze teria se apoiado nas formulações deixadas pelo colega para destilar os mecanismos e tecnologias de um regime contemporâneo, pelo qual o regime antecessor tornou-se praticamente obsoleto.

Estas duas formações sociais são tratadas por todos os pesquisadores que se apóiam nos trabalhos de Foucault ou de Deleuze³ como uma sucessão histórica, mesmo tendo sido criadas por autores diferentes. É praticamente um consenso que, mesmo observadas as consideráveis diferenças do pensamento de Deleuze para o pensamento de Foucault, a Sociedade de Controle deve ser entendida como uma evolução da Sociedade Disciplinar, entendendo-se esta sucessão ou evolução não como a simples extinção de um dos regimes e sua substituição pelo outro, mas como uma sobreposição do primeiro com uma série de dispositivos semelhantes aos seus próprios, que, aperfeiçoados, adquiriram mais fluidez, eficiência e precisão, possibilitando então novas relações sociais e agenciamentos impraticáveis tão somente no primeiro.

² Ver quadro em MARCONDES Filho, Ciro: **O espelho e a máscara - o enigma da comunicação no caminho do meio**. São Paulo: Discurso editorial, 2002. Pg.187.

³ Citamos aqui Paul Rabinow e Hubert Dreyfus, Toni Negri e Michael Hardt, Nikolas Rose, Giorgio Agamben, além dos diversos pesquisadores espalhados em núcleos acadêmicos ao longo das universidades brasileiras, em especial da PUC/SP, Unicamp, UFRJ, UFRGS.

Mesmo criada por Deleuze no "*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle"⁴, ficou a cargo de diversos autores que deram continuidade ao seu trabalho o desenvolvimento de seu conceito. Coube ao autor dar o “pontapé inicial”, e proporcionar inúmeros questionamentos vívidos também nesta investigação sobre o que seria a Sociedade de Controle e em quê ela iria se transformar. Responder a todos estes questionamentos poderia ser considerado um projeto para pesquisa de uma vida inteira. Aqui nos concentraremos apenas em responder sobre uma pequena parte que são os processos de comunicação mediática, isto é, a relação entre os Meios de Comunicação de Massa e a sociedade, sua atuação ou sua inscrição em uma Biopolítica, explorando com isto os limites do que Foucault veio a chamar de “poder pastoral”, melhor descrito em capítulo posterior.

Para o problema estabelecido – os Meios de Comunicação de Massa desempenhariam um papel de prevenção social equivalente ao das Instituições de Confinamento (hospitais, prisões, escolas, etc.) na quimera que Deleuze chamou de Sociedade de Controle – oferecemos a hipótese de que, sem eles, não há nem haveria Sociedade de Controle, sendo além de seus mecanismos previdenciários, agentes atuantes no processo de mudança da Sociedade Disciplinar para a seu estágio atual. Apoiamos inicialmente esta hipótese em alguns poucos indícios:

1) **políticas de massa**: tanto a Sociedade Disciplinar, quanto a Sociedade de Controle são, de forma bastante reduzida, novas políticas para se lidar com o que representa uma população⁵. Contiguamente, como seu próprio nome já evidencia, os Meios de

⁴ In DELEUZE, Gilles: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1998.

⁵ Adotamos para isso como argumento, a mesma lógica utilizada por Foucault para estudar as transformações nas técnicas de punir: “Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. Em resumo, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir: tais são sem dúvida as razões de ser essenciais da reforma penal no século XVIII” (FOUCAULT, 1987:82) – “A conjuntura que viu nascer a reforma não é portanto a de uma nova sensibilidade; mas a de outra política em relação às ilegalidades” (FOUCAULT, 1987:76).

Comunicação de Massa são também instrumentos/dispositivos⁶ para se conduzir ou obter efeitos de uma população ou massa.

2) **nascimento e desenvolvimento**: o nascimento e desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa coincide com o período em que as Sociedades Disciplinares entram em decadência⁷; Especialmente ao se tratar do Rádio e da Televisão, cujo desenvolvimento expandiu-se vertiginosamente sobre as massas no século XX, encontramos o período de nascimento e consolidação das Sociedades de Controle.

3) **pulverização**: uma das características mais marcantes descritas por Deleuze sobre as Sociedades de Controle, como será detalhado em capítulo posterior, são os dispositivos que perderam seu teor tangível e concreto e pulverizaram-se ao longo de todo o sistema social, dispersos. Esta dispersão e pulverização é bastante comum aos Meios de Comunicação Audiovisuais, e encontra funcionamento, no mínimo, em plena concordância junto a eles.

Estes três fatores relacionados nos fornecem pistas de que, talvez, os Meios de Comunicação de Massa estejam imbricados no processo de nascimento da Sociedade de Controle. É com esta hipótese que justificamos a necessidade de pesquisa pós-estruturalista sobre o campo da Comunicação (já que sem ela, esta investigação poderia localizar-se no campo da Sociologia) como também a metodologia escolhida para conduzi-la. Abordá-la de forma Pós-Estrutural não significa negar, rejeitar ou oferecer uma verdade mais válida que aquelas oferecidas pelas Teorias da Comunicação, mas tão somente oferecer outras possibilidades analíticas sobre o campo que estejam alinhadas com uma forma diferente de pensar a sociedade e suas relações, ou seja, fornecer meios para que novas possibilidades sejam também exploradas em uma ciência ainda muito recente.

⁶ Há uma grande distinção em termos Pós-Estruturais do que se constitui um instrumento e do que se constitui um dispositivo. Deixaremos esta distinção conceitual para o capítulo que tratará da terminologia pós-estrutural. Contudo é importante frisar que não são conceitos intercambiáveis, e que os utilizamos neste ponto da dissertação sem o justo rigor.

⁷ “Foucault situou as *sociedades disciplinares* no séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. [...] Mas o que Foucault também sabia era da brevidade deste modelo: ele sucedia às *sociedades de soberania* cujo objetivo e funções eram completamente diferentes [...] as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser.” (DELEUZE, 1998: 219).

1.2 PROGRAMA E METODOLOGIA

A primeira etapa desta pesquisa deu-se em âmbito epistemológico, para o entendimento do que significaria uma investigação e seus subprodutos na forma pós-estrutural. Esta pode ser considerada uma fase crucial, uma vez que os objetos abordados (Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle, Biopolítica, Biopoder, Poder Pastoral, etc.) são conceitos talhados e desenvolvidos sob a forma pós-estrutural, sendo assim, funcionam e precisam ser pensados, para o rigor proposto em uma pesquisa científica, dentro de seu próprio contexto epistemológico.

A metodologia adotada para explorar o processo de passagem entre as duas formações, em conformidade a tal epistemologia, foi o método genealógico⁸, que consiste em uma investigação rumo às origens, construindo uma história do objeto investigado sem referenciar-se a uma significação ulterior e transcendente do mesmo, entenda-se, uma investigação rumo às origens sem buscar nelas uma “forma verdadeira”, uma “raiz explicativa” ou uma “racional pura” do objeto investigado. “A genealogia não se opõe à história como a visão ativa e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista⁹; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’” (FOUCAULT, 2002:16). O termo “origem” grifado por Foucault neste caso, refere-se a “origem” com sentido de fonte explicativa. A pesquisa genealógica realizada nesta pesquisa – certamente insignificante se comparada a qualquer um dos trabalhos realizados por Foucault – acabou se demonstrando insuficiente para dar conta do problema, não pelo método em si e seu produto, mas por que exigiria a análise de múltiplas fontes, suas avaliações e um material histórico de análise consideravelmente maior do que o que foi utilizado aqui. Seria necessário analisar em paralelo tanto a história dos Meios de Comunicação quanto a história e evolução das organizações privadas na sociedade, a história dos valores morais

⁸ Rigorosamente, o termo mais adequado seria método arqueogenealógico, uma vez que realiza a arqueologia de saberes e a genealogia de poderes. Este é o método adotado por Foucault em suas obras posteriores a “Arqueologia do saber” e “As palavras e as coisas”. Contudo, este método é geralmente referenciado como “genealogia” simplesmente. Para mais referências sobre o método arqueogenealógico, ver ARAÚJO, Inês Lacerda: “Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault” in Revista Aulas N.3 – Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), 2006.

⁹ N.A.: Neste trecho, Foucault refere-se como cientistas os Historiadores, e que a distinção do método genealógico não está nos olhares distintos da ciência e da filosofia (ou mesmo sua profundidade ou superficialidade) sobre a História.

e sociais e do próprio Estado, utilizando documentos que descrevessem práticas em cada um destes campos, em um local específico; Ao contrário, temos para cada uma destas categorias, um conjunto de conhecimentos “universais”, formulados a partir de interpretações de fenômenos (de comunicação, de administração, de filosofia, etc.) compilados a partir de saberes produzidos em locais muito diferentes (o pensamento crítico alemão, o pensamento de comunicação norte-americano, as ciências sociais francesas, como exemplos), como se incidissem e elucidassem exatamente um mesmo processo comum e idêntico a todos (a comunicação, a administração, a filosofia), e não houvesse diferença ou não se tratassem de objetos e práticas diferentes em cada local. Não nos é cabível aqui discussão sobre a pertinência ou não das verdades e saberes constituídos sobre estes campos e sua modelagem em forma de teorias universais (ou parcialmente universais) – mesmo sendo este o exato objeto de discussão do Pós-Estruturalismo. Cabe apenas demonstrar que, para uma genealogia rigorosa, tais conhecimentos seriam impróprios.

A busca do procedimento genealógico, mesmo que falho e incompleto, rendeu bons frutos. Proporcionou uma visão bastante distinta sobre objetos que compõem o processo de comunicação, ignorados ao menos no panorama nacional de pesquisa em comunicação, e também elementos e questionamentos que podem enriquecer as análises sobre Biopolítica e Biopoder nas Sociedades de Controle.

A segunda etapa da pesquisa foi direcionada à busca da origem do poder pastoral, mecanismo descrito por Foucault em seu texto “O Sujeito e o Poder” (Foucault, 1995) como origem da sua forma atual. Esta etapa exigiu uma passagem breve pela obra de Nietzsche que analisa a formação do cristianismo e uma forma de sujeição bastante específica que, se não pode ser chamada de *massa* por não ser contemporânea de nossa formação social, conserva possivelmente em si muitos dos elementos do que hoje constitui este tipo de sujeição. Os mecanismos do poder descritos em Nietzsche, além de controversos, também mostraram-se dispendiosos para abordar questões que não são nem de seu próprio tempo, tampouco de sua especificidade. Não que o pensamento do filólogo alemão não possa ser útil para analisar a questão dos Meios de Comunicação de Massa – ao contrário, ele o é, e talvez seja até profícuo nisto; mas este constituiria um problema integral de pesquisa para uma outra investigação.

Apesar de não termos elementos suficientes para demonstrar esta afirmação (por não ser este o problema no qual esta pesquisa acabou se focando), é possível conjecturar que os Meios de Comunicação tem sua formação primitiva (sua matriz) na Igreja judaico/cristã, com relação a seu papel social, as relações de poder e os processos de regulação que exercem. A igreja – desde a formação do cristianismo – poderia ser considerada neste viés como a primeira instituição/agente mediático, e sua relação com o rebanho, também proporcional à relação existente entre o sujeito e os Meios de Comunicação, poderia ser considerada como inauguradora da *relação mediática*. Abordaremos com detalhes em capítulo posterior os conceitos da instituição mediática e relação mediática, mas não iremos tratar das implicações da regressão deste conceito a momentos históricos anteriores.

Por fim, realizou-se originalmente uma busca sobre a história dos Meios de Comunicação de Massa nos séculos XIX e XX, tentando identificar nesta história as diversas maneiras pelas quais tal instituição atingiu sua expressividade em nossa sociedade. Esta busca foi, novamente, pautada por saberes inadequados a um pensamento eloquente e bem estruturado. Passamos tanto por teorias alemãs do pós-guerra, historicismos relacionando as transformações do Estado brasileiro e a instauração dos Meios de Comunicação no Brasil, vertentes que priorizam as relações de cultura globalizada como fonte explicadora das relações na comunicação universal, enfim, contextos absolutamente diferentes e tentativas de articular o problema da comunicação a agentes completamente diferentes (o capital, a cultura, o Estado). Apesar da riqueza da diversificação, este procedimento não se demonstrou produtivo para estabelecer um discurso conciso e preciso; muito pelo contrário, propiciou uma seqüência de generalizações ingratas às contribuições de grandes pensadores de nossos tempos e dignas das mais duras críticas. Corrigido este rumo, recortando especificamente uma análise sobre as relações entre a sociedade e os Meios de Comunicação de Massa, com base estritamente no pensamento dos Estudos Culturais Ingleses e dos Estudos de Recepção Latino-Americanos, dando ênfase mais a autores que evidenciam a importância de Michel Foucault e seus produtos em suas formulações (especificamente Stuart Hall e Jesús Martín-Barbero) e menos ao pensamento geral das escolas de comunicação que participam.

Para proceder com esta análise de forma coerente com o expediente pós-estruturalista, foram utilizados os conceitos próprios a constituição de uma Sociedade Disciplinar de

Anatomopolítica, Biopolítica e Instituições de Confinamento, também detalhados em capítulo posterior, utilizados para re-desenhar o conjunto de relações oferecidas por Hall e Martín-Barbero sobre os Meios de Comunicação de Massa.

Estes procedimentos resultaram na observação de mudanças sociais em conjunto a um agente social específico. Estas mudanças nas práticas e discursos sociais, nas formas como uma sociedade faz uso e faz funcionar instrumentos, dispositivos e instituições, constituem pequenos aspectos do deslocamento da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de Controle no contexto pós-estrutural.

O procedimento realizado para a presente investigação não exaure completamente o campo explicativo para todos os fenômenos e possíveis causadores do deslocamento entre os dois regimes em questão, mas é suficiente para cobrir nele o enquadramento de um conjunto de agentes, semelhantes e conjugados (os Meios de Comunicação de Massa).

Metodologicamente, a primeira etapa da pesquisa é necessária para delimitar o sistema de pensamento e as regras através das quais o objeto pode ou não pode ser abordado e/ou interditado; a segunda etapa da pesquisa serve para identificar e qualificar os princípios básicos de funcionamento e aquilo que está em jogo nas políticas mediáticas assim como nas relações de poder de sua ordem; por fim, a terceira etapa consiste em analisar as diferentes maneiras como as políticas mediáticas foram postas em prática a ponto de terem obtido caráter estratégico e intensa importância nas relações sociais, culminando como um dispositivo (assim como a vigilância, a sexualidade, entre outros), o que poderia caracterizar o nascimento da Sociedade de Controle.

Este estudo oferece contribuições tanto para a pesquisa em Comunicação como para a pesquisa em Ciências Sociais e Políticas. Ao que tange as Ciências da Comunicação, as contribuições são:

1) **introdução da noção Biopolítica nos processos comunicacionais**: este estudo introduz o conceito de Biopolítica para as análises de comunicação e demonstra sua relevância para tais. Os insumos Foucaultianos e Deleuzianos (este, no que tange a questão da Sociedade de Controle e seus processos) têm sido deixados de lado ou talvez simplesmente ignorados no pensamento de comunicação nacional. Os conceitos forjados

por tais pensadores diferem profundamente dos fundamentos sócio-políticos presentes na Escola Funcionalista Norte-Americana, da Escola Crítica Européia, tanto quanto dos Estudos Culturais Ingleses e dos Estudos de Recepção Latino-Americanos. Podemos iniciar esta observação percebendo que para Foucault, a noção de governo como um órgão ou organização que administra um Estado adquiriu esta forma somente a partir do século XVI¹⁰, e que se trata de uma forma bastante restrita de compreendê-lo se comparada a uma maneira de dirigir a conduta dos sujeitos, seja através de instituições, de uma organização, de dispositivos, ou realizado capilarmente pelos próprios sujeitos; onde a noção de poder encontra-se como uma relação pastoral e estratégica que se desenvolve entre sujeitos livres, como forma de governamentalidade e com o propósito de aprimorar a vida; e a noção de política abandona o caráter ideológico, e constitui-se como formulação e gestão de instituições, saberes-poderes, normalidades, anormalidades, regularidades, parâmetros de referência ou formas de existência, sendo reguladores necessários, desejados socialmente e consumidos subjetivamente por sujeitos para se constituírem como tal. Esta articulação formula o que se considera biopoder¹¹, e é consequência imediata de um dispositivo maior: a Biopolítica, que será detalhada em capítulo subsequente.

2) introdução dos conceitos de Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle ao expediente de pesquisa em Comunicação: em conjunto à Biopolítica, Foucault descreveu outro tipo de tecnologia do poder, que veio a chamar de poder disciplinar, posteriormente de anatomopolítica, e por fim constituiu como Sociedade Disciplinar. Este estudo contribui também ao introduzir estes conceitos (Sociedade Disciplinar e Sociedade de Controle) como objetos de investigação da Comunicação ao encontrar nos Meios de Comunicação de Massa possivelmente agentes imprescindíveis para a transformação de um regime noutro.

¹⁰ “O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’. Devemos deixar para este termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. [...] Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.” (FOUCAULT, 1995:244).

¹¹ In RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas: “Thoughts on the Concept of Biopower Today” in *Vital Politics: Health, Medicine and Bioeconomics into the Twenty First Century*. Londres: London School of Economics, 2003.

3) **alternativas epistemológicas e metodológicas para pesquisa em Comunicação:** como uma primeira aproximação das pesquisas de Comunicação dirigidas à investigações sobre as relações entre os Meios de Comunicação de Massa e a sociedade, ao expediente e pensamento pós-estruturalista, introduz-se através deste estudo uma via alternativa para realizar análises mediáticas, até o presente momento inéditas, para além das já bem conceituadas formas de investigação e pesquisa científica que o campo já está provido. Ao lidar com conceitos como Sociedade Disciplinar, Sociedade de Controle, Biopolítica, Biopoder, Anatomopolítica, dentre tantos outros que serão cuidadosamente expostos, oferece-se uma base conceitual inicial para a pesquisa pós-estrutural em comunicação.

4) **construção dos conceitos de sujeito mediático, espaço mediático, políticas mediáticas e dispositivos mediáticos:** como subproduto da análise da evolução do regime disciplinar e dos Meios de Comunicação de Massa sob o prisma pós-estrutural, propõe-se a idéia geral de políticas mediáticas como o conjunto de relações de poder ou o mecanismo pastoral exercido entre os agentes mediáticos (que na contemporaneidade assumem a forma de Meios de Comunicação de Massa) e aqueles que se ligam à eles para se constituírem como sujeitos. Estas relações caracterizam, na contemporaneidade, o funcionamento dos Meios de Comunicação como um dispositivo, semelhante às instituições de confinamento propostas por Foucault, cuja atuação se dava em talhar e lapidar as subjetividades e constituir um sujeito dócil e útil para a sociedade. As políticas e dispositivos mediáticos, como produto propositivo deste estudo (detalhados no 3º capítulo), são alternativas a construtos como mediações ou recepção mediática em âmbito pós-estrutural.

Além destes conceitos propostos e oferecidas pelo estudo, os quais podem também ser úteis às Ciências Políticas e Sociais, a pesquisa lhes oferece as seguintes contribuições:

5) **enquadramento dos Meios de Comunicação de Massa como problemática Biopolítica:** os usos e usufrutos dos Meios de Comunicação sempre foram qualificados como um problema político, mas permanece em relação a eles um hiato sobre como tratá-los em termos Biopolíticos. Esta pesquisa responde a esta questão e preenche esta lacuna.

6) **pistas para o entendimento da Sociedade de Controle:** ao se acompanhar as mutações nas políticas mediáticas, e as transformações sobre os Meios de Comunicação

de Massa, esta pesquisa oferece um traçado valioso, mesmo que incompleto, das formas e mecanismos pelos quais se constituiu a Sociedade de Controle. Verificar sua formação histórica, pelo que institui o pensamento pós-estruturalista, é condição *sine qua non* para compreender seus efeitos e as maneiras como suas relações de poder são postas em exercício.

Apresentados os percalços metodológicos, o programa realizado e as contribuições oferecidas pelo estudo, seguimos na exposição do expediente conceitual pós-estrutural.

2. TERMINOLOGIAS E CONCEITOS PÓS-ESTRUTURAIIS

Este capítulo se destina a expor e discutir uma série de conceitos e terminologias adotadas ou cunhadas por Foucault e Deleuze, ou aqueles que seguiram seus pensamentos.

2.1 BIOPOLÍTICA

A Biopolítica, conceito cunhado por Michel Foucault, é tópico central em todo este estudo. Esta noção se constitui como um esforço preventivo, originalmente empreendido pelos Estados, em controlar e regular as condições de vida de uma população. Nas palavras do próprio autor, a Biopolítica é “a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças” (FOUCAULT, 1997:89).

Através da Biopolítica, tentou-se identificar e parametrizar índices a cerca de todas as variáveis relativas à vida, com o intuito de descobrir e propor tratamentos para tudo aquilo que poderia lhe fazer esmaecer ou diminuir-se. A idéia, segundo o autor, seria de intervir em todos os fatores comuns a um contingente populacional com substrato biológico semelhante, ou seja, possibilitar um controle sobre as mazelas, endemias, enfermidades, anomalias e as incertezas a que estão submetidos os corpos e principalmente a vida. Regularizá-la, estendê-la, controlar suas anormalidades e seus parâmetros ótimos, aperfeiçoar suas condições e suas variáveis como fecundidade, morbidade, incidência a doenças, esperança de vida, estado de saúde, formas de alimentação e de habitat, etc... todo um conjunto de esforços fundamentais que nela residem.

A Biopolítica resulta em dois processos decisivos para diferenciá-la da noção geral de política como formas e práticas de se exercer domínio e poder sobre os sujeitos, ou de emancipá-los:

1) Normalidade e anormalidade

O esforço de investigação sobre as condições da vida, os parâmetros que a sustentam, seu estado de excelência, suas ameaças, dentre tantos critérios, leva a construção de valores normais e anormais sobre ela. A partir de um espectro amplo observado no contingente populacional, é possível verificar (estatisticamente, ou não) aquilo que está em uma faixa de incidência comum, e aquilo que está fora dela. Estes valores levam a construção de parâmetros de normalidade biológica, ou seja, a definição do que deve ser considerado normal ou anormal, a partir de uma investigação sobre todas as condições encontradas e possíveis. Cabe citar que, para Foucault, saberes produzem formas de poder, e poder produzem formas de saber: é o que caracteriza como poder-saber¹². A medicina exerceu, a partir deste tipo de investigação, um poder-saber sobre a normalidade dos indivíduos, de seus corpos e almas.

A idéia de normalidade e anormalidade não se restringe aos parâmetros físico-biológicos, e extrapola para todo tipo de saber sobre o homem, pois que, seu objetivo é reger todas as condições de vida. Logo, temos a construção de parâmetros normais sobre as práticas sociais: o que é normal e anormal nas práticas sexuais; o que normal e anormal nas relações de trabalho; o que é normal e anormal nas maneiras de se vestir, de se comportar, de pensar ou indagar. Cada prática humana é normalizada a partir de investigações cobrindo toda a sua gama de possibilidades e compilando valores ou parâmetros normais e/ou anormais sobre elas.

As Biopolíticas se constituem, como corrobora Paula Sibilia, em um esforço de gestão de parâmetros de referência: “era a normalização dos sujeitos: a sua sujeição à norma. Trata-se de tecnologias de biopoder, de um poder que focaliza diretamente a vida, administrando-a e modelando-a com vistas à adequação à normalidade. E produzindo, em consequência, certos tipos de corpos e determinados modos de ser.” (SIBILIA, 2002:31). Os parâmetros normais, de acordo como podem ser entendidos nos estudos sobre a sexualidade realizados por Foucault, não só apresentam para a sociedade o que deve ser

¹² “No projeto denominado genealogia das relações de poder, Foucault estudou os diversos tipos de sociedades como configurações históricas, momentos dinâmicos nos quais vigoram determinados dispositivos de poder e determinadas formas de saber [...] Não poderia haver relações de poder sem a constituição correlata de um determinado campo de saber [...] Por outro lado, os saberes assim produzidos reconduzem e reforçam os efeitos de poder” (SIBILIA, 2002:41).

considerado como a forma normal, como também a forma ideal: “cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se.” (FOUCAULT, 1988: 27).

O poder-saber que se destinou as práticas sexuais, como analisado pelo autor, não se constitui para proibir ou permiti-las, tampouco para saber somente o que nelas era normal ou anormal, mas sim para modelá-las em sua forma aperfeiçoada e aprimorada:

“No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas – desses famosos ‘segredos funestos’ que os demógrafos, na véspera da Revolução, sabem já serem conhecidos no campo.” (FOUCAULT, 1988: 28)

Neste sentido, não basta ao processo biopolítico formular um norte de normalidade, mas também formular um padrão ótimo, um valor onde se encontra virtude em exercê-lo. Para o sexo, o poder-saber formula a maneira virtuosa de ser praticado. Os trabalhos sobre a sexualidade de Foucault são fundamentais para o entendimento mais profundo do mecanismo biopolítico. No segundo volume da “História da Sexualidade”¹³, o autor detalha cada aspecto crítico para os gregos antigos constituírem-se como homens de virtude através dos princípios da *aphordisia*. Resumidamente, observa-se neste estudo que se dá, por cada sujeito, um esforço para se atingir estes parâmetros de virtude, ou seja, que a normalização de uma população não constitui-se como uma força externa, repressora e conformadora sobre ela, mas antes um força interna, auto-instituída, em busca da virtude implícita no parâmetro normal: é, portanto, um modo de sujeição, ou seja, “a maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação com essa regra e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática.” (FOUCAULT, 2003: 27).

O parâmetro de normalidade, efeito de uma investigação nas práticas sociais obtidas através de técnicas como a confissão, o exame das consciências ou das almas¹⁴, ou mais

¹³ FOUCAULT, Michel: **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

¹⁴ A confissão, o exame da consciência e o exame das almas são técnicas de formulação da verdade estudadas por Foucault durante 1979 e registradas em seu curso no *Collège de France* intitulado “O governo dos vivos”. In FOUCAULT, Michel: **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Pg. 100.

recentemente por técnicas como as diversas modalidades de pesquisas e análises estatísticas, estabelece apenas um norteador. De acordo com o pensamento de Foucault, a condição normal/anormal não reprime, obriga, induz ou determina nenhum tipo de relação ou modo de sujeição: ela apenas fornece um parâmetro para os sujeitos que desejam se constituir como sujeitos de virtude ligarem-se nele e se porem na obrigação de colocá-lo em prática. Estar fora da normalidade, ou não constituir-se como virtuoso, não representa uma amputação social do sujeito, muito pelo contrário, é seu principal esforço administrá-lo:

“não se trata de determinar o que é preciso fazer para que não se cometa falta, e nem mesmo de reconhecer se não se cometeu falta, naquilo que se pôde fazer. Trata-se de apreender o movimento do pensamento (*cogitatio=logismos*), de examiná-lo bem a fundo para compreender a sua origem e decifrar de onde ela vem (de Deus, de si mesmo ou do diabo).” (FOUCAULT, 1997:103).

De fato, a anormalidade reforça a importância da normalidade, e ajuda a categorizar e refinar ainda mais os parâmetros normais: “O ‘vício’ da criança não é tanto um inimigo, mas um suporte; pode-se muito bem designá-lo como o mal a ser suprimido.” (FOUCAULT, 1988: 43).

Portanto, a condição de normalidade/anormalidade e fundamentalmente a obtenção de virtude pela normalidade exercem relações de poder através de um mecanismo biopolítico, não na exclusão/proibição ou na tolerância/aceitação de certas práticas sociais, mas na medida que lhes administram e modelam sua forma ideal e útil. Tratar, por exemplo, a homossexualidade de forma biopolítica, não é inferir se ela pode ou não pode existir na sociedade, se ela condiz ou não condiz como uma prática para um sujeito obter virtude social (julgamento moral); é analisar o funcionamento pelo qual sujeitos homossexuais se ligam a esta formulação e possam referenciar-se e serem reconhecidos como tal, e obter a virtude homossexual dentre o que constitui ser homossexual (ou seja, atingir o padrão homossexual ótimo) – pensá-la na ordem do que produz e modela socialmente, do que ela faz funcionar... ao invés de tratá-la pelo que ela é, deveria ser, não deveria ser, do que nela deveria ou não ser permitido ou proibido, seu códigos e regras institucionalizados, etc.

2) **Docilidade e utilidade**

Segundo o autor, o objetivo de uma biopolítica, em conjunto à disciplinarização dos corpos, é produzir sujeitos dóceis e úteis. Dóceis politicamente, incapazes de impor resistências aos processos que os talham como sujeitos ou escapar aos processos de sujeição; úteis produtivamente por serem talhados para se tornarem altamente produtivos, e buscarem empregar seus corpos e suas almas cada vez mais nestes sistemas. De acordo com Passetti:

“Na sociedade disciplinar, segundo Michel Foucault, investiu-se no corpo são para o Estado. Um corpo útil e dócil para o qual foi gestada uma biopolítica da população. Era preciso cuidar do corpo, de sua consciência, por meio dos serviços de saúde estatais, do saneamento das cidades e assistência aos operários. Ser vivo era ser produtivo, e todo ser produtivo devia ter seu corpo cuidado pelos chefes da fábrica, da escola, da família, do hospital, da cidade. A política passava a ser a condição de acesso a permanecer vivo: era preciso atingir o Estado, por governo ou influência, para governamentalizá-lo.” (PASSETTI, 2003: 43)

Os esforços em diagnosticar e tratar os infortúnios da vida e de afastar o imprevisível, inscritos em uma política de “fazer viver” como abordada por Foucault ao longo de 1975 e 1976 em seu curso no Collège de France¹⁵, não significam uma nova sensibilidade social, mas antes, uma nova política em relação ao que uma população representa. A passagem do poder do soberano para o poder disciplinar marca uma mudança na forma de se considerar o potencial de uma população. De uma mera extensão do corpo soberano, ela passa a uma força produtiva. “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2002b: 287).

Para uma população considerada como força produtiva, justificam-se esforços para aprimorar e estender a vida, controlar suas condições e moldá-la para atingir seu estado de excelência; para uma população vista como máquina produtiva, justifica-se o esforço em “fazer viver”.

Cabe ao sujeito normal e de virtude, constituir-se como sujeito produtivo. A Biopolítica – e faz-se importante frisar que a ela não representa o interesse de grupos alheios, de uma

¹⁵ In FOUCAULT, Michel: **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

cúpula ou de blocos dominadores sobre uma população, mas sim, a dobra auto-reguladora, auto-instituída e de auto-vigília da própria população sobre si mesma, de cada um sobre si e sobre os outros – o deseja tanto produtivo quanto domesticado: estes são os preceitos para que se atinja uma sociabilidade equilibrada e pacífica segundo à racionalidade moderna talhada no sujeito da Sociedade Disciplinar. Este constitui, como observado por Paulo Sérgio Rouanet, o discurso civilizatório de todo o projeto moderno e iluminista:

“o universalismo tinha a ver com a extensão e a abrangência do projeto civilizatório. Ele partia de postulados universalistas sobre a natureza humana – ela era idêntica em toda parte e em todos os tempos; dirigia-se a todos os homens, independentemente de raça, cor, religião, sexo, nação ou classe; e combatia todos os preconceitos geradores de guerra e de violência, todos os obstáculos à plena integração de todos os homens, como o racismo e o nacionalismo. Emancipar equivalia a universalizar, a dissolver os particularismos locais, removendo assim as causas dos conflitos entre os homens. É contra essa construção que se dirige a cruzada anti ou pós-moderna, não somente no plano das idéias como no das atitudes e práticas sociais. O Iluminismo institucionalizado é vivido como repressivo. O que não deixa de ser paradoxal. Afinal, o objetivo ostensivo do projeto iluminista era emancipatório.” (ROUANET, 1993:97).

A supressão ou a dissolução de objetos que proporcionariam conflito ou tensão social são alvos da razão iluminista e emancipadora; não só a razão instrumental, mas também sua contraparte crítica se põe a este serviço: as idéias de “paz perpétua como aspirou a racionalidade categórica de Immanuel Kant, meio para a sociedade igualitária como defendia a dialética de Marx e Lênin”¹⁶ constituem o discurso pelo qual se talha docilidade e utilidade em si e nos outros. Não obstante, já afirmava Nietzsche que o “rebanho” desejaria por nada além da narcose dos “pastos verdes”¹⁷.

Para Maria Cristina Franco Ferraz,

“Nietzsche salientou, em grande parte de sua obra, de que forma o homem ocidental é marcado por um curioso (e estranho) desejo de ‘verdade a todo custo’, pela necessidade de ancorar seu barco inexoravelmente bêbado (na poética expressão de Rimbaud) em um solo seguro, desejo e necessidade sintomáticos de uma debilitação das forças vitais,

¹⁶ In PASSETTI, Edson: **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. Pg. 44.

¹⁷ Tese defendida por Nietzsche em obras como **Genealogia da Moral, Além do Bem e do Mal** ou **Aurora**. É também a constituição do que Nietzsche irá chamar em todas estas obras de “o Último Homem”.

que afirmariam, ao contrário, a vida como jogo Cosmético e multicolor de aparências em metamorfose incessante. Enquanto Nietzsche denuncia uma ‘vontade de verdade’ característica da tradição filosófica, girando sua artilharia para a metafísica e a moral – ambas, como não cessou de mostrar, implicando-se mutuamente –, Foucault retoma a violência desse gesto de suspeição tendo em mira a versão moderna dessa ‘vontade de verdade a todo custo’, expressa na invenção das chamadas ‘ciências humanas’, na virada do século XIX ao XX.” (FERRAZ, 2005:73)

Para este tipo de racionalidade, o conflito constitui-se como um problema que precisa ser corrigido. É contra o conflito que se dirige toda esta forma de sujeição, típica das Sociedades Disciplinares, e para saná-lo se produzem todos os saberes-poderes sustentados pela razão crítica ou instrumental, como adverte Foucault: “Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar.” (FOUCAULT, 1988:14). Atuar neste sentido – com a mais ferrenha crítica – constitui também, biopoliticamente, sujeitar-se na docilidade e utilidade.

Ao tratar do princípio da docilidade e utilidade, é necessário observar que falamos por dentro dele, já que são também seus desdobramentos a valoração de um Estado democrático, e da diplomacia como virtude, como aponta Passetti:

“A razão comunicativa, sabemos, pacífica e exige uma produção em que predomina a diplomacia. [...] A participação estimulada, reforçada e imperativa faz crer e faz produzir um indivíduo que precisa mostrar que está vivo. Se não estiver segundo a produção – e nisto a sociedade de controle se diferencia da disciplinar – está enquanto agente político de participação democrática. A democracia midiática se funda e fortalece pela participação de todos (vivos e mortos produtivos) direcionando a moral e a política por meio de sondagens, o que em pouco tempo transforma as eleições em rituais esvaziados.” (PASSETTI, 2003: 44).

2.1.1 INTERPRETAÇÃO: A POLÍTICA NO PÓS-ESTRUTURALISMO

1) Sem centro, sem coordenação e sem direção.

De acordo com Stuart Hall, “É claro que Foucault (1972/1980) está correto ao afirmar que muitos marxistas concebem o Estado como um tipo de objeto único; isto é, simplesmente como a vontade unificada do comitê da Classe Dominante, seja lá onde for que ele esteja se reunindo hoje.” (HALL, 2003: 163).

Já na forma pós-estrutural, as relações de poder não se desenvolvem unicamente de um núcleo central nem reproduzem sua forma, mas ocorrem de todos os pontos para todos os pontos¹⁸: o poder é capilar (distribui-se por veios muito finos e imperceptíveis, não só pelas grandes e notórias vias), e não é direcionado por um grupo, por uma classe ou bloco de indivíduos, sobre outros indivíduos ou grupos. De acordo com Roberto Machado,

“Não se tratava, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que se pretendia era se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. [...] A análise ascendente que Foucault não só propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas”¹⁹

Estudar as relações de poder não constitui para Foucault, portanto, estudar o Estado como matriz destas relações, nem analisar a ação dominadora sobre grupos. Portanto, não caberiam nesta epistemologia noções como “dominação” ou “hegemonia”, termos bastante comuns aos estudos de Comunicação da modernidade.

¹⁸ Esquemáticamente, opera-se aqui uma mudança da forma **um-todos** para a forma **todos-todos**.

¹⁹ In FOUCAULT, Michel: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. Pg. XIV.

Foucault nos permite pensar a política como as medidas estratégicas na relação entre os sujeitos, nas formas como sujeitam a si mesmos e nas formas como sujeitam uns aos outros. Esta relação, no entanto, só acontece “sobre ‘sujeitos livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995: 244). Sendo assim, o processo de sujeição não se dá como o domínio de um sujeito sobre o outro, mas na vinculação/cooptação deste último ao primeiro estrategicamente, porque tal relação se apresenta vantajosa em certos aspectos. A liberdade está sempre presente.

Esta sujeição também está submetida a regras, e por isto, os parâmetros de normalidade são fundamentais. Um sujeito sujeita a si mesmo a estes parâmetros e a estes modos de sujeição, ou seja, escolhe sujeitar-se a um modo de existência (comportamentos, pensamentos, valores, éticas, etc.) e escolhe sujeitar-se a outros sujeitos. O *como* do poder que detalha Foucault, “ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’”²⁰, não opera diretamente de um sujeito sobre outro, mas entre um sujeito e seu discernimento estratégico em cooptar por uma determinada conduta em seu campo de possibilidade, e a capacidade do primeiro em estruturar este campo e ordenar estas possibilidades. Por este motivo nos parece que Foucault afirmava a existência do poder somente *entre* sujeitos, e nunca concentrado *no* sujeito²¹.

Parece-nos correto afirmar que a Biopolítica caracteriza-se como o exercício de relações de poder de forma indireta e “mediada”, deixando a cargo de cada sujeito o engajamento de si nestas relações, operada através da gestão de subjetividades, normalidades e modos de sujeição e nunca interferindo direta e incisivamente (como, por exemplo, obrigando certas práticas ou impondo determinados valores, fazendo uso de violência ou de outros

²⁰ In FOUCAULT, Michel: “*O sujeito e o poder*” in Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995. Pg. 243.

²¹ É prudente conceituar que, o sujeito como abordado por Foucault em nada se relaciona com o sujeito sociológico ou o sujeito iluminista. Ele é, para o autor, pura exterioridade, um efeito de discursos, estratégias, subjetividades, disciplinas e uma multiplicidade de outras relações em nada inatas; um ente sem essência ou substância; a definição do que é um sujeito para Foucault muda ao longo de sua obra, desde a fase onde estuda o discurso, passando pelas relações de poder e chegando em sua última obra com a importância da ética na constituição do sujeito. Para uma abordagem mais detalhada, ver FONSECA, Márcio Alves: **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: Educ, 2003.

mecanismos aplicados diretamente nos sujeitos para submetê-los), ao inverso da noção de concentração e usufruto de uma substância de poder por indivíduos, grupos, blocos e organizações, operada diretamente sobre outros indivíduos ou grupos, caracterizando o que se conhece por “dominação” – um determinismo conciso nas relações de poder. Oposto a estas formas estruturalistas com grande influência do pensamento moderno civilizatório que investem contra o conflito – lutam contra o poder (que só existe para subjugar sujeitos) –, no contexto pós-estruturalista a política em Foucault se caracteriza como a continuação da guerra por outros meios (como já afirmava em seu curso de 1975)²². A vida em sociedade, as relações de poder capilares e todo o processo de sujeição são um estado constante de guerra em que vivemos socialmente. A política é, portanto, a instauração do conflito e a belicosidade em lidar com ele, e não o seu resultado nefasto.

2) destituição da ideologia como operador primário do funcionamento político, e portanto, da operação política dos Meios de Comunicação.

A ideologia, como conjunto de valores, idéias e significados coletivos estruturantes nos comportamentos e pensamentos individuais – “as ‘idéias’ que os indivíduos fazem uso para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que *devem* fazer” (HALL, 2003:173) –, é geralmente considerada como a atuação política em si. Neste sentido, agir politicamente é equivalente a engajar-se a uma ideologia, mesmo que, como pensa Stuart Hall, de forma não duradoura.

A importância dada à esta categoria metodológica na comunicação tem origem nos textos de Louis Althusser, mais especificamente à “Aparelhos ideológicos do Estado” e “A favor de Marx”²³, ao revitalizar a discussão ideológica e posicionar os Meios de Comunicação de Massa e outros instrumentos políticos como extensões do Estado atuando na construção de “idéias dominantes”.

Para Althusser, a manutenção do Estado dependia não somente da ocupação de seu aparelho (as instâncias de governo, a burocracia administrativa, o exército, etc.), mas da

²² O curso em questão foi, posteriormente transformado em um livro: FOUCAULT, Michel, **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

²³ Apud HALL, Stuart: **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. Pg. 164.

manutenção da ideologia da classe dominante através de aparelhos ideologizantes como a escola, a família, a instância jurídica, o sistema político-partidário, o sistema cultural e o sistema de informação (onde os Meios de Comunicação de Massa se inserem). A ideologia na vertente marxista e cujo uso se difundiu em muitas outros pensamentos até chegar ao senso comum, é vista como uma falsa consciência, uma consciência ou uma forma de se ler o mundo que vela a realidade ou a verdade, favorecendo a manutenção da classe dominante. Para os pensadores pós-modernos de Comunicação, a ideologia assume um caráter de visão de mundo muitas vezes descomprometido com os processos de dominação, caso que não acontece com alguns dos pensadores dos Estudos Culturais Ingleses como Stuart Hall, que mesmo situando-se dentre os pós-modernos, nunca abriu mão de sua base marxista. Vemos isto claramente na defesa que Hall faz de “Aparelhos Ideológicos do Estado”:

“Qual a função da ideologia? É reproduzir as relações sociais de produção. [...] Portanto, a tarefa mais importante é cultivar aquele tipo de trabalho que é capaz e disposto, moral e politicamente, a se subordinar à disciplina, à lógica, à cultura e à coerção do modo econômico de produção do desenvolvimento capitalista, seja qual for o estágio a que ele tenha chegado; ou seja, o trabalho que pode ser sujeitado ao sistema dominante *ad infinitum*. Conseqüentemente, o que a ideologia faz, através dos diversos aparelhos ideológicos, é reproduzir as relações sociais de produção neste sentido mais amplo. Esta é a primeira formulação de Althusser.” (HALL, 2003: 171).

O paradigma/registo sobre o poder em Foucault é completamente diferente daquele utilizado tanto por Hall e os demais colegas dos Estudos Culturais Ingleses, quanto dos autores dos Estudos de Recepção Latino-Americanos. Segundo Ciro Marcondes Filho,

“Martín-Barbero não descarta Foucault, ao contrário, entaltece sua teoria do poder molecularizado. Mas isso, como vimos, é absolutamente incompatível com qualquer noção de bloco ou de hegemonia, que supõem organizações ‘molares’. Stuart Hall desvencilhou-se desta contradição refutando Foucault e advogando o retorno da ideologia; mas Martín-Barbero tenta o inverso, aceitar Foucault, mesmo que este diga que o poder não está vinculado à classe e que são as microtecnologias que criam corpos dóceis e disciplinados. O paradigma foucaultiano é totalmente distinto do modelo clássico (e superado) da perspectiva de Gramsci, que flerta com o totalitarismo, como sugere seu principal especialista, Hugues Portelli.” (MARCONDES, 2008:70)

Para Foucault, toda a possibilidade de um sujeito pensar, de entender o mundo que participa e o que deve nele fazer seria exterior a ele mesmo, sua concepção é bem mais ampla e envolve muito mais elementos do que uma redução ao engajamento ideológico:

“A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções.” (FOUCAULT, 2002:7)

Nele, o indivíduo é o produto da sujeição a saberes e poderes. “O homem de que nos falamos e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma alma o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.” (FOUCAULT, 1987:32). Mesmo assim ele nunca é o produto de uma única e exclusiva ordem, mas de múltiplas sujeições a múltiplos saberes e múltiplos poderes (estratégias, disciplinas, discursos, éticas, etc.). Neste sentido, submetido a múltiplas forças, cada sujeito é talhado de forma única mesmo que por atuações exteriores e com os mesmos objetivos. A idéia do *talhar subjetivo* formulada pelo autor também não possui a característica determinante e condicionante do Estruturalismo, isto é, o sujeito conserva em si certa liberdade podendo escolher como conduzir a si mesmo dentre um certo campo de possibilidade, e não reproduz comportamentos de acordo com uma estrutura que os determina em nível do que pode ou não pode, ou mesmo como pode ou não pode pensar a si, o mundo em seu entorno, e suas obrigações perante ele.

Como para Foucault o poder é capilar (se distribui quase que imperceptivelmente em todos os lugares por caminhos e vazões muito além das grandes vias notórias) e flui de todos os pontos a todos os pontos, não se pode considerar uma matriz única a ser reproduzida (ou mesmo um universo dialético-bipolar em que ela se inscreve). Não é cabível a partir do pensamento desenvolvido por ele, assumir que uma categoria como “idéia” (portanto uma ideologia) seja a força responsável por inscrever um sujeito em

relações de poder; o autor atribui esta inscrição a um conjunto de muitas outras forças e práticas concretas, incluindo nesta categoria (práticas) os discursos que não são da ordem do pensamento (em sua concepção).

Cabe sim, a constituição destes sujeitos (os modos que escolhem para sujeitarem a si mesmos e serem reconhecidos) a partir do discurso ideológico, isto é, a forma como assumem o discurso ideológico como verdade sobre as relações políticas e o agir político, e se ligam nele, se pondo na obrigação de exercê-lo para constituírem-se como sujeitos politizados. Trata-se assim da constituição de um tipo específico de sujeição: o sujeito politizado – uma estratégia para se inserir nos jogos de poder.

A estratégia é o elemento central da política no Pós-Estruturalismo; ela é seu *modus operandi*, e por ela se entende:

“A palavra estratégia é corretamente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, amaneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a *vitória*. Estas três significações se reúnem nas situações de conforto – guerra ou jogo – onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível.” (FOUCAULT, 1995: 248)

O agir político no pensamento foucaultiano e suas formas de resistência (exploradas a partir de seu trabalho sobre a “Estética da existência”²⁴, mas que muitos pensadores preferem não categorizar no signo “resistência”), não estão na sujeição a uma ideologia ou na formação de um “sujeito politizado”, mas nas táticas e estratégias de poder adotadas diariamente nas práticas de um sujeito; nas formas como sujeita a si e aos outros (e por eles é também sujeitoado). Sendo assim, “direita” ou “esquerda”, “dominado” ou “dominante” e todas as demais construções referidas ideologicamente, tais como a

²⁴ A Estética da Existência passa a ser o rumo dado por Foucault em suas pesquisas sobre o sujeito e o poder a partir da História da Sexualidade. A mudança na forma como aborda sua pesquisa é apresentada no primeiro capítulo, “Modificações”, do segundo volume da História da Sexualidade. In FOUCAULT, Michel: **“Modificações” in História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2003. Pg 9.

politização das identidades em forma de “identidades culturais”²⁵ na obra de Hall, são espectro muito reduzido do que constituem as práticas políticas exercidas por um sujeito. A política, entendida como forma de conduzir condutas ou de governamentalidade, não pressupõe ou se reporta ao Estado, ao Aparelho de Estado ou a reprodução das relações de produção como faz na forma política-ideológica, isto é, a política e o agir político para o pensamento pós-estrutural não são *interfaces* entre os sujeitos e o Estado ou entre os sujeitos e as políticas de Estado; elas operam na relação entre os sujeitos, ou também entre o sujeito e si mesmo.

O próprio Foucault exemplifica esta idéia, documentada no texto “Sexo, poder e a política de identidade”²⁶, onde demonstra a plena atuação política ao rejeitar sujeitar-se a uma “identidade *gay*” (mesmo assumindo para si a prática homossexual) como forma de luta a favor da liberação homossexual, isto é, recusa-se a se sujeitar a uma identidade politizada e institucionalizada que possui um funcionamento normalizado, leia-se, se colocar no lugar onde estaria sendo conduzido em relações de poder. De fato, sua postura reafirma uma racionalidade política que vai contra o ideal de “paz perpétua” e a favor da instauração de conflito como forma de luta por liberações. Sua postura também afirma o conflito como ação política, e não como seu subproduto indesejável.

Da mesma forma, Thiago Rodrigues aponta também em seu artigo “Invenção Estética & Experimentações de Si”²⁷, como a sujeição a discursos de politização restringem o espectro do que constituem as práticas políticas ou o agir político:

“Os exemplos de situações nas quais o antagonismo entre músicos engajados e os tropicalistas são inúmeros, reproduzindo o ambiente de discussão criado entre concretistas e poetas ‘com preocupação social’, no início dos anos 1960. Se, num rápido exercício, contrapusermos os versos de ‘Alegria, alegria’, canção de Caetano Veloso gravada em 1968, e os de ‘Para não dizer que não falei em flores’, composição de Geraldo Vandré, estaremos diante da batalha semântica e estética que passava a ser travada. Frente aos versos de Vandré: ‘Vem, vamos embora/ que esperar não é saber’ quem sabe faz a hora/ não espera acontecer’, evidente convocatória à ação

²⁵ HALL, Stuart: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

²⁶ GALLAGHER, B. & WILSON, A. : “*Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity*” in *Revista The Advocate*, n. 400. Toronto, 1984. Pg. 26-30 e 58. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em < <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexpodident.html>> . Acesso em 29/06/2007.

²⁷ In RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. “**Invenção Estética & Experimentações de Si**” in **Videtur-Letras n.6**. São Paulo: Vilnius, 2002.

organizada das massas contra o regime ditatorial, os de Caetano Veloso (‘Caminhando contra o vento/ sem lenço, sem documento/ no sol de quase dezembro/ eu vou’) soavam, aos ouvidos ‘politizados’, descomprometidos com a situação política e social do Brasil de então. A letra de ‘Alegria, alegria’ é, para Luiz Tatit, dotada de ‘extrema presentificação’, tratando-se de ‘um eu/aqui/agora exercido com toda a plenitude, descomprometido com o passado remoto ou recente e apenas ligeiramente voltado a um futuro imediato’²⁸. Essa postura de recusa, ou mesmo simples constatação de que o agente da canção é um indivíduo não-localizável (‘sem lenço, sem documento’) é, por si, provocação radical à urgência em se identificar colocada tanto pelos artistas *engagés*, quanto pelo regime militar.” (RODRIGUES, 2002:86)

²⁸ Apud TATIT, Luiz: **Análise semiótica através das letras**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Pg. 185 in RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **“Invenção Estética & Experimentações de Si” in Videtur-Letras n.6**. São Paulo: Vilnius, 2002. Pg. 86.

3) destituição do poder como instrumento repressor: proteção à vida.

O termo “resistência” é introduzido no campo da comunicação pelo no pensamento crítico alemão. Nos textos de Adorno, o Estado é visto como repressor e a Escola Crítica Alemã tinha como uma de seus objetivos denunciar a falsa consciência como forma de resistência:

“Atualmente em fase de desagregação na esfera da produção material, o mecanismo da oferta e da procura continua atuante na superestrutura como mecanismo de controle em favor dos dominantes. Os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses. A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza” (ADORNO, 1985:125)

Neste caso, ela surge como dieta social necessária para corrigir ou se proteger do exercício do poder, visto como elemento repressor. Nos Estudos Culturais e na Recepção Mediática, por resistência se entende a capacidade de um sujeito em aceitar, rejeitar ou negociar com os estímulos enviados pelos Meios de Comunicação. “O receptor individual dos meios de comunicação na verdade não se situa diante da determinação de veículos de comunicação, mas coloca-se como um ator individual frente a um espaço de alteridade social em que os meios de comunicação são um dos componentes e não seu determinante único.” (SOUSA, 2001: 32). Mesmo dada a diferença entre a Escola Crítica Alemã e os pensamentos mais recentes, permanece implícito nestes um potencial nocivo legado ao poder exercido através do Meios de Comunicação, dado o tratamento de externalidade às mensagens e estímulos veiculados pelos *Media*, que exigem à algum tipo de reação/posicionamento em relação a eles, caracterizado então como “resistência” – a resistência aqui é da ordem da reação. “a visão de poder tributária da crença em um sujeito ‘por trás’ está presente tanto na cultura contemporânea quanto em certa tradição de estudos em Comunicação” (FERRAZ, 2005:79). Mesmo que não seja decretada sua intenção vil, como mostrada no discurso crítico alemão, ao situar os Meios de Comunicação de Massa como um elemento social que não opera no mesmo nível dos atores individuais – um elemento externo – e que por vezes pode ser capaz de relacionar-

se com eles de forma determinante e ideológica (nos termos de Althusser), não há como escapar de uma caracterização repressora do poder.

Esta caracterização do poder-repressor é mais difícil de ser notada nos Estudos Culturais Ingleses e nos Estudos de Recepção Latino-Americanos, contudo, também está presente. Seguindo a explicação dada por Ana Carolina Escosteguy, temos:

“Avançando um pouco mais nesta relação, pode-se afirmar que o campo dos estudos culturais sofre a influência marxista em três vetores. [...] A relação com o marxismo se inicia e se desenvolve através da crítica de um certo reducionismo e economicismo dessa perspectiva, resultando na contestação do modelo base-superestrutura. Os estudos culturais atribuem à cultura um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica [...] Como Althusser argumentava, existem várias forças determinantes – econômica, política e cultural –, competindo e em conflito entre si, compondo uma complexa unidade – a sociedade. [...] Inserida em tais contornos, a transição do paradigma dominante ao crítico no campo da comunicação, segundo Hall, pode ser sintetizada na ideia de reconhecimento que os media funcionam dentro e através do domínio do discursivo. Por sua vez, os media não podem ser vistos fora do campo das relações de poder. Mais ainda, Hall resume esta mudança na afirmação: ‘os meios de comunicação são ideológicos’. ”(2001:60)

Sua análise de Hall se completa com o próprio autor afirmando que

“Ideologia, de acordo com essa perspectiva, não somente se torna uma ‘força material’ – para usar uma expressão antiga – real porque é ‘real’ nos efeitos. Ela se torna, também, um espaço de luta (entre definições concorrentes) e uma aposta – um prêmio a ser ganho – na condução de enfrentamentos particulares” (HALL apud ECOSTESGUY, 2001: 64)

A autora inicia o capítulo “De Ideologia para Hegemonia” de seu trabalho sobre os Estudos Culturais contextualizando que, embora tratem-se de contextos e abordagens diferentes, os Estudos de Recepção Latino-Americanos recaíram sobre a mesma discussão “em torno da relação entre meios de produção e ideologia, são vivamente tratadas, também, pelos autores latino-americanos, permitindo assim a construção de paralelismos entre as posições de Hall, Martín-Barbero e García Canclini” (2001:59). Da relação próxima mas ao mesmo tempo crítica com Althusser, os Estudos Culturais, como pontua Escosteguy, deságuam em Gramsci. “O que distingue o tratamento dado por Gramsci à ideologia é a preocupação que estrutura o pensamento popular [...] Gramsci

descreveu isto como o seu ‘bom senso’. Mas é sempre necessário um trabalho ulterior de educação política e político-cultural para renovar e esclarecer essas construções do pensamento popular.” (HALL, 2003:322). Mesmo com esta operação de mudança (de Althusser para Gramsci, de Ideologia para Hegemonia), permanecemos na mesma condição: Os Meios de Comunicação de Massa são um espaço de lutas; lutas contra forças repressoras alheias (contra ou a favor de culturas, sentidos e valores tentando ser reforçados, contra ou a favor das tentativas em se transgredirem valores, sentidos e culturas). “Hegemonia equivale em parte ao conceito althusseriano de ‘dominância’, que se opõe ao de dominação [...] De qualquer forma, sugere, mesmo que de forma passageira, a idéia de bloco, nada estranha a Gramsci. [...] Se considerarmos válida a posição de Foucault, não há mais porque pensar em blocos nem em hegemonias: tudo se dilui em micro-relações.” (MARCONDES, 2008:70). Logo, esta repulsa em relação ao poder (caracterizado como um instrumento repressor ligado ao aparelho de Estado, com finalidade também repressora, e contra o qual é necessário lutar), não se altera.

Por mais diferentes que sejam os Estudos Culturais e os Estudos de Recepção, e também por mais distintos que sejam da Teoria Crítica Alemã, os três conservam uma visão comum sobre a questão do poder: ele está associado, em maior ou menor grau, à formas repressivas, com as quais deve-se estabelecer algum tipo de resistência – mesmo o “poder ao povo” significaria exercer repressão a forças que lhe dominam. Nas três escolas de comunicação, o par poder/resistência representam forças antagônicas.

Já o pensamento de Foucault aponta para a outra direção: “Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder.” (2002:7). Ele afirma insistentemente a positividade do poder: “Tentemos desembaraçar-nos de uma representação jurídica e negativa do poder, renunciemos a pensá-lo em termos de lei, de interdição, de liberdade e de soberania” (FOUCAULT, 1988:87). De forma sumária para o autor, o poder investe na vida.

“A morte era o momento em que se passava de um poder, que era o do soberano aqui na terra, para aquele outro poder, que era o do soberano do além. [...] Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. [...] O poder já não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado.” (FOUCAULT, 2002b:295)

“Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. Portanto, estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral” (FOUCAULT, 2002b:302)

Segundo ele, o intuito do poder na Sociedade Disciplinar (que sucede a Sociedade de Soberania) é estender a vida, melhorá-la, controlar suas endemias, seus acidentes, suas anomalias, e promover instituições previdenciárias. O poder não é somente positivo, mas também produtivo, isto é, produz saberes, produz melhorias à vida. Esta visão, segundo Foucault, não é compartilhada por uma Teoria Política baseada no direito ou na jurisprudência, nem tampouco ao princípio de política como ideologia: para estas, o poder corromperia a racionalidade pura do sujeito e sua neutralidade em relação ao objeto – o afastaria de uma verdade sobre as coisas, e portanto, o afastaria de um verdadeiro saber, uma vez que este nada mais seria do que a descoberta da natureza, da substância ou da essência, enfim, da verdade de algo.

Em sua visão, – da qual tendemos a concordar em nossa interpretação – a verdade e o saber não existem fora do poder. É o próprio poder que os produz, e a conceitos como indivíduo, sociedade ou população; é ele que induz a formulação de teorias como as Teorias da Comunicação, e é ele também o responsável pela formulação de conceitos, mesmo como o de resistência.

“O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (FOUCAULT, 2002: 12)

Isto não significa, em hipótese alguma, deixar de reconhecer a existência de uma forma repressora e negativa do poder (o poder-lei / poder-repressão / poder-censura / poder-interdição), mas apenas não acatar sua soberania absoluta e a inexistência de sua forma produtiva²⁹, ou ainda, de não aceitar que a condição do poder-lei e de sua forma jurídica sejam suficientes para explicar todos os funcionamentos nele contidos.

Contudo, a riqueza analítica que nos possibilita observar as relações de poder de forma Biopolítica está na possibilidade de ver justamente sua forma positiva, e tudo aquilo que as demais vertentes não são capazes de abarcar. A idéia geral sustentada em uma análise Biopolítica é que o poder, como afirmava Foucault, investe na vida, e não contra ela (a melhora, a inventa, a produz, ao contrário de apenas reprimí-la ou contê-la).

É necessário, em função disto, demarcar a ruptura epistemológica – nevrálgica e irreconciliável – entre Estruturalismo e Pós-Estruturalismo, para que não se pareça uma negligência à autores célebres da área (ou que pareça leviandade de nossa parte para com eles): onde o Estruturalismo irá interpretar uma continuidade histórica coesa, cuja origem – o poder do soberano – irá gradualmente transformar-se no poder do Estado, conservando sua essência e seus métodos (a violência, o contrato, a lei) e permanecendo referendado nele sem que isso se perceba (isto é, residiria entre nós uma relação de

²⁹ Apesar de defender veementemente a positividade do poder, e criticar incansavelmente a hipótese repressiva, Foucault não deixa de reconhecer sua existência. Em um capítulo da “História da Sexualidade I”, intitulado “O que está em jogo”, ele observa: “Desconheci – por birra ou negligência – tudo o que poderia distinguir suas implicações teóricas ou práticas. E admito, facilmente, o direito de me dizerem: referindo-se a todo momento a tecnologias positivas de poder, V. tenta ganhar com o menor esforço nos dois campos.” (FOUCAULT, 1988:80).

soberania sob a qual nos submetemos sem nos atinarmos, e da qual seria necessário um processo de iluminação, seguido de uma resistência, para prover uma emancipação), o Pós-Estruturalismo irá admitir uma descontinuidade, demonstrando contrastes entre os dois momentos, sem esperar que exista entre eles uma coerência ou uma ligação, muito menos que o primeiro explique o segundo, ou seja, mostrar que existem diferenças reais e concretas entre os dois regimes e, portanto, que seja possível o aparecimento de instituições, instrumentos, dispositivos, relações e armas legitimamente novos, que não se restrinjam a uma reprodução ou atualização de sistemas recalcitrantes. A partir disto, lutas devem ser travadas *com* tais instrumentos, e não *contra* eles. No Pós-Estruturalismo, abandona-se esta transcendência sistêmica (onde no fundo, encontramos-nos sem consciência de estar lutando sempre contra um mesmo inimigo em eterno retorno) por uma imanência (a conjuntura presente, única e discreta, que não reproduz um código estruturante subjacente).

2.2 TECNOLOGIAS DA DISCIPLINA (PODER DISCIPLINAR, ANATOMO-POLÍTICA E SOCIEDADE DISCIPLINAR)

Ao passo que a biopolítica se constitui como uma tecnologia reguladora, formulando e sancionando regimes de verdade (o que funciona e o que não funciona como verdadeiro), de onde gerencia princípios normais, anormais e ideais, deixando a cargo de cada sujeito sua própria ligação com a norma, as tecnologias disciplinares são organizadoras. “A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos.” (FOUCAULT, 2002b: 289).

Elas são produto imediato da racionalização sobre os corpos individuais, políticas para regê-los, Anatomopolíticas. Separá-los, organizá-los, distribuí-los, exercitá-los, enfim, prepará-los para que possam ser usufruídos da maneira mais econômica e mais eficiente possível. Fruto igualmente da mudança sobre o que representa uma população, estas técnicas também não se constituem como algum tipo de repressão ou imposição. Disciplinar-se não é somente um esforço externo empreendido sobre um sujeito, como também uma força auto-instituída, já que provê resultados positivos para o próprio sujeito. Segundo Foucault,

“o nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. Então, aí, topamos com coisas familiares: é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder, que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios” (FOUCAULT, 2002b: 288)

A disciplina representa uma estrutura organizada, bem dividida, racional; ela não é produto das relações de trabalho, mas ao contrário, aquilo que foi, justamente, aplicado ao trabalho. É a partir dela, nas formas de hierarquias e organizações burocráticas, que se torna possível uma escalabilidade de qualquer tipo de procedimento, organização,

instituição ou dispositivo que precisa ser bem coordenado. Como na ordem militar, a disciplina provê controle e gerência.

É do princípio da disciplina que Foucault desenvolve noções como o “panóptico”³⁰ e os dispositivos de vigilância, que, no que conceitua como Sociedade Disciplinar, funcionavam de maneira molar³¹, isto é, deixavam muitas coisas lhes escaparem “tanto por baixo quanto por cima, no nível do detalhe e no nível da massa”³². O princípio de funcionamento do “panóptico” levava em conta o fato de que um sujeito, sabendo que poderia estar sendo vigiado e sem saber se efetivamente estaria (ou por onde), considerar-se-ia como sendo integralmente vigiado, e assim, passaria a vigiar-se a si mesmo. Neste modelo funcionavam as Instituições de Confinamento: a Escola, o Quartel, a Prisão, o Hospital, a Empresa, a Fábrica, dentre outras.

Logo, o dispositivo de vigilância se forma: ele não diz respeito a aparelhos de vigilância, ou métodos de vigilância, mas propriamente ao sujeito, isto é, a forma como ele constitui-se, sujeita a si mesmo, em relação a um processo de vigília sempre presente, de sua formação básica até sua mais longa idade. “Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes.” (FOUCAULT, 2002b:297). Este dispositivo se dá não só entre um sujeito e uma instituição, mas também entre ele e outros sujeitos. Cada um passa a vigiar outros.

No âmbito do poder-saber, a atuação disciplinar é quase desnecessária de ser comentada. Na medida que cada saber constitui campo correlato de poder, sua divisão e organização em campos distintos (a medicina, a física, a comunicação, a engenharia) oferecem campos distintos e legítimos de poder, exercidos através do especialista. A disciplina sobre o saber, a economia e eficiência nele incidente, aumenta sua proficiência e sua

³⁰ In FOUCAULT, Michel: **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

³¹ A idéia de tecnologia molar / tecnologia molecular foram originalmente desenvolvidas por Gilles Deleuze. Relacionadas com um princípio de granularidade, ou seja, o nível de precisão, controle, visão, potência, divisibilidade, escalonabilidade e dispersão que uma determinada tecnologia possui. Tecnologias molares caracterizam-se por processos grosseiros, enquanto tecnologias moleculares a processos extremamente sofisticados. Para uma descrição mais simples de seu significado, ver em Lévy, Pierre; “*Do molar ao molecular. Tecnologia da inteligência coletiva*” in *A Inteligência Coletiva*; São Paulo, Loyola, 2000.

³² Este trecho foi tirado de seu contexto original, que se referia as Sociedades de Soberania, mas condiz precisamente com as palavras de Deleuze cerca das Sociedades Disciplinares (em relação as Sociedades de Controle). In FOUCAULT, Michel: Em **Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b. Pg. 298,

especificidade. A divisão de campos de saber, nada mais é do que um efeito do poder, ou melhor, um efeito da racionalidade no poder disciplinar.

2.2.1 INSTITUIÇÕES DE CONFINAMENTO

Segundo afirma Foucault, o objetivo da disciplina é constituir corpos dóceis e úteis, no sentido de que isto é, para o melhor convívio social, necessário. Sujeitos ao mesmo tempo dóceis e capazes de uma convivência pacífica e diplomática, e também produtivos e empenhados em empreender constantes melhorias sociais.

Estes dois sentidos podem ser facilmente observados em qualquer discurso educacional – o constante esforço que deve partir de todo indivíduo em ser capaz de se relacionar bem e racionalmente com outros indivíduos diferentes, e se dedicar ao seu trabalho, empenhos altamente valorizados socialmente – ou em qualquer discurso que se lance a encontrar melhores formas de existência no futuro. Ele não se encontra unicamente na Escola, mas também nos espaços de cura (Igrejas ou Hospitais) ou espaços de reforma (Prisão, Reformatórios). Estes sentidos estão diluídos em todos os discursos contemporâneos.

A atuação disciplinar das Instituições de Confinamento (Escola, Hospital, Prisão, Reformatório, Empresa, Igreja, etc.) é imprescindível para a constituição de uma sociedade organizada e funcional, embasada na disciplina: uma Sociedade Disciplinar. Elas são seu sustentáculo.

O que configura aparelhos tão díspares como Prisão, Hospital e Escola em um mesmo bojo é menos da ordem do confinamento (haja visto que a forma de internato das Escolas francesas e inglesas estudadas por Foucault, assumiu outras características, ou se tornou indesejável em lugares como o Brasil, os Estados Unidos, o Japão, etc.), também menos da ordem de serem terminais do Estado, e mais das técnicas e procedimentos (o “como” das coisas que tanto interroga Foucault) adotados por todos eles: sua função em relação aos sujeitos é talhar-lhes subjetividades, é desta maneira que operam.

A subjetividade é uma relação interior, produto de uma interferência exterior – isto é, ela não é autônoma e não é uma interioridade do sujeito pura e simplesmente.

“Uma das teses centrais mais comuns nas análises institucionais de Deleuze e Guattari, Foucault, Althusser e outros, é que a subjetividade não é originária, dada a priori, mas se forma pelo menos até um certo ponto, no campo das forças sociais. As subjetividades que interagem no plano social são substancialmente criadas pela sociedade.” (HARDT, 2000:368)

Para se fabricar um sujeito dócil e útil, é necessário aparar e polir o conjunto de valores interiores que sustentam a concepção de si como sujeito ou indivíduo, e isto se faz, racionalmente, através dos seguintes procedimentos:

- 1) retendo os sentidos subjetivos produzidos pela pequena parcela de população confinada em um determinado espaço;
- 2) comparando este substrato subjetivo com os sentidos retidos em outros espaços, ou se referenciando em poderes-saberes que previamente o fizeram (em nosso tempo, “teorias”, “modelos”, “paradigmas”, etc.).
- 3) identificando/formulando registros de “ideal”, “normal”, “anormal”, “perverso” neste grande espectro de práticas e sentidos possíveis.
- 4) devolvendo para esta pequena parcela de população, sentidos norteadores, ou seja, o que funciona como “ideal”, “normal”, “anormal” e “perverso” nas práticas deste próprio grupo em relação aos valores dele próprio, assim como o que funciona como “verdadeiro”, e o que funciona como “falso”... enfim, constituindo um regime de verdade (ou as políticas gerais de verdade).
- 5) demonstrando e aplicando a positividade das práticas com registro “ideal” ou “normal” e desqualificando as práticas com registro “anormal” ou “perverso”, legitimando implicitamente o regime de verdade.

Esta lista representa o “ciclo de vida” do poder-saber na maneira que articula tanto a disciplina quanto a Biopolítica para fabricar o sujeito dócil e útil. No limite, como enfatiza Foucault, é necessário a coação ou a estratégia para tornar impossível qualquer luta contra este talhar subjetivo. A técnica é eficiente na medida que incurte no sujeito a sua necessidade dela para “civilizar” a si e o outro, de forma que pais dóceis e úteis desejarem educar (leia-se docilizar) seus filhos bárbaros até que estes compreendam a necessidade de educarem-se a si próprios e a sua prole, ou que chefes dóceis e úteis desejarem treinar funcionários irascíveis para se tornarem chefes um dia, ou que médicos residentes desejarem combater práticas formadoras de grupos de risco... A Instituição de Confinamento assume vida própria dentro de cada sujeito, isto é, formula uma regra e

deixa a cabo de cada sujeito que “se ligue a esta regra e se ponha na obrigação de pô-la em prática”³³.

O talhar subjetivo para Foucault, era realizado em fases diferentes em espaços consecutivos. A fabricação de um sujeito ocorria em espaços diferentes em cada fase de sua vida (a Escola na juventude, a Fábrica ou a Prisão na fase Adulta, o Asilo ou o Hospital para a velhice, etc.). A cada etapa, todo o processo de construção do sujeito se iniciava novamente.

Importante frisar também que este poder-saber, como se observa na lista de procedimentos realizados no talhar subjetivo, se modifica, se aperfeiçoa e se adéqua; ele está vivo, acompanha e conduz as mutações sociais, ancora-se nos discursos e nas práticas vividas e do imaginário. Novas subjetividades são produzidas a todo instante, e elas incorporam e interferem sobre os registros de normalidade, as políticas de normalização, os regimes de verdade, as formas de existência e a modelagem dos sujeitos. Para Deleuze, no entanto, as técnicas e tecnologias – molares – da Sociedade Disciplinar provinham interferências de forma lenta demais, grosseiras demais e localizadas demais, cujo descompasso permitia que muito escapasse ao seu enquadramento. “Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento [...] Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado.” (DELEUZE, 1998:220). Esta tecnologia previdenciária era falha, e deixava uma sociedade à risco de sua própria barbaridade capilar.

³³ Frase de Michel Foucault já citada anteriormente.

2.2.2 INTERPRETAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA, DAS INSTITUIÇÕES DE CONFINAMENTO E DAS BIOPOLÍTICAS PARA SE PENSAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

É recorrente a leitura dos Meios de Comunicação de Massa em várias das Teorias de Comunicação como agentes manipuladores (agenciador de consumo e comportamentos de massa nas teorias funcionalistas norte-americanas, operador ideológico nas teorias críticas européias, negociadores de grupo nos estudos culturais ingleses e estudos latino-americanos)³⁴. Segundo Martín-Barbero, “duas concepções – condutista e iluminista – compartilham um outro ingrediente que me parece muito mais interessante: um profundo moralismo. Ela está permeada por uma concepção segundo a qual o receptor é um vítima, um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele.” (1995b:41). Seria ingenuidade tê-los como agentes não-invasivos, ou não reconhecer que exercem certa capacidade de influenciar as massas. Nossa intenção aqui não é descreditá-los disso, mas

³⁴ Apresentamos trechos de pensadores das diversas escolas para corroborar esta premissa: “pesquisa sobre os mass media (psicológica-experimental e sociológica de campo) têm por objetivo verificar empiricamente a consistência e o alcance dos efeitos que as comunicações de massa obtêm. Os resultados são opostos: os estudos experimentais, embora explicitem as defesas individuais e analisem os motivos do fracasso de certas campanhas persuasivas, realçam a possibilidade de se obter efeitos de persuasão desde que as mensagens sejam estruturadas de uma forma adequada às características psicológicas dos destinatários” (WOLF, 1987:50) – Mauro Wolf em relação ao funcionalismo Norte-Americano; “Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo” (ADORNO, 1985:119) – Theodor Adorno e o pensamento crítico alemão. “De novo, é Gramsci, em boa parte, que nos fornece um conjunto de categorias mais refinadas através das quais podemos vincular as categorias culturais em grande parte ‘inconscientes’ e já dadas do ‘senso comum’, com a formação de ideologias mais ativas e orgânicas, que são capazes de intervir no plano do senso comum e das tradições populares e, através de tais intervenções, organizar as massas de homens e mulheres. Neste sentido, o culturalismo restaura adequadamente a dialética existente entre o inconsciente das categorias culturais e o momento de organização consciente: ainda que, de maneira característica, ele tenda a igualar a excessiva ênfase do estruturalismo sobre as ‘condições’ com uma ênfase demasiado inclusiva sobre a ‘consciência’.” (HALL, 2003:153) – Stuart Hall sobre os dois paradigmas originários dos Estudos Culturais (Estruturalismo e Culturalismo) e seus mecanismos interpretativos; “Freqüentemente, a luta ideológica consiste na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa.” (HALL, 2003:193) – Stuart Hall sobre a relação entre as lutas de classe e a ideologia; “No coração desses problemas, estão os poderosos meios de comunicação em massa; por meio deles é que se manipulou e dirigiu a opinião pública, através de métodos nem sempre dignos, visando muitas vezes fins duvidosos.” (Willians, 1969:308) – Raymond Willians sobre a relação das massas e dos Meios de Comunicação de Massa nos Estudos Culturais Ingleses. “Houve duas etapas de formação do paradigma hegemônico para a análise da comunicação na América Latina. A primeira surgiu em finais dos anos 60, quando o modelo de Laswell, procedente de uma epistemologia psicológico-condutista, foi adaptado ao espaço Teórico da semiótica estruturalista, através do qual se tornou possível sua ‘conversão’, isto é, seu encontro com a investigação crítica. Chamo essa etapa de ideologista, porque então a pesquisa se concentrava no objeto de descobrir e denunciar [...] as estratégias mediante as quais a ideologia dominante penetra no processo de comunicação [...] quase nunca chegou a superar a generalidade da ‘recuperação pelo sistema’, a ‘manipulação’, etc.” (Martín-Barbero, 1997:278) – Jesus Martín-Barbero sobre as bases do pensamento em Comunicação na América Latina

sim, avaliar *como* o fazem, e assim sendo, ao assumir os princípios de Biopolíticas, Poder Disciplinar, Anatomopolíticas e Instituições de Confinamento formulados por Foucault, propor outro diagrama para sua relação social, necessário para uma pesquisa em termos Pós-Estruturais sobre Comunicação.

A finalidade das Instituições de Confinamento anteriormente assinaladas e segundo o pensamento pós-estrutural seria de fabricar sujeitos e formas de sujeição dóceis, úteis e civilizadas, exigidas como requisito para a participação social. Realizariam isto através da gestão e do talhar das subjetividades, o cerne de um poder disciplinar, e pilar basal da Sociedade Disciplinar. Conforme avançou a crise sobre o regime disciplinar, fez-se possível observar a capacidade invasiva e influenciadora dos Meios de Comunicação de Massa (os valores, juízos e crivos que é capaz de provocar, modificar, eliminar, criar ou por em dúvida) – isto foi feito, exemplarmente, pela escola crítica alemã.

A partir de Deleuze e das formulações de dispositivos dispersos, moduláveis e sem fronteiras tangíveis da Sociedade de Controle, é possível entender os Meios de Comunicação de Massa (em especial seus modos de telecomunicação, o rádio e a TV) na mesma categoria que se enquadram as Instituições de Confinamento. É necessário regressar este objeto para as Sociedades Disciplinadas, dado que Foucault nunca se dispôs a analisar sua participação nela. Os Meios de Comunicação de Massa se resumem, em uma Sociedade Disciplinar (século XIX e início do século XX), aos jornais. Apesar de intangíveis enquanto textos e discursos, os jornais estendem-se para uma prática disciplinar: sua leitura ou não-leitura se articula a hábitos do sujeito; ele cria uma relação com seu leitor, torna-se parte de sua vida cotidiana, e, em muitos casos, disciplinam o sujeito em termos de horários, regras e insumos de informação para atividades profissionais, consumo de bens tangíveis ou intangíveis, identificação de assuntos e tópicos de importância individual, coletiva, pública ou privada; eles realizam o trabalho de reter, estudar, formular registros norteadores e demonstrar sua positividade; são eficientes na medida que convencem um sujeito da importância da informação para sua vida; enfim, conservam em si todas as características próprias das Instituições de Confinamento. Em certo sentido, quando se lê com certa concentração, aliena-se do mundo exterior como se estivesse em outro lugar.

Talvez esta concepção fosse distante demais de práticas concretas para o rigor de Michel Foucault colocá-la no mesmo patamar de importância e intensidade na vida, que legou à Escola, ao Hospital, à Igreja, à Fábrica ou à Empresa; talvez realmente, este cuidado com relação às Instituições Informativas e à importância da informação na vida, seja própria de nosso tempo, e de nossa Sociedade de Controle: “a informação começa a assumir uma realidade própria, separada dos bens físicos; torna-se paradoxalmente, uma realidade tão tangível quanto as coisas materiais com as quais estamos acostumados.” (STEWART, 1998:27), afirma Thomas Stewart sobre a realidade de nossos tempos. Mas, em termos funcionais, desde o início do século XIX³⁵ na Europa, os Meios de Comunicação assumem progressivamente esta importância: o jornal em si não era apenas a notícia que transportava, seu texto ou o discurso; o jornal era também um objeto concreto e tangível que estabelecia com o sujeito um certo tipo de relação de sujeição, a ponto de, no limite extremo, organizar sua vida, coordenar seus horários, suas atividades, seu dia. Era a partir das notícias e das informações veiculadas – a leitura constante e o hábito de manter-se informado – que os comerciantes da época podiam realizar sua atividade em praças distantes; segundo Habermas, é das trocas de cartas entre eles que se originam os Jornais³⁶.

De início, há grande similitude sobre o que se institui aos Meios de Comunicação de Massa pelas Teorias da Comunicação e o que se entende de informar e/ou entreter, de formar, de oferecer um amplo substrato argumentativo através do qual qualquer sujeito poderia constituir uma opinião própria (constituir-se como sujeito), e mesmo a de ser um aparato causador de estímulos para a produção de comportamentos específicos e determinados de uma massa, ou de ser um terminal de difusão e persuasão ideológica com o objetivo de sustentar um *status quo*³⁷ determinado. Enquanto as três primeiras afirmativas o qualificam como um instrumento positivo mas paternalista, as duas últimas o caracterizam como um instrumento negativo e explorador. Entretanto, não há um caso sequer onde não se referencie esta relação dos Meios de Comunicação de Massa a um elemento externo a própria massa, enquanto ela, nestas formulações, não se caracteriza

³⁵ Os primeiros jornais europeus datam do final do século XVIII. Sua importância social começa a ser intensificada a partir do século XIX. In HABERMAS, Jürgen: **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. No Brasil, os primeiros jornais datam no final do século XIX, atingindo relevância social no início do século XX. In SOUZA, José Inácio de Melo: **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.

³⁶ In HABERMAS, Jürgen: **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, Pg. 34.

³⁷ *Status quo* representa aqui o sentido de condição ou conjuntura sócio-econômica e sócio-política.

como a população, mas apenas como a grande parte altamente suscetível, débil e influenciável dela. Isto, como se o seu restante estivesse protegido e amparado tanto da “relação influenciadora” dos Meios de Comunicação quanto de qualquer tipo de refluxo vindo das extensas “camadas baixas”.³⁸

As Instituições de Confinamento, ao contrário, são desejáveis por todos, para talhar e fabricar todos os sujeitos participando da sociedade em maior ou menor grau. Não existe um sujeito que se encontre em posição estrategicamente vantajada por ter escapado as Instituições de Confinamento. Elas se adequam como categoria funcional para os Meios de Comunicação de Massa (categoria de análise de como funcionam em relação à sociedade). Não obstante, considerado que há diferenças qualitativas entre diversas Instituições de Confinamento destinadas ou acessíveis a grupos distintos, temos também diferenças qualitativas nas programações segmentadas dentro das diversas emissoras de comunicação.

Tentamos com este levantamento demonstrar que:

1. como a Escola e o Hospital, os Meios de Comunicação também funcionam em reter, comparar, compilar, formular/devolver e demonstrar a positividade de parâmetros e registros de normalidade a partir das subjetividades constantemente produzidas por uma população em sua integralidade, para com isso, talhar subjetividades, modelando sujeitos dóceis, úteis e civilizados, necessários em todos os aspectos e todos os estratos de uma sociedade;
2. influenciam todos os sujeitos em maior ou menor intensidade, e consequentemente não são utilizados por uma classe dominante externa e amparado contra seus efeitos, para exercer qualquer forma de domínio sobre outras classes³⁹.

³⁸ Não se pode deixar de tecer um comentário que há aqui uma forte componente fascista – oriunda talvez de um lado oculto do próprio Iluminismo –, onde se proclama alguém ou alguns grupos (os intelectuais, os cientistas, os sabedores ou filósofos) capazes, ou mais capazes, de dizer o que é melhor e o que é correto para um populacho considerado bastardo e anincéfalo, seja através de afirmar-lhe o que é correto, o que é melhor pensar e fazer para atingir o lugar onde já se encontram seus tutores, ou ao reduzi-lo a um lugar miserável onde poderão ao menos trabalhar para prover uma boa condição de existência à aqueles que realmente são relevantes.

³⁹ “Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas –

3. sua capacidade persuasiva ou influenciadora pode não ser produto de uma retórica ou habilidade manipuladora, mas da necessidade social de uma instituição ao mesmo tempo reguladora/previdenciária e ordenadora/disciplinadora que funcione para os sujeitos como um referencial representativo das práticas sociais normais, ideais, anormais e perversas, através das quais cada sujeito se pautaria para tornar-se civilizado (dócil e útil) e adquirir virtude em sua própria sujeição, ligar-se a regras e estabelecer relações com outros a partir destas relações de poder (sujeitar a si e aos outros).
4. considerados segundo este princípio, teriam sido escolhidos socialmente para executar esta função, e que nela não haveria nenhum engodo, enganação, ludibriação, ou simulacro.
5. como a Escola, o Hospital, a Igreja, a Prisão, a Fábrica, entre tantas Instituições de Confinamento, seu objetivo último seria proteger e aprimorar a vida.

Como a educação, a medicina, o trabalho e mesmo os sistemas correcionais se destinam a dar condições para uma vida melhor formulando um sujeito melhor, a comunicação mediática provê através do sujeito informado, atualizado, aproximado dos outros, e dotado de capacidades diplomáticas, maneiras de se melhorar a vida igualmente.

Isto não significa desconsiderar que os Meios de Comunicação, enquanto empresas informativas, dão vazão e defendem interesses específicos, escolhem dar privilégio a

efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição aos que não tem; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. [...] A derrubada desses micropoderes não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições. [...] Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. [...] Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.” (Foucault, 1987:29).

certas informações e silenciar outras, definem uma agenda e uma hierarquia sobre os assuntos de importância pública, protegem grupos ou organizações, atacam idéias ou blocos que lhe ameaçam, ou mesmo, que sejam críticos em relação a sua própria atuação. Como toda instituição, os Meios de Comunicação de Massa possuem sujeitos a eles vinculados: editores, diretores, redatores, e com eles, são atravessados por uma miríade de valores, interesses, juízos, críticas e crivos, em constante estado de luta para fazer-lhes valerem mais, difundirem-se mais, reforçarem-se mais do que outros produtos subjetivos (serem considerados normais, anormais, ideais ou perversos). Trata-se de diferenciar o que constitui uma relação de poder, e o que é simplesmente uma relação de força: a imposição direta, a ordem e a imposição amparada na hierarquia organizacional não fornece uma relação de poder, mas uma ameaça direta, que nunca obterá a cooptação e a livre sujeição como resposta. Tais fluxos existem e fazem parte da guerra que estamos submetidos, contudo, são indesejáveis, muitas vezes intoleráveis, e na primeira oportunidade acabam respondidos à altura; não estabelecem vinculações e relações de poder entre os sujeitos, e a eficiência deste tipo de relação de força no sistema produtivo da informação – artificialidades veiculadas às massas sem qualquer respaldo nelas próprias, ou até contra seus sentidos e valores – é objetos de dura crítica dos Estudos Culturais Ingleses tanto quanto dos Estudos de Recepção Latino-Americanos. Seria um equivoco situar este tipo de relação de força simplesmente como uma “relação de poder insustentável ou não-duradoura”: esta é a forma *per se* da relação de força, enquanto a natureza da relação de poder, segundo Foucault, é totalmente outra.

Entender os Meios de Comunicação de Massa de forma pós-estrutural é, portanto, vê-los como a uma Instituição de Confinamento: regulando e gerindo subjetividades, fabricando sujeitos e modos de sujeição sem, no entanto, determinar um molde ou uma escritura padrão; é analisar o processo de comunicação mediática como uma Biopolítica, isto é, a difusão de valores normais e não a tentativa de determinação, o reforço ou a resistência a certas práticas. Por exemplo, veicular um casal homossexual em uma novela não é a tentativa de impor socialmente a aceitação das práticas homossexuais, reforçá-la ou resistir a ela, mas a tentativa de formular para os grupos homossexuais valores normais, anormais, ideais e perversos da prática homossexual – é gerir os parâmetros de virtude na homossexualidade ao invés de constituir a homossexualidade como virtude. É institucionalizar uma “identidade *gay*”, com suas regras, suas formas, seus deveres bem enquadrados, e circunscrevê-la dentro de relações de poder já bem constituídas – torná-la

útil – destituindo sua potência revolucionária, bárbara, ou seus perigos (sua substância desconhecida e não controlada).

É ao mesmo tempo entender este processo como uma forma apaziguadora de investir na vida – uma vida dócil e útil – desejada de uma população para ela mesma e construída a partir dela para regular a si. Assim sendo, é entender os Meios de Comunicação sem um dono ou sem um grupo controlador que o utiliza objetivamente para determinados fins, mas como o produto do interesse e das lutas de todos contra todos, com primazia daqueles que conseguem, nestas lutas, se posicionar em condições estrategicamente mais vantajosas; é encarar a Comunicação como um dispositivo – um dispositivo mediático – que como o dispositivo médico, o dispositivo de vigilância, ou o dispositivo da sexualidade, fabrica sujeitos e formas de sujeição através de um funcionamento indireto onde os sujeitos obtêm parâmetros normais, e a partir deles sujeitam a si, aos outros, e por eles acabam sujeitados – não um instrumento que sujeita diretamente, reprime, coage, determina, impõe, reforça, resiste, vigia ou submete sujeitos individualmente ou em massa.

Por fim, é compreender que a mensagem persuasiva não é o princípio explicador, ou a atuação primordial dos Meios de Comunicação de Massa, e que a Comunicação não funciona para persuadir um sujeito (ao contrário do que se supõe ou o que se institui em grande parte das Teorias de Comunicação), mas antes, que ela parte do desejo do sujeito por referências sociais e para servir-se delas ao estabelecer (este sujeito) relações de poder junto a outros sujeitos. Que a Comunicação não funciona para vender produtos ou ideologias através de mecanismos subliminares, retóricos, ou através de qualquer técnica escusa; o anúncio de produtos funciona, biopoliticamente, demonstrando a normalidade de uma determinada prática (de consumo ou de uso), mesmo quando não são produzidos com isto em mente. Concluindo, a mensagem na Comunicação é secundária em relação ao veículo em que é distribuída, já que é o veículo que adquire legitimidade junto aos sujeitos-receptores como difusor de valores e parâmetros normais desejáveis – algo que qualquer agência de publicidade, em dias atuais, sabe muito bem. Tais veículos também não se dispõem a veicular qualquer coisa, a risco de perder este *status*. Os *Media* se tornaram os novos sacerdotes: o que falam não é necessariamente bom ou o que se deve fazer, mas é certamente um parâmetro de referência conhecido por todos para regularem-

se – tornaram-se o lugar onde se busca o que é comum e compartilhado por todos, mas não o lugar que lhes determina, impõe ou faz rejeitar uma conduta qualquer.

Estes são, resumidamente, o conjunto de regras e limites pelos quais os Meios de Comunicação de Massa e a Comunicação em si podem ser interpelados de forma pós-estrutural.

2.3 SOCIEDADE DE CONTROLE

Em Deleuze, a Sociedade de Controle constitui um aprimoramento das Biopolíticas e do poder disciplinar. Segundo ele,

“Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis [...] Mas o que Foucault também sabia era da brevidade deste modelo: ele sucedia às *sociedades de soberania* cujo objetivo e funções eram completamente diferentes (açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida); [...] Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser.” (DELEUZE, 1998: 219).

O autor inicia a caracterização das Sociedades de Controle apontando que a crise generalizada das diversas instituições (Escola, Hospital, Empresa, Fábrica, Prisão, Família) indica indubitavelmente estarem condenadas. Sua resiliência mantém-se através de uma constante necessidade por reformas, reformulações, atualizações – supostamente necessárias, segundo o autor – “Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam.” (DELEUZE, 1998: 220).

A referência ao “Controle”, Deleuze credits a Burroughs, “‘Controle’ é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo” (DELEUZE, 1998:220), e as idéias originais sobre seus dispositivos a Virilio: “Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado”⁴⁰ (DELEUZE, 1998:220).

As características mais marcantes descritas por Deleuze, em contraste com as Sociedades Disciplinares são:

⁴⁰ Frase já citada anteriormente.

1) Continuidade e fluidez

Ao passo que nas Sociedades Disciplinares a incursão em um novo espaço representava uma estaca-zero onde o sujeito iria, novamente, iniciar-se em processos de sujeição, a Sociedade de Controle é capaz de compatibilizar, adequar e ligar as diferentes fases e posições do sujeito. “Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. “(DELEUZE, 1998: 221).

As pequenas rupturas das Sociedade Disciplinares são “corrigidas”. Através delas e de sua molaridade, muitas brechas, muitos escapes, muitas micro-fissuras eram possíveis.

2) Interminável

Nas Sociedades de Controle nada mais se termina, a idéia de término ou finalização é suprimida. Reside um infundável estado de “há ainda mais a se fazer”. “Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação” (DELEUZE, 1998:221).

A doença na Sociedade de Controle não é um antígeno que invade o corpo, nele progride, e pode ser derrotado pela medicina; é uma “medicina ‘sem médico nem doente’, que resgata doentes potenciais e sujeitos à risco” (DELEUZE, 1998:225), ação preventiva, onde todos estão doentes em pequenos graus, e suas doenças são controladas continuamente sem nunca se extinguirem finalmente, encontrando, no máximo, em um nível “sob controle”; A educação contínua, semelhantemente, não encontra prazo para findar-se; a velhice recebe um novo nome cheio de luz e vitalidade: a “melhor idade”.

Este estado interminável invoca, convoca e engaja o sujeito, lhe mantendo preso as sujeições estabelecidas (o faz, e lhe mantém dócil e útil); retira de todo o funcionamento, a etapa que o libera destas relações e possibilita qualquer tipo de escape. Segundo Passetti,

“No regime do controle não se deve ter nada acabado, ao contrário, ele se fortalece por meio da noção de inacabado, convocando a todos a participarem ativamente da busca por

maior produtividade e confiança na integração. Não se pretende mais docilizar, apenas criar dispositivos diplomáticos de construção de bens materiais e imateriais que contemplem a adesão de *todos*.” (PASSETTI, 2003:30).

Se a Biopolítica investia na vida, em uma equação “fazer viver, e deixar morrer”, os sistemas de controle inventam o “fazer viver, e evitar ou impedir de deixar morrer”. Isto é, enquanto as Sociedades de Soberania alimentavam-se do poder sobre a morte, e as Sociedades Disciplinares do poder sobre a vida, as Sociedades de Controle sustentam-se do “poder contra a morte”.

Paula Sibilia desenvolve uma pesquisa intitulada “O homem pós-orgânico: corpo, subjetividades e tecnologias digitais”⁴¹, onde investiga as técnicas através das quais os poderes-saberes contemporâneos têm se dirigido progressivamente não só para alongar a vida, mas impedir a morte, ou muitas vezes, tornar a vida possível sem o corpo físico e perecível, com o intuito de produzir um sujeito dócil e útil por um tempo prolongado que vá além do que a vida em termos orgânicos, “naturais” e “criada por Deus”, permitiria. Termos como “nível de morte” ou “autorização para reviver” já circulam fluentemente nos saberes e práticas médicas, segundo ela.

3) Amostras e Perfis

O termo “indivíduo”, na Sociedade de Controle, perde seu sentido. Ele é próprio de uma dicotomia válida apenas até as Sociedades Disciplinares, que também não viam, entre ele e as massas (ou comunidades e coletivos), uma oposição conceitual.

“Uma pista surge da comparação entre as lógicas de funcionamento do regime disciplinar e da sociedade de controle. A primeira delas opera por moldes e visa à adequação às normas, pois é ao mesmo tempo massificante e individualizante: em um bloco único e homogêneo (a massa) são modelados os corpos e as subjetividades de cada indivíduo em particular. Na sociedade contemporânea, todavia, tanto a noção de massa quanto a de indivíduo estão perdendo força. No lugar dessas figuras, outras emergem. O papel do consumidor, por exemplo, assume uma relevância cada vez maior. Em vez de integrar uma massa – como os cidadãos dos Estados-nação da era industrial – ele faz parte de diversas amostras, nichos de mercado, segmentos de público, targets, bancos de dados.” (SIBILIA, 2002:33)

⁴¹ SIBILIA, Paula: **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. São Paulo: Relume-dumara, 2002.

Substituem-se por indivíduos, a idéia de “perfis”, isto é, o conjunto de registros que o localizam em uma grande “amostra” ou na intersecção de várias destas.

“Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *senha*, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo.” (DELEUZE, 1988: 222)

As palavras de ordem, citadas por Deleuze, são os elementos integradores em um discurso; as formulações subjetivas circulando socialmente que fazem engajar, mobilizar, lutar. Podemos fornecer, como exemplo, formulações como “Devemos lutar por nossos direitos”, ou “o que importa é a beleza interior” – tais formulações subjetivas funcionam na medida que diversos sujeitos nelas se ligam, se engajam, se mobilizam, e se dispõem a defendê-las. São, na terminologia foucaultiana, palavras de ordem: em seu nome, por elas, ou para defendê-las, o sujeito realiza algo ou deixa que realizem algo em seu lugar.

A questão das palavras de ordem em uma Sociedade de Controle está restrita ao problema do “acesso”. Enquanto trafegava por espaços fechados na Sociedade Disciplinar, neste novo regime sem espaços formais, o sujeito passa a receber autorização para “acessar” estas formulações subjetivas ou o espaço intangível onde elas se encontram, ou constitui lutas em função de sua possibilidade de acesso.

“Félix Guattari imaginou uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças a um cartão eletrônico (dividual) que abriria as barreiras; mas o cartão poderia também ser recusado em tal dia, ou entre tal e tal hora; o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal.” (DELEUZE, 1998: 224)

Não apenas, sua identificação em uma amostra, a comprovação de sua singularidade, enquanto dada por um número e uma assinatura (signos que só poderiam ser reproduzidos por cada sujeito singular) nas Sociedades Disciplinares, seriam agora dados pela senha – algo que apenas eles teriam conhecimento.

4) Pulverização

Uma sociedade de mudanças ultra-rápidas, ágil, flexível e dispersa. Os dispositivos da Sociedade de Controle tornam-se moleculares, isto é, adquirem maior precisão, eficiência e cobertura.

“Entretanto, eles parecem ter ganhado em eficácia, permitindo exercer um controle total ao ar livre. Com a dissolução dos limites que confinavam o alcance das antigas técnicas disciplinares, muitos desses mecanismos de outrora se sofisticam, alguns se intensificam e outros mudam radicalmente. Vai perdendo força a velha lógica serial, mecânica, descontínua, fechada, esquadrinhada, geométrica, progressiva e analógica das sociedades disciplinares, vencida pelas novas modalidades digitais, contínuas, fluidas, ondulatórias, abertas, mutantes, flexíveis, autodeformantes, que se espalham aceleradamente pelo corpo social. Assim a lógica de funcionamento associada aos novos dispositivos de poder é total e constante, opera velozmente e em curto prazo. Desconhece as fronteiras: atravessa todos os espaços e todos os tempos, engolindo o ‘fora’. Por isso, a nova configuração social se apresenta como ‘totalitária’ em um novo sentido: nada, nunca, fica fora de controle. Desse modo é esboçado o surgimento de um novo regime de poder-saber, ligado ao capitalismo de cunho pós-industrial.” (SIBILIA, 2002:29)

Os muros das Sociedades Disciplinares resistem como signos de um regimento antigo e ultrapassado. Os dispositivos de controle se pulverizam e se localizam em todos os lugares em todos os momentos. A lentidão e imprecisão dos mecanismos molares é, além de tudo, perigosa. Há uma transição gradativa de formas menos concretas/permanentes para formas mais virtuais/imanentes e efêmeras.

Nesta nova formação de dispositivos dispersos, amplos, pulverizados (fragmentados e distribuídos), ágeis, flexíveis, adaptáveis, contínuos, nada fica de fora: o fora é apenas uma condição momentânea. Toda prática não-discursiva, toda subjetividade é rapidamente tornada útil e integrada nas relações de poder.

2.3.1 INTERPRETAÇÃO: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E SEU VÍNCULO COM A SOCIEDADE DE CONTROLE

As características das Sociedades de Controle vêm sendo, desde o falecimento de Deleuze, completadas e enriquecidas por diversos autores. Temos múltiplos panoramas, distintos mas derivados das idéias iniciais e desenvolvidos por autores como Nikolas Rose, Paul Rabinow, Peter Pál Pelbart, Edson Passetti, Giorgio Agamben, Toni Negri e Michael Hardt, a citar o exemplo dos dois últimos que nos oferecem o conceito de “Império”: “A passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza, inicialmente, pelo desmoronamento dos muros que definiam as instituições. Haverá, portanto, cada vez menor distinções entre o dentro e o fora” (HARDT, 2000:358), onde o fora, a exclusão se renova em forma de “estratégia de inclusão diferencial [...] não há fora.” (HARDT, 200:365).

Já Passetti nos oferece outra modalidade de Biopoder, as Ecolíticas, um aperfeiçoamento das Biopolíticas nas Sociedades de Controle:

“um investimento político-econômico em federar o planeta, implicando compaixão pelos *mais pobres*, certa retórica relativista a respeito das etnias e culturas, conexão planetária da economia, comunicação e regimes de direitos e governo, no qual, em especial, figura a democracia midiática. A ecolítica, parafraseando Foucault, tem como alvo o planeta e os vivos dentro dele: os produtivos e os que o legitimam politicamente.” (PASSETTI, 2003:48)

“É a hora da segurança no seu espaço longínquo, pobre, desinteressante, cheio de pessoas desinteressantes, cercado por pastores, política e bandidos, em regime de constante insegurança. Para elas, a retórica da reforma, tendo como difusor principal a televisão, para a qual ajudam a construir efêmeros líderes e artistas tão miseráveis quanto elas. Quanto mais uma pessoa comum se mostrar regularmente mais simplória, mais tempo durará sua fama. A televisão deve espelhar a miséria cultural dos súditos para que estes continuem acreditando que governam. Ela é o novo confessionário onde se declaram os pecados ao pastor e os elogios à miséria ao *anchorman* e sua audiência. A sociedade de controle é ao mesmo tempo desmembramentos de programas, diplomacia e interfaces de comunicação e

simplificação. Tudo deve aparentar ser simples, como se o computador fosse uma máquina de datilografar com televisor. Ainda só há soberania por meio de pactos, contratos e potência mágica, o que ultrapassa e antecede tanto a sociedade disciplinar quanto a sociedade de controle.” (PASSETTI, 2003: 46)

De fato, tentaremos demonstrar em capítulos posteriores que os Meios de Comunicação de Massa, como dispositivos dispersos, pulverizados, flexíveis e contínuos serviram e permanecem servindo como um dos grandes dispositivos das Sociedades de Controle. Foram agentes atuantes no processo de desinstitucionalização (crise das instituições) assumindo os discursos e os papéis da Escola, da Saúde, da Cultura, da Justiça, da Segurança, entre tantos outros, que, se ainda resistem, o fazem – nos termos de Deleuze – sob “agonia” e “já condenados”, submetidos a eternas reformas cujos resultados são sempre insignificantes.

Fizeram-se reconhecer, igualmente, agentes combatendo a atuação de Estados e regimes totalitários/autoritários/ditatoriais e/ou fascistas, adquirindo com isto condições bastante vantajosas e estratégicas em relação aos demais dispositivos em um sistema Biopolítico/Écopolítico, sendo considerados com isto, legitimamente, uma tecnologia previdenciária a serviço de proteger a vida; Assumiram, estrategicamente, o estandarte democrático, caracterizado como forma autêntica e mais valiosa de se protegê-la; defenderam a tolerância em relação a *diferença*⁴², a diversificação social, a pluralidade de devires, e a diplomacia como forma de relacionar-se com elas, como se fossem diretamente responsáveis por estas palavras de ordem, e não fosse verdadeiro afirmar que “toda tentativa de permanecer outro, com relação ao império é vã. O império se nutre de alteridade, relativizando e gerindo-a” (HARDT, 2000: 367), isto é, acabaram na Sociedade de Controle como gestores da *diferença*, lhes formulando regras, normas, limites, e a circunscrevendo em relações de poder.

Adquiriram intensidade suficiente na vida cotidiana para serem desejados a ordenarem, coordenarem, e a fazerem funcionar em um certo ritmo. Neste sentido, os novos espaços mediáticos permanecem disciplinarizadores: dividem e organizam com sua programação

⁴² *La Différance* é uma categoria analítica talhada por Jacques Derrida em 1968 que inaugura as discussões sobre a alteridade em um contexto pós-estrutural, e culminam hoje abordando as questões identitárias sem a herança do pensamento estrutural.

o tempo vivido⁴³ (o horário do jornal, o horário da novela, o horário do jogo de futebol), os gêneros (masculino, feminino, gls, infantil), os temas relevantes à discussão pública (cultura, política, educação...), etc. Impõem a disciplina como regra para participação neste espaço. Nenhuma outra experiência pode ser tão ilustrativa como a televisão brasileira e a forma com que organizou a vida cotidiana das pessoas no período de hegemonia da Rede Globo de Televisão sobre as demais empresas televisivas no Brasil. Mesmo os hábitos mais insignificantes encontravam-se coordenados com os horários e as formas dos programas de TV (os momentos de entrada e saída dos espaços mediáticos).

Espaço Mediático – diferentemente de dispositivo mediático – constitui-se então como uma representação análoga ao espaço cercado e murado das Instituições de Confinamento (a ênfase está em sua tecnologia disciplinar), com a particularidade de não possuírem fronteiras físicas, mas de recortarem e isolarem perfeitamente os sujeitos receptores dos demais sujeitos que não participam do mesmo espaço mediático em um determinado momento ou período, e de criarem uma vinculação participativa dos que nele se encontram, mesmo que separados fisicamente. O espaço mediático atravessa e recorta os espaços físicos de forma pulverizada, dispersa, flexível, adaptável, modulante, e com todas as demais características peculiares formuladas tanto por Deleuze, quanto por seus sucessores. Para adentrá-lo, é necessário uma senha, uma palavra de ordem, um objeto de interesse comum.

Há muito que pode ser discutido e analisado em relação as conseqüências implacáveis dos Meios de Comunicação considerados como Espaço Mediático e do dispositivo mediático em funcionamento na Sociedade de Controle: como sua atuação desterritorializante atravessa organizações, instituições, e instrumentos; como docilizam e tornam útil de forma cada vez mais global e Ecológica; como produzem novas formas de existência, como fabricam novos sujeitos, talham novas subjetividades, enfim. Contudo, estes tópicos não são objeto desta investigação, e ficam como sugestão para futuras pesquisas e pesquisadores.

⁴³ Idéia aqui proposta de “tempo vivido” em nada está relacionado com o construto habermasiano. Sinteticamente, o termo “tempo vivido”, aqui, é a forma como corpos são dispostos e organizados no espaço, como são exercitados, excitados, acalmados, docilizados, enfim, como tem seu tempo e suas atividades organizadas e coordenadas junto a outros corpos. Isto não tem correlação direta com a construção de valores hierárquicos ou de atribuição de sentidos de que trata Habermas.

Tentaremos demonstrar nos capítulos subseqüentes que a Sociedade de Controle se formou como uma resposta Biopolítica forte, presente, absolutamente cuidadosa e precisa, contra um momento histórico onde o princípio Biopolítico (como formulado por Foucault) foi abandonado em nome de mecanismos autoritários/totalitários que preferiam atuar de forma direta sobre os sujeitos. Tais mecanismos são anteriores a segunda guerra mundial, e gradualmente extintos após ela, conforme a implantação de Sociedades de Controle (com atuações tardias ou pífias em diversas regiões do globo). Elas são, portanto, **regimes intensamente preventivos**, instituídos para evitar de todas as maneiras possíveis e imagináveis a instalação de mecanismos autoritários/totalitários com atuação direta sobre os sujeitos (sistemas então considerados repressores, ou de liberdades restritas). Um verdadeiro sistema de profilaxia ao que Nietzsche teria muito antes chamado de “Aves de Rapina”⁴⁴:

“Mas voltemos atrás: o problema da outra origem do ‘bom’, do bom como concebido pelo homem do ressentimento, exige sua conclusão. – Que as ovelhas tenham rancor às grandes aves de rapina não surpreende: mas não é motivo para censurar às aves de rapina o fato de pegarem as ovelhinhas. E se as ovelhas dizem entre si: ‘essas aves de rapina são más; e quem for o menos Possível ave de rapina, e sim o seu oposto, ovelha – este não deveria ser bom?’, não há o que objetar a esse modo de erigir um ideal, exceto talvez que as aves de rapina assistirão a isso com ar zombeteiro, e dirão para si mesmas: ‘nós nada temos contra essas boas ovelhas, pelo contrário, nós as amamos: nada mais delicioso do que uma tenra ovelhinha’.” (NIETZSCHE: 1998:36)

A vinculação dos Meios de Comunicação de Massa e das Sociedades de Controle se intensifica e se integra nestes processos de lutas contra regimes repressivos e a favor da “liberdade”... investindo na vida, em sua forma considerada “boa”, e no limite, contra qualquer coisa que leve a morte.

⁴⁴ As “aves de rapina” são o inimigo sempre a espreita que justificam a manutenção dos sistemas previdenciários, de proteção e de união social. Termo utilizado por Nietzsche para indicar os homens nobres e bárbaros (as “bestas loiras”) que escravizavam populações com sua potência. Estas, em resposta se uniam em “rebanhos” para defender-se dos poucos inimigos. Para Nietzsche, os “rebanhos” são responsáveis pelo apequenamento do homem, quando cristalizaram uma moral (judaico-cristã) pautada no medo, na fraqueza e na prudência, e mantida em função da eterna ameaça.

2.4 A ASSINATURA BIOPOLÍTICA: O PODER PASTORAL

Dois vetores fundamentais estariam contidos no princípio do poder pastoral, que repercutiriam diretamente no “como” das relações de poder exercidas, até hoje, inclusive através dos Meios de Comunicação: o funcionamento indireto *in effigie*⁴⁵, que doravante trataremos por “mecanismo simbólico”, e o funcionamento governamental, presente no “mecanismo de assepsia”. Estes dois princípios estariam contidos também, em diferentes graus e variações, na evolução do poder pastoral em Biopolítica/Disciplina e por fim, em sistemas de controle e seus vários desdobramentos (Império, Ecopolíticas, etc.), colocados em uso de maneiras diferentes ao longo destas epistemes.

1) mecanismo simbólico

Uma das características exigidas a qualquer dispositivo exercendo um tipo de poder pastoral, o qual lhe garante também sua própria manutenção enquanto força legítima e auto-preservação, é a sua intervenção indireta sobre os corpos, se caracterizando como uma força em vontade (em “espírito”), e nunca, uma força de violência – própria das “aves de rapina” e instituída contra a vida e a providência das massas. Ela constitui uma luta simbólica: aquilo pelo qual ou contra o qual dever-se-ia lutar.

Esta intervenção indireta forneceria apenas o sentido para que se instituassem ou cessem as lutas e os conflitos. Ela alimenta uma perspectiva maior, o “espírito da coisa”.

O mecanismo simbólico fornece sentidos sociais, uma devolução social de valores e insumos subjetivos devidamente compilados, normalizados e categorizados. O mecanismo simbólico flui de todos para todos, mas é organizado e sistematizado através de um instrumento funcionando como fonte ou referência ascética (dedicada em purificar estes sentidos, decifrá-los, torná-los claros e idôneos, voltada a promover o bem público e a proteção da população), que, contemporaneamente pode ser encontrada nos Meios de Comunicação de Massa, ou anteriormente na Escola, no Hospital, na Prisão, etc.

⁴⁵ Em espírito; em vontade; simbólico.

2) mecanismo de assepsia

A assepsia – a limpeza, a transparência, a neutralidade e a imparcialidade, são exigências para o reconhecimento do instrumento pastoral como um legítimo representante do que prezam as massas e sua capacidade congênita em superá-las, isto é, nas palavras de Nietzsche, “que lhes possa ser amparo, apoio, resistência, coerção, instrução, tirano, deus. Ele tem que defendê-lo, ao seu rebanho” (NIETZSCHE, 1998: 115).

É necessário ao instrumento pastoral que esteja mais próximo da verdade – aquilo que recebe o estatuto de verdadeiro segundo o regime moral ou regime de verdade vigentes – e da virtude, para que esteja também em posição ambitalmente oposta às “aves de rapina”, sendo capaz de proteger as massas de seus perigos internos. A neutralidade, e sua condição intrínseca de justiça, lhe garantem esta condição. O instrumento pastoral adquire de seu “rebanho” todas as possibilidades de tornar-se uma nova “ave de rapina”, e assim, precisa antes comprovar sua virtude de neutralidade para ser então desejado pelas massas em seu ensejo por previdência e ordem.

Esta neutralidade ou virtude asséptica (não confundir com seu exercício ascético descrito anteriormente) é dependente e interferente (está implicada) no regimento moral e nas políticas de verdade vigentes em uma sociedade, e portanto, constituem formas diferentes de aplicação deste mecanismo em momentos históricos díspares.

Na neutralidade, os instrumentos pastorais tornam-se juizes, árbitros, tutores, professores, guias ou líderes, ou então os conselheiros daqueles que o são. A moral e o regime de verdade sobre as condutas e os valores subjetivos mais profundos são as regras dos jogos que arbitram. Estão sempre dentro das regras, são aqueles que acima de tudo, defendem as regras e sua importância. São também aqueles, que, legitimados pelos próprios asceticismo e assepticismo/neutralidade, podem vir a mudar as regras. São os que condenam, defendem, julgam, agem e pensam em nome de todos, sem nunca fazê-lo em ato... apenas em “espírito”. Não lhes cabe apenas o exame da consciência e a formulação das verdades e normalidades sobre as coisas, precisam representá-las, precisam mostrar a importância das regras para a condução de uma vida pacífica, docilizada, entorpecida, apassivada, narcotizada. É fundamental que o façam de forma cada vez mais transparente, para que se verifique estarem comprometidos unicamente com a missão que lhes foi confiada.

O conceito de assepsia também varia nos diversos regimes. Em certo momento, como se verá detalhadamente em capítulo posterior, os Meios de Comunicação são coagidos a assumirem uma assepsia política (neutralidade ideológica) que lhes garante o funcionamento asséptico; recentemente esta assepsia muda de uma neutralidade ideológica para uma sinceridade e transparência ideológica, que funciona igualmente asséptica nas condições específicas do regime contemporâneo: no momento atual, os Meios de Comunicação podem e devem posicionar-se ideologicamente; vivemos em um tempo onde “jogar de forma limpa” não significa mais ser neutro nas relações, interesses e disputas sociais, mas sim identificar-se e posicionar-se nitidamente, deixando claro de antemão com quais interesses, posições e juízos alinham-se seus próprios interesses.

Traçamos com isto as características comuns nas diversas encarnações do poder pastoral, seu mecanismo geral que o diferencia das relações de poder autoritárias/totalitárias que investem contra a vida (tendo claro estarem sendo vistas a luz de um regime e uma ciência biopolítica)⁴⁶.

A proposta que fazemos de conceitos como Espaços Mediáticos (ou também Instituições Informativas), e de seu conseqüente Dispositivo Mediático, operariam sob as regras deste poder pastoral. Para este dispositivo ou este espaço legitimarem-se e funcionarem segundo os limites mais ou menos restritos deste tipo de relação, são aparentemente necessárias estas duas condições detalhadas acima: um mecanismo simbólico tanto quanto um mecanismo de assepsia.

⁴⁶ Foucault não corrobora com esta hipótese. Como formula em “Em defesa da sociedade”, os modelos autoritários/totalitários são a expressão máxima de uma biopolítica, que leva aos limites a providência ao eliminar qualquer tipo de perigo. Deixaremos esta discussão para outro momento desta pesquisa.

3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE FORMA PÓS-ESTRUTURAL

Pretendemos neste capítulo expor uma forma de se interpretar a relação social dos Meios de Comunicação com base no pensamento pós-estrutural. Para isto será preciso contextualizar a passagem de Sociedade Disciplinar para Sociedade de Controle, momento onde adquiriram a importância que lhes atribuímos hoje, analisar sua emergência histórica e por fim oferecer categorias analíticas para suas relações e eles mesmos possam ser abordados, nesta episteme.

3.1 A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES DE CONTROLE: PROFILAXIA RADICAL E OS LITIMES DA BIOPOLÍTICA

Nenhum texto descreve o momento de passagem entre Sociedade Disciplinar para Sociedade de Controle, e não é possível dizer sequer se houve uma ruptura ou passagem real. É possível que convivamos com ambos os regimes, e também com resquícios do que foi a Sociedade de Soberania.

Vemos os traços da Sociedade de Controle emergindo posteriores à Segunda Guerra Mundial, se enraizando mais densamente à partir da década de 70. Este momento coincide com o período da Guerra Fria, com transformações sociais provocadas desde os movimentos estudantis de maio de 1968 (como exemplos o movimento feminista, os direitos humanos, as preocupações ambientais, os direitos do consumidor, etc.), com o processo de desinstitucionalização (emergência das organizações privadas e transnacionais como constante social no lugar de um Estado-Providência, e predominância da “Empresa Capitalista” como modelo dominante das formas de organização), do crescimento vertiginoso dos Meios de Comunicação Audiovisuais, das crises de soberania e dificuldade na manutenção de fronteiras em termos culturais e materiais em choque com um processo de globalização não só econômico. Em termos deleuzianos, desterritorializações.

Muitos estudos e estudiosos caracterizam esta mudança de valores como um novo momento histórico denominado “Pós-modernidade”. Podemos citar nomes de peso como Stuart Hall, Zygmunt Baumann, Jean François Lyotard, dentre uma lista bastante

extensa de pensadores que defendem esta causa. Essa categorização está apoiada em nome de um “porquê” destas grandes mudanças no fim do século XX, caracterizando o que “era” e o que “é agora” (ou já nem sequer “é” mais). A pesquisa destes autores se dirige a explicar “o quê” mudou em nossa sociedade, e quais os motivos destas mudanças.

Buscamos aqui, através de outras referências, nos aproximar de seu “como”. A categoria “Sociedade de Controle” infere mais no modo como a sociedade opera do que o motivo pelo qual ela assim opera. Traçamos então operadores que realizaram a mudança progressivamente, e não motivos para que ela tenha ocorrido⁴⁷. A nova pergunta fica: “Como movimentos estudantis teriam nos levado à uma Sociedade de Controle?”, ou “Como a desinstitucionalização teria nos levado à uma Sociedade de Controle?”; como as relações foram tecidas para que estas mudanças fossem se montando. Usando de que dispositivos e com quais medidas a Sociedade de Controle foi assumindo sua forma atual?

Obviamente que o numero de agenciamentos é incomensurável. Iremos nos ater aos elementos mais visíveis deste espectro.

Segundo Deleuze, “as massas não foram enganadas, em determinado momento elas efetivamente desejaram o fascismo! Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem”⁴⁸. A questão do fascismo é um ponto de origem fundamental para A Sociedade de Controle. A afirmação do autor corrobora uma premissa de Nietzsche de que o “rebanho” deseja por “pastos verdes” e não por se lançar à guerra, logo, as medidas adotadas para o processo de pacificação civilizatória chegam a extremos – extremos apenas perto do que conhecemos hoje, haja visto – como os Estados de Exceção estudados por Giorgio Agamben, regimes totalitários, entre outras coisas consideradas monstruosidades *a posteriori*.

⁴⁷ Esta é uma abordagem peculiar do pós-estruturalismo: como tal epistemologia rejeita uma relação do tipo essência-aparência com seu objeto, e abandona o princípio de existência de uma matriz estrutural “invisível” regendo todo tipo de acontecimento ou fenômeno, não há porque buscar um motivo ou um porquê para explicá-los, como foi abordado no primeiro capítulo. Epistemologicamente, o “porquê” seria o caminho objetivo para decifrar este operador invisível, traçando-o em suas motivações e revelando tais fenômenos como implicações diretas de sua atuação permanente e imperceptível.

⁴⁸ Apud FOUCAULT, Michel: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002, Pg. 76. Nota: o texto em questão, “Os intelectuais e o poder” é a reprodução de um diálogo entre Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Estas modelagens não assumem uma finitude: nenhum destes regimentos possui começo-fim, mas sim um processo que fabrica um tipo de sujeito engajado, pois há sempre algo mais a ser feito. A proteção contra um inimigo sempre à espreita – um comunista, um traficante, um terrorista, para usar exemplos mais fáceis – exige uma vigília constante e incessante; exige que permaneça-se a cavar trincheiras para evitar o pior. “Atualmente, é cada vez mais difícil para os ideólogos do Estados Unidos nomear o inimigo, ou melhor: parece que há, em todos os lugares, inimigos menores e imperceptíveis.” (HARDT, 2000: 360)

A eminência de novos regimes de terror, novos fascismos e de novos monstros a serem inventados, foi respondida com muita deficiência pelo regime biopolítico. Através dele, todas estas “aves de rapina” puderam emergir: escaparam por cima, por debaixo e pelas frestas em seus muros. “Não, as massas não foram enganadas”⁴⁹, como afirma Deleuze... mas é contra o que em seu próprio seio pode efervescer, ou seja, para combater a “ave de rapina” eminente em cada um – “a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 2002b:297) – que os mecanismos de vigilância foram tão refinados e aperfeiçoados.

Esta teia se desfez da tentativa de ordenar probabilidades como afirmava o princípio biopolítico, e passou a prever e se prevenir delas. O perigo constante não mais provocaria o medo, mas uma resposta preventiva perfeitamente administrável. Ele passou a ser medido, calculado, e transformado em parâmetros de ameaça. Segundo Slavoj Žižek, “diagnosticada há muito tempo por Friedrich Nietzsche, quando percebeu o modo como a civilização ocidental avançava em direção ao Último Homem, uma criatura apática, sem grandes paixões ou compromissos, incapaz de sonhar, cansado da vida, que não aceita riscos, procurando apenas conforto e segurança” (ŽIZEK, 2007).

Agamben talha o termo “vida nua” (AGAMBEN, 2007a) para explicar este mecanismo onde os corpos de hoje se despem de tudo que pode dificultar serem facilmente administrados. Tornam-se visíveis, expostos, desnudos. Desejam transparência e desejam vigilância; desejam-lhes para si e para os demais, como forma de seguridade e prevenção contra “o pior”, contra probabilidades. Atingimos um “Estado de Exceção permanente”

⁴⁹ Apud FOUCAULT, Michel: supracitado.

onde até a Lei e todo processo jurídico pode ser suspenso, a qualquer instante, e o escrutínio da vida pode ser autorizado e justificado, para a segurança de todos. Isto “se apresenta muito mais como uma técnica de governo (...) de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (AGAMBEN, 2007b: 18), e não como uma condição provisória.

Na medida em que estes monstros se formam, como o próprio “Estado de Exceção” já duramente criticado por filósofos, escritores, artistas e cineastas, a necessidade por uma vigilância preventiva contra novas emergências deste tipo de mal se enraíza ainda mais profundamente. A Sociedade de Controle é fruto deste ciclo vicioso colocado em movimento: a emergência de formas extremas de previdência, e o posterior ressentimento contra elas.

Nos parece, particularmente, que este processo tem início com a instauração de regimes autoritários, principalmente quando o desejo de prevenção e segurança social exige por uma ação direta sobre os corpos ao invés de um “mecanismo simbólico” que localiza alvos mas os combate somente “em espírito”. O ressentimento tem oportunidade em aparecer na medida que este rompimento com o princípio mais básico da biopolítica macula também o “mecanismo de assepsia” que garante a legitimidade dos dispositivos adotados socialmente para prover a segurança da população e proteger a vida, objetivos últimos do biopoder.

Em Foucault, a ação direta sobre os corpos é o cume da biopolítica:

“quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduos mas enquanto espécie – viverei, mas forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.” (2002b: 305).

Nesses termos, o autor define o “Racismo de Estado”, as medidas adotadas não para o embate cotidiano e a vitória sobre os inimigos ou adversários, mas a eliminação de uma ameaça ou um grande perigo à população. Trata-se, no limite, da proteção máxima a vida

(dos que sobram, obviamente). O “Racismo de Estado” é a “condição para que se possa exercer o direito de matar” (FOUCAULT, 2002b:306).

Em certo momento de seu curso em 1975/1976, Foucault analisa o regime Nazista Alemão como o ápice da biopolítica, isto é, a aplicação do direito de matar para evitar a degeneração e a contaminação da “raça pura”. Contudo, nos parece um equívoco considerar o “Racismo de Estado” e o regime Nazista (além de outros regimes Totalitários/Autoritários) como parte da biopolítica, uma vez que rompem com seu princípio mais básico de operar via um poder pastoral.

Discordando do pensamento de Foucault, nos parece mais lógico que, por justamente romperem com uma biopolítica, isto é, romperem com o processo indireto de fornecer parâmetros à sociedade deixando a cada um sua própria regulação, e iniciarem um procedimento regulatório incidindo diretamente ou artificialmente sobre corpos, estes regimes passam a ser identificados como o próprio “perigo interno” que, sem controle, foi capaz de emergir. Caracterizam precisamente a descrição dada por Nietzsche às “Aves de Rapina” em sua “Genealogia da Moral”, que de modelos admirados e reproduzidos, tornam-se a representação de tudo que é “mau”: “se as ovelhas dizem entre si: ‘essas aves de rapina são más; e quem for o menos possível ave de rapina, e sim o seu oposto, ovelha – este não deveria ser bom?’” (Nietzsche 1998:35).

“Não, as massas não foram enganadas”, é a resposta dada por Deleuze, que parece correta. Porém, no momento em que os mecanismos simbólicos e assépticos são maculados, o vetor do desejo também muda de direção, pois não há mais nenhuma virtude em se pautar neste parâmetro, nem funcionamento que forneça parâmetros para se pautar. Há um rompimento que muda todas as relações existentes, demonstrando precisamente a afirmativa foucaultiana de que “A verdade é deste mundo [...] Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT 2002:12, supracitado em 2.1.1).

Tanto o Nazismo quanto os demais regimes que romperam a relação pastoral, inauguram este ciclo onde o mecanismo previdenciário de ontem é o “perigo interno” de hoje; dada as suas proporções e subseqüentes ameaças como a Guerra Fria, a Sociedade de Controle

vai se instituindo progressivamente através de respostas fortes aos contínuos rompimentos com a falível biopolítica. Toda possibilidade de rompimento com a relação pastoral e a regulação social indireta que surgia historicamente, tornava-se justificativa para modelar-se um regime ainda mais severo e persistente de vigilância.

Nos parece correto afirmar também que os regimes autoritários marcam o ponto onde a desinstitucionalização escalona. Possivelmente a degradação do Estado e das instituições a ele conjugadas já procedia, mas, no momento que passa a ser identificado como nova “Ave de Rapina”, sua sentença está dada. As instituições passam a ser vistas de maneira desconfiada: perderam a assepsia, isto é, perderam a aura de existirem para prover a segurança e a proteção à vida desejadas pelo “Último Homem”.

Esta situação oferece uma oportunidade única às diversas organizações privadas, antes operando de maneira parasitária ou periférica ao Estado, que, conforme degrada, lhes permite tomarem seu lugar. Os discursos de “eficiência e economia”, de “foco, pragmatismo e objetividade”, próprios de seu *métier*, começam a funcionar como parâmetros de virtude. Como os carros grandes, potentes e dispendiosos considerados as grandes maravilhas no meio do século passado, chegamos ao seu fim com a valoração dos modelos econômicos e altamente eficientes.

Os Meios de Comunicação fazem parte deste processo, ocupando progressivamente um papel de defensores do interesse público, de espaço público de discussão, de instituição limpa – asséptica – orientada a prover à população insumos fundamentais para sua formação, para sua constituição, sua organização, engajamento político, para a interpretação do mundo e do contexto onde se vive, para estabelecer posicionamentos e até a diversão e o entretenimento tão vitais a qualquer pessoa.

Tanto eles quanto outras organizações privadas parasitárias do Estado são velhos companheiros dos regimes democráticos. Contra regimes autoritários/totalitários, a implantação de novas democracias ou democracias renovadas parecem ter sido uma das principais medidas de prevenção adotadas. A democracia tornou-se efetivamente – como já previam Marx e Proudhon – a religião do rebanho.

O discurso da ameaça de novas “Aves de Rapina” continua funcionando para articular relações de poder, subjetividades e operar outros deslocamentos discursivos. Do Vietnã até a Guerra do Afeganistão, vê-se o surgimento de novas maneiras de se proteger as populações contra monstruosidades a surgir. Ao contrário de um Estado Autoritário que buscava localizar e eliminar diretamente possíveis riscos, a biopolítica renascida em forma de Controle, estabelecia para si a exigente meta de reintegrar os inimigos do rebanho ao desejo por civilidade. Tais investidas tem em seu programa a conversão de territórios perigosos em regimes democráticos. A reintegração na rede da democracia global é um dos princípios mais importantes para pacificação dos reinos de onde brotam ameaças, e conseqüentemente, a melhor opção para proteção preventiva e ao sonho de “pastos verdes”. Este princípio de prevenção total, holística, culmina definitivamente no que prescrevem Hardt e Negri sobre o Império: nas Sociedades de Controle nada fica de fora; ela é inclusora, para assim, poder gerir as diferenças: “estratégia de inclusão diferencial” (HARDT, 2000:365).

Hoje, no entanto, vemos as “Empresas Capitalistas Multinacionais” operando livremente em regimes autoritários, fazendo negócios com “inimigos da democracia”, atuando por interesses e formas escusas e distorcendo toda assepsia que uma vez conquistaram. Estas organizações nitidamente não ocupam mais os papeis de “bons moços” de outrora. São criticadas por promoverem trabalho escravo, destruírem o meio-ambiente, estimularem um consumo desenfreado, minarem todos os empreendimentos e o desenvolvimento das economias locais, além da evasão de divisas, exploração de recursos naturais, etc. Vemos emergir sistematicamente o novo “perigo interno”, fabricado, modelado e alimentado pelo nosso próprio desejo, eleito para nos prover segurança e proteger a vida. Uma vez admiradas, estas organizações hoje – incluindo aí os Meios de Comunicação e sua recente batalha para cercear, territorializar e limitar o fluxo da informação e dos produtos e insumos culturais contra o livre acesso e a livre produção, fazendo uso de artifícios jurídicos baseados em barreiras comerciais e propriedade/direitos de distribuição – estão no limiar de nosso ressentimento. Fomos enganados? Não, e permanecemos a legitimá-los. Mas este vetor pode, a qualquer instante, mudar de direção, forçando um rigor ainda maior aos mecanismos de controle.

Escrutínio das organizações privadas; vigilância fiscal, operacional e financeira; Adequação às normas, regras e legislações cada vez mais extensas; transparência

absoluta; Dificuldades e empecilhos para sua fixação e manutenção de seus segredos industriais: a indústria farmacêutica é um exemplo de quem, à contragosto, conhece bem o ressentimento das massas, ao ser obrigada a fornecer a fórmula genérica de seus produtos no Brasil. A censura, monstro do passado, é novamente solução para protegernos e a nossa prole dos malefícios dos Meios de Comunicação.

São regulações que retificam e aprofundam o gosto pelo controle. Sinal de que estão a perder sua legitimidade, e podem se tornar inimigos facilmente. Em resposta, investem em esforços de imagem pública e técnicas de administração de percepção para melhorar sua reputação. A cada novo risco de uma “Ave de Rapina” emergir, submergimos mais nas redes de controle, e o ciclo se renova na fabricação de novas virtudes a se tornarem ressentimento.

A Sociedade de Controle é um grande sistema de profilaxia preventiva para um homem que não deseja sequer sentir medo do que lhe ameaça; que busca ser exonerado de qualquer risco que exista, e que sejam impossibilitadas de atingi-lo quaisquer eventualidades próprias da vida em sua forma espontânea. O desejo do “Ultimo Homem” é vívido e presente em nossa sociedade, no que lhe veio antes e possivelmente no que ainda há por vir; está presente no que há de grande e no que há de pequeno em nossas práticas e nosso desejo. A Sociedade de Controle é o paradoxo existente na idéia de liberdade – a mais antiga de todas as prisões –, como foi e continua sendo assim instituída no pensamento ocidental moderno.

“A Censura não é um meio violento restritivo da liberdade. É, exclusivamente, um remédio profilático, preventivo, de que lança mão a autoridade pública, no legítimo exercício de sua defesa própria para evitar que, na maioria dos casos, até de boa fé, a imprensa honesta possa prejudicar as medidas de maior relevância para o restabelecimento da ordem ou para o refortalecimento das instituições feridas. É assim, legítima a Censura; e sua prática constitui dever precípua e máximo das autoridades constituídas.”⁵⁰

⁵⁰ Discurso de Celso Vieira, diretor de censura no Distrito Federal em 1937, publicado no Diário de S. Paulo, 11/2/1936, p. 7 em 11 de fevereiro de 1936 – apud: SOUZA, José Inácio de Melo: **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**; São Paulo: Annablume; Pg. 99.

3.2. AS EMPRESAS INFORMATIVAS: ORIGENS

Os Meios de Comunicação começam a se organizar no século XVII e início do século XVIII. Neste período estamos falando exclusivamente da imprensa e dos jornais. No Brasil, especificamente, a “grande-imprensa” se forma por jornais como o “Jornal do Comércio” de 1826, “O Correio Paulistano” de 1854, “O Estado de São Paulo” de 1875, entre outros, todos ligados a grupos políticos (oligarquias), e uma miríade de pequenos jornais político-partidários essencialmente anarquistas ou anarco-sindicalistas, iniciados a partir de 1889. Este período, obviamente, coincide com a mudança entre “fazer morrer e deixar viver” para o “fazer viver e deixar morrer”.

Seu surgimento está apontado, de acordo com Habermas, à troca de informação entre comerciantes, e seu esforço em tentar criar um cenário favorável aos seus negócios eliminando da equação a imprevisibilidade sobre os acontecimentos nas regiões mais distantes.

“Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (cuja nova configuração já se expressa em grande parte no fato de que nela se separam os momentos próprios do político e do social), agora também o segundo elemento do sistema de trocas pré-capitalistas desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa. Em sentido estrito, os primeiros jornais, por ironia também chamados de ‘jornais políticos’, aparecem de início semanalmente e, lá pela metade do século XVII, já aparecem diariamente. As correspondências privadas de então continham noticiários amplo e minuciosos sobre assembléias parlamentares e guerras, sobre resultados de colheitas, impostos, transportes de metais preciosos e, acima de tudo, naturalmente, notícias sobre o comércio internacional.” (2003:34).

Salientamos o que a vista pós-estrutural surge como elemento crítico para a adoção social das empresas informativas nascentes: a regularidade. Há certamente uma miríade de explicações para o fenômeno, como a própria explicação fornecida por Habermas; são todas, maneiras diferentes de se interpretar os fatos históricos, como esta que apresentamos.

Se analisarmos os Meios de Comunicação ou, no caso, estes empreendimentos informativos do fim do século XVII como elementos sociais úteis para processos de regulação indireta (premissa apresentada em capítulos anteriores), observamos que

importariam menos as informações veiculadas por eles, e mais a regularidade com que seriam informadas. Mesmo que informações equivocadas fossem transmitidas, estes instrumentos não atuariam estimulando certas práticas ou desestimulando outras. Sua relação com o receptor seria constituída como fonte de informações (corretas, incorretas, equivocadas, bem ou mal interpretadas, levantadas, questionadas ou argumentadas).

Os estudos de comunicação ingleses e latino-americanos⁵¹ nos fornecem instrumental para analisar a relação entre o sujeito e os Meios de Comunicação não mais em termos de sujeição direta e absoluta, isto é, não mais considerá-lo incapaz de resistir aos estímulos disparados através dos Meios de Comunicação que lhe provocariam comportamentos determinados.

Através delas podemos considerar que mesmo na formação das primeiras empresas informativas, a reação do receptor às mensagens veiculadas não seria de acatá-las simplesmente, mas também de questioná-las, questionar a proficiência de seu autor, o posicionamento e as intenções do veículo, ou tão simplesmente de colocar-se resabiado em relação a elas quando existiria precedente para uma desconfiança ou falta de credibilidade. Principalmente através das questões levantadas pelos estudos de recepção latino-americanos, entendemos que as notícias veiculadas pelos Meios de Comunicação produzem discussão e debate entre grupos, mais do que são eficientes em persuadir.

Contudo, os Meios de Comunicação adquirem valor vital na medida que estão presentes constantemente e regularmente na vida do sujeito, provendo informações – certas, erradas ou questionáveis – que não funcionam como estímulos ou substrato para a formação de uma opinião ou posicionamento, mas tão simplesmente como parâmetros referenciais de práticas (pensamentos, comportamentos, acontecimentos) normais, anormais, ideais, vulgares, virtuosas, etc. Sinteticamente, adquirem relevância social quando passam a funcionar muito bem para um dos processos sociais de suma importância: a auto-regulação. Este é um processo social profundamente desejado pelos sujeitos, que faz dos Meios de Comunicação um instrumento estratégico para a sociedade (em específico em

⁵¹ Ciro Marcondes Filho chama de “teoria da comunicação latino-americana” a obra dos autores Canclini, Orozco e Martín-Barbero, sistematicamente os autores mais importantes aos Estudos de Recepção cuja vertente de pensamento se tornou representativa e bem sucedida em toda a América Latina. In Marcondes, Ciro: **“Martín-Barbero, Canclini, Orozco. Os Impasses de uma teoria da comunicação latino-americana”**. Porto Alegre: Revista FAMECOS n.35, 2008.

seus sistemas previdenciários), não especificamente no que produzem (informações e notícias), mas na maneira como produzem (regularmente).

3.3 A NEUTRALIDADE DA INFORMAÇÃO: NOVOS POSICIONAMENTOS

Se as primeiras empresas informativas iniciam suas atividades como instrumentos de divulgação político-partidária, seus altos custos operacionais e despesas justificavam-se como um investimento para a ocupação da máquina administrativa estatal. Assim como os primeiros Meios de Comunicação, diversas outras organizações aspiravam os mesmos objetivos, por isso, às caracterizamos como organizações “parasitárias ou periféricas”: existiam apenas em função das atividades burocráticas da máquina administrativa. A inexistência de um retorno financeiro provindo de suas atividades não constituía um problema.

As primeiras mutações sobre estas empresas informativas, a contextualizar no Brasil no meio da década de 1930 com as intervenções do DIP regulando sua atividade (Departamento de Imprensa e Publicidade, dentre diversos nomes e lideranças que recebeu), são sua adequação ao formato de empresa capitalista. Nesta fase do capitalismo contemporâneo – bem documentada por autores como Jürgen Habermas como em sua “Mudança Estrutural da Esfera Pública” – foram obrigadas a substituir toda propaganda político-ideológica-partidária por conteúdo comercial, neutro politicamente, para a constituição de uma operação rentável:

“Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, uma tal evolução da imprensa politizante para uma imprensa comercializada ocorre mais ou menos à mesma época durante os anos 30 do século XIX. A colocação de anúncios possibilita uma nova base de cálculos: com preços bastante mais baixos e um número muito maior de compradores, o editor podia contar com a possibilidade de vender uma parte proporcionalmente crescente do espaço de seu jornal para anúncios. [...] A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa” (HABERMAS, 2003:216)

A segunda mutação que lhes foi operada – medidas de adequação a novas políticas estatais – retira completamente destes instrumentos qualquer possibilidade de propaganda política própria ou opinativa, legando à eles apenas sua relação com as organizações privadas e o comércio de anúncios, além da veiculação de informações oficiais do governo. São controlados pelo Estado através de medidas como censura ou vigilância para veicularem apenas informações alinhadas ao interesses estatais. Nos EUA, por

exemplo, o combate ao comunismo; no Brasil, o ufanismo nacionalista em primeiro momento, depois, a soberania nacional própria da ditadura, como pode ser observado nas declarações iniciais de Israel Souto, primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Publicidade (DIP):

“O governo de São Paulo está convencido de que a imprensa é um fator poderoso para a execução do seu plano de ação. Assim sendo, ele quis organizar esse departamento de modo a que, pela informação exata a imprensa fuja, quanto possível, das suposições que nesta hora de reconstrução e de trabalho ativo podem transformar-se numa arma de desarticulação, capaz de anular amanhã o esforço de hoje e capaz de adulterar a realidade das coisas. O Departamento há de ser uma fonte segura de informações não somente da capital mas de todo estado [...]. Até agora, por exemplo, determinadas notícias [...] têm provocado uma série grande de prejuízos ao estado que precisa, como o país todo, de, pela verdade das informações, respirar confiança e estabelecer a paz nos espíritos, sem o que se torna supérfluo o interesse do governo em dilatar, justificar e confirmar o programa da revolução”⁵²

A contragosto, como se observa em Souza, as empresas informativas foram neutralizadas politicamente: “Para a República nascente o ideal era que a imprensa fosse mais uma extensão do Estado do que um partícipe do livre jogo das opiniões políticas. [...] A República que não formou politicamente seus cidadãos não podia, também, aceitar a construção de uma opinião política plural, livre, e igual, internalizadora da diferença.” (SOUZA, 2003:22). Foram convertidas de instrumentos de propaganda política à distribuidores passivos da informação. Apesar deste novo posicionamento parecer um rebaixamento ou desqualificação a primeira instância, suas vantagens estratégicas só foram percebidas muito tempo depois. Com este deslocamento, os Meios de Comunicação tornaram-se assépticos como se faz necessário a qualquer instrumento útil a um poder pastoral; conforme progridem os regimes autoritários/totalitários, os Meios de Comunicação tornam-se mártires de uma luta “em espírito”, posição adquirida fazendo uso da capilaridade da informação (os boatos, histórias, segredos) sobre as arbitrariedades operadas contra eles pelo Estado.

Resumidamente, o deslocamento forçado coloca tanto os Meios de Comunicação como outras organizações parasitárias em condições bastante estratégicas; assumem

⁵² Diário de S. Paulo, 28/2/1931, p. 4 – apud: SOUZA, José Inácio de Melo: **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**; São Paulo: Annablume; Pg. 56.

precisamente as características esperadas de um Estado providenciário. Quando este último perde seu posto e é colocado como inimigo, sua *nemesis* já está acolhida socialmente.

3.4 MÁQUINAS DESEJANTES PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Apresentamos até aqui uma forma de entender os Meios de Comunicação (em função do seu “como”), de onde saímos da relação de conflito entre eles e os sujeitos (entendê-los como um insistente operador retórico-político-ideológico), para uma relação pastoral (uma autêntica relação de poder baseada na sujeição espontânea entre operadores e sujeitos).

Em ambos os modelos, permanece presente a característica da regularidade na sua forma de operar, modo pelo qual acreditamos terem obtido importância vital na sociedade. Reiteramos que nos parece mais correto afirmar que “falarem regularmente”, independente da coerência ou da consistência do que se fala, tem primazia em relação ao “o que” se fala. “Como” se fala foi portanto nosso alvo de investigação.

Questionamentos em relação ao “o que” e o “como” dos Meios de Comunicação começam a se intensificar na década de 90 do século passado, com o trabalho de Jesus Martín-Barbero:

“Entendo modelo mecânico como sendo aquele em que não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios. É o modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nele, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído. Ele leva a uma confusão epistemológica muito grave. Estaríamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem com o sentido do processo e o das práticas de comunicação, como também reduzindo o sentido destas práticas na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem [...] Essa concepção confunde o sentido dos processos de comunicação na vida das pessoas com o significado dos textos, das mensagens, ou mesmo da linguagem dos meios.”
(MARTÍN-BARBERO, 1995b:40)

O autor levanta pontos cruciais ao problema da comunicação: em primeiro lugar questiona a improbabilidade de uma mensagem ser decodificada e de um receptor adquirir o sentido nela codificado. Este equívoco, para Martín-Barbero, sustentaria justamente toda a corrente que acredita serem os processos de comunicação estímulos

comportamentais capazes de induzir sujeitos a comportamentos mais ou menos determináveis/determinados.

Por mais que exista codificado em uma mensagem um determinado sentido completo, consistente e coerente, ele nunca seria decodificado e adquirido da mesma forma pelo seu receptor.

O questionamento de Martín-Barbero reforça nosso posicionamento de que as mensagens veiculadas pelos Meios de Comunicação são de importância secundária em relação a outras de suas características, ou seja, de que “o que” falam é menos importante de “como” falam, apesar da análise da mensagem ter sido a ênfase nos estudos comunicacionais até a década de 60 do século passado. O significado dos textos, opiniões, argumentações, articulações veiculadas, mesmo nas formas de imagens e sons, vistos de maneira pós-estrutural nos parecem estar completamente desvinculados da importância, do sentido e do significado do processo de comunicação na vida do sujeito, ou mesmo do sentido e da importância atribuída ao veículo em sua vida. Mesmo que concorde, discorde ou seja indiferente ao conteúdo veiculado, a relação com o veículo e com a sua participação regular em sua vida, é outra.

Uma expressão bastante representativa de seu pensamento, já demasiadamente citada na área de comunicação é: “a) A comunicação é questão de culturas, e não só de ideologias; b) A comunicação é questão de sujeitos, atores e não só de aparatos e estruturas; c) A comunicação é questão de produção e não só de reprodução” (MARTÍN-BARBERO, 1995a:51).

Esta afirmação também possui diversos pontos comuns com o pensamento pós-estruturalista e o tipo de análise que propomos sobre os Meios de Comunicação: em especial de que a comunicação diz respeito diretamente à fabricação de um sujeito e um tipo de sujeição bastante específica: o sujeito mediático, aquele que regula a si e aos outros a partir dos parâmetros de normalidade que espera receber em profusão dos Meios de Comunicação, instrumento elegido socialmente como legítimo para realizar esta sondagem e compilação, ou seja, instrumento desejado e valorizado no processo de auto-regulação social que é, se não o mais, um dos mais importantes processos exercidos no interior de uma sociedade. De acordo com o pensamento do autor, os sentidos veiculados

pelos Meios de Comunicação tornam-se suporte para que um processo de comunicação se realize entre os sujeitos e que novos sentidos sejam produzidos. Assim como já levantamos, a atuação dos Meios de Comunicação nesta epistemologia não poderia ser caracterizada como a reprodução e reforço de um sistema de domínio e condicionamento de práticas, valores, idéias e visões de mundo, mas apenas como um mecanismo social desejado para cumprir com as atividades de levantar, reconhecer, catalogar, categorizar, medir, avaliar e devolver tudo que recolhe da sociedade para ela mesma, agora parametrizado, fornecendo novos insumos para que novas práticas discursivas e não-discursivas se formem. Fazer a gestão do que Martín-Barbero chama de “culturas”, entendendo por “gestão” a capacidade de moldá-las, talhá-las, valorizar ou desvalorizar suas formas dóceis e úteis; fazê-las funcionarem melhor e atingirem sua forma ótima, e nunca de suspendê-las, suprimi-las, negá-las, castrá-las, escondê-las, impedi-las ou impedir a sociedade de se aproximar delas e de seus sentidos.

O autor, como se observa, desvincula a Comunicação como produto exclusivo de um aparelhamento por parte de grupos ou blocos, vinculando-a ao sujeito, ou ao menos dando ênfase a ele, e de maneira direta e objetiva implica a comunicação à vida: processos de construção de existências. Porém, sua proximidade com o pensamento pós-estrutural se limita a estes pequenos pontos; “Em sua teoria das mediações fica claro como ele desprende o processo comunicacional da investigação de seu processamento próprio para transferir para o campo social maior” (MARCONDES, 2008:69); seu esforço é tímido rumo às micropolíticas/micro-relações e às relações capilares de poder, sem com isso desmerecer toda sua contribuição para os estudos de comunicação. Martín-Barbero assume que seu pensamento não abre mão das relações de produção, das questões de classe e de toda a bagagem estruturalista:

“Nesse sentido, essa fragmentação do habitat cultural, como denomina Giuseppe Richieri, vem reforçar a mais velha e mais estrutural das divisões sociais, que é a divisão entre os que ascendem de alguma forma ao poder, ou seja, os que têm informação para tomar decisões – e sabemos que hoje o poder passa cada vez mais pela informação –, e a imensa maioria da população, para a qual os meios de comunicação se dirigem. Vocês não precisam se preocupar com isso: divirtam-se, distraiam-se, descarreguem a frustração que significa levantar cedo, passar horas num automóvel, trabalhar num lugar chato, num trabalho insignificante, num trabalho que não enriquece, ter de gastar mais de uma hora para voltar para casa... Descansem. Distraiam-

se. E os meios de comunicação trabalham fundamentalmente para essa imensa massa de gente cansada, estressada, enquanto outro tipo de comunicação e informação vai por outro lado, para poder realmente dirigir, orientar essa sociedade para tomar decisões.” (1995b:45).

Parece uma difícil conciliação dirigir-se rumo à micropolíticas da comunicação, à construção do sujeito e a processos de sujeição, capilaridade, ou enfim, dar enfoque às relações construídas pelo receptor sem abandonar o construto estruturalista: “Eu não tenho nenhuma receita, mas ao menos sei o que não quero. E não gostaria que o estudo da recepção viesse nos afastar dos problemas nucleares que ligam a recepção com as estruturas e as condições de produção” (MARTÍN-BARBERO, 1995:55).

Sua recusa em abandonar os processos de produção e o pensamento estrutural, faz seu pensamento soar dissonante e muitas vezes interrompido arbitrariamente para uma leitura pós-estruturalista. Martín-Barbero, por este motivo, não consegue definir um parâmetro/registo interpretativo muito claro, que se limita a evitar extremos ou radicalizações: “O primeiro extremo é: quem sabe o que se passa na comunicação é o emissor [...] Nem podemos ficar no extremo de pensar que o receptor faz o que quer com a mensagem.” (1995b:58). Qual seria então o ponto ideal para uma análise? Incerto dizer. Seu raciocínio nos leva justamente a um ponto onde o Estruturalismo não consegue mais dar conta de prover explicações: Ao considerar que o receptor é um ponto de produção, e não simples reprodução, o autor rompe com o mecanismo mais basal do Estruturalismo: deixa-o sem um centro, sem uma matriz. Sua solução conceitual é tornar o processo de recepção um sistema à parte; um processo paralelo independente de todo o sistema de reprodução que também está em pleno funcionamento.

Mesmo com todo este desencontro entre pensamentos tão diferentes, o passo inicial dado por Martín-Barbero é valioso como etapa para que o pensamento de comunicação possa ser feito também na epistemologia pós-estruturalista. “Introduzi o estudo da recepção com esta frase: temos que estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura.” (MARTÍN-BARBERO, 1995b:55), e este pensamento que inaugura os estudos de recepção nos parece estar perfeitamente alinhado com as categorias e formas de análise

que aqui propomos. O receptor, o espaço e forma de análise da comunicação, estão definitivamente atados ao emissor; como afirma o autor, ele não faz o que quer, existem campos de ação sobre ele, mas enquanto o emissor for tratado por um elemento estranho a sociedade, nos parece que esta equação não irá fechar. Possivelmente, é tratando o emissor como um instrumento desejado que opera em favor do desejo do receptor, que poderemos entendê-los (ambos) como uma única relação, um elo indivisível, e não como dois operadores independentes. O receptor seria como um centro desejante por comunicação, por parâmetros, por informação, pois com ela balizaria sua relação junto a outros sujeitos. O emissor não o controlaria, ao contrário, operaria junto com ele, já que é constituído por sujeitos que igualmente desejariam por comunicação para os mesmos propósitos... os Meios de Comunicação, seus gestores e seus detentores são deste mundo, fazem parte das mesmas redes de poder e sujeição que todos os outros, e se diferem nelas por estarem em posições mais vantajosas estrategicamente, ao menos, momentaneamente, mas estão definitivamente submetidos às mesmas regras que todos os outros.

Ao mesmo tempo, os emissores seriam também incapazes de “fazer o que querem”; estão tão atados à relação com o receptor quanto este está com eles. Se deixarem de cumprir sua parte da barganha, estariam automaticamente descartados como instrumentos vitais da sociedade:

“assinalo neste segundo nível de mediações que existe um novo conjunto de fragmentação. Fragmentações dos públicos, com os quais trabalham os meios cada vez mais matizadamente, cada vez mais sabiamente, já não só entre homens e mulheres, mas mulheres de determinada profissão e idade, mulheres de cidade grande ou de cidade pequena. E todo esse acúmulo de fragmentações tem hoje indubitavelmente na publicidade uma fonte importantíssima de estudo, dado que muito do novo discurso da fragmentação passa pela publicidade, essa mesma publicidade da qual durante anos nos dedicamos a fazer a crítica ideológica. Porém, por mais que nos pese, hoje vamos descobrindo que os publicitários são os cidadãos mais sensíveis às mudanças na sociedade. [...] Os valores de nossa sociedade, de alguma forma, estão sendo refragmentados e rearticulados; não pela vontade dos publicitários, mas porque a experiência social está mudando profundamente, e lá os publicitários fazem sua parte, têm sua iniciativa, e seu poder, embora um poder muito relativo e que consiste menos em manipular, e mais em saber observar, descobrir o que está se passando.” (MARTÍN-BARBERO, 1995b: 48).

Logo, o que seriam os Meios de Comunicação de forma pós-estrutural? Primeiramente, seriam, como as Instituições de Confinamento destrinchadas por Foucault, um instrumento produzido para um fim comum (e não particular) para suprir uma necessidade comum, coletiva e compartilhada: produzir um tipo específico de sujeito, uma forma específica de sujeição, o sujeito mediático. Neste sentido, por funcionar para a fabricação de um modo de sujeição, o qualificamos como um dispositivo, como o dispositivo da sexualidade ou o dispositivo da vigilância, que fabricam formas de sujeição. O dispositivo atende a uma necessidade profilática de distribuir e gerir discursos, palavras de ordem, práticas discursivas e não-discursivas, e fabricar um sujeito para uma sociedade específica – em nosso caso, uma onde nada fica de fora, altamente inclusiva e amplamente protetora (tanto contra eventualidades quanto a seus próprios perigos internos). O dispositivo só existiria por que haveria sujeitos, em grande escala, livremente desejanter por tal tipo de sujeição, que a considerariam uma vantagem e não uma restrição; no limite dispostos a ela, ou a ela engajados. Todo dispositivo é o que Nietzsche já chamou de instinto de rebanho funcionando no sujeito.

Além de um dispositivo, que lida com esta necessidade ou desejo regulador podendo assumir diversas formas materiais ou não-materiais de se realizar, teríamos também a relação com o equipamento de comunicação, seu conteúdo e seu processo de comunicar, isto é, o jornal/notícia, a televisão/programa, o rádio, a internet e todas as diversas formas de comunicação contemporâneas, que também não são exatamente materiais, mas estabelecem com o sujeito uma relação de contato. Este é o espaço mediático. Ele abarca o problema da mensagem, da linguagem, do gênero, da especificidade, da adequação ao público (segmentação e fragmentação), enfim, o espaço mediático é o terminal por onde se realiza a função do dispositivo, como a vigilância, a sexualidade ou a saúde atuavam como dispositivo através da escola, do hospital, da prisão e de outras Instituições de Confinamento.

Propomos que, pensar a comunicação em termos pós-estrutural, seria analisar esta tríplice implicação sujeito-espaço-dispositivo, isto é:

1) **Espaço:** em que condições a comunicação decorre ou como são seus terminais; com que regras, com que formas, com que frequência, com qual linguagem, e com que públicos ela se conecta? De que discursos e práticas discursivas ela trata? Como as evoca e as liga a sociedade?

2) **Dispositivo:** que tipos de sujeição ela se dispõe a reger, normatizar, aprimorar, controlar, regular? Como esta comunicação adquire importância para a vida do sujeito? Com que grau/profundidade este sujeito se liga a ela?

3) **Sujeito:** o que esta comunicação faz funcionar nele? Que relações de poder entre ele e si mesmo, ou entre o ele e outros sujeitos são tecidas a partir dela? Que campos de ação ela colabora para que ele restrinja ou amplie? Como ele a usa estrategicamente em sua relação consigo e com os outros?

Parece crítico que estes três critérios sejam analisados ao se abordar qualquer tipo de processo mediático. Parece também fundamental acatar que haja um descolamento entre as três categorias, isto é, que as questões levantadas no terminal da comunicação não estabeleçam nenhuma coerência com os tipos de sujeição fabricadas pelo dispositivo, e que os efeitos obtidos estejam em total desacordo com ambos. Em suma, que não exista entre as três categorias uma relação causal ou ligação coordenável. Contudo, o papel social dos Meios de Comunicação – sua relação com a sociedade – constitui-se, vistos de forma pós-estrutural, em um fluxo único que mistura os produtos independentes destas três formas.

4. DESCONSTRUÇÃO COMUNICACIONAL: SUJEITO, DISPOSITIVO E ESPAÇO MEDIÁTICO.

Apresentamos no capítulo anterior três categorias metodológicas através das quais poderíamos abordar os Meios de Comunicação de forma pós-estrutural. Resta ainda detalhar e explicar como este tipo de análise poderia proceder.

Os três critérios analíticos substituem a já conhecida fórmula Emissor-Meio/Mensagem-Receptor, diagrama que estrutura o processo de análise de origem estruturalista. Não se pode, contudo, confundir Espaço Mediático com o Meio, Dispositivo Mediático com o Emissor e Sujeito Mediático com Receptor. Tratam-se de elementos completamente diferentes:

4.1 ESPAÇO MEDIÁTICO

Primeiro, é importante lembrar que, tanto pelo viés pós-estrutural como pelo pensamento de Jesus Martín-Barbero em Comunicação, não existiria um real emissor, e que o processo de emissão acabaria assumindo um novo vetor quando uma mensagem chegaria ao receptor.

Se não há verdadeiros emissores, não deveríamos pensar no Espaço Mediático como um projeto de um Emissor ou de um grupo que os controla. O Espaço Mediático não seria a fonte de emissão, seu suporte ou o iniciador da comunicação, mas o terminal por onde toda a relação de comunicação, já decorrida, desaguaria e iniciaria novos processos.

Não se trata de um aparato, equipamento ou de um conteúdo; o Espaço Mediático, como seu nome já indica, seria um espaço de acontecimento na relação entre o sujeito e os Meios de Comunicação durante o processo de comunicação (unidirecional, bidirecional ou multidirecional); é a sensação de estar vivenciando um espaço público, compartilhado por uma multiplicidade de corpos atentos aos mesmos assuntos, ou dividir a solidão de ser um dos poucos interessados em uma questão específica, posta ali como objeto de evidência pública, mesmo quando direcionada para pequenos públicos especializados, fragmentados ou segmentados. Tudo isto, isoladamente em cada indivíduo.

Ao contrário das Instituições de Confinamento estudadas por Foucault – processos descontínuos de talhar subjetividades aplicados sobre grupos e experimentados coletivamente – Espaço Mediático é uma experiência individual que liga, à sua forma⁵³, o indivíduo ao coletivo.

Como qualquer espaço, ele possui limites, mesmo que não possua paredes. Pode-se entrar ou sair dele. Um programa televisivo voltado para jovens e adolescentes irá fazer com que adultos saiam de seu espaço, mesmo que permaneçam à frente da televisão expostos a todas as mensagens e estímulos veiculados. Mas o Espaço Mediático não trata especificamente do conteúdo veiculado pelos Meios de Comunicação, ele diz respeito às condições da comunicação, à maneira que ela se dá como um todo.

Ele seria o processo direto de docilização do sujeito: seja através da conexão com outros sujeitos, seja através do contato com os objetos gerais ou especializados de interesse público, seja através da alienação em relação ao entorno com a concentração sobre os estímulos e mensagens veiculados: a comunicação produz docilidade. Esta propriedade é notória desde os antigos gregos: Hermes [*Ερμής*] (ou Mercúrio entre os Romanos) era o arauto dos Deuses e fiel mensageiro de Zeus. É seu mérito também ter tranquilizado Apolo [*Απόλλων*] com uma lira, que em agradecimento presenteou-o com o caduceu, o símbolo da Paz. Incluem-se em seus feitos a invenção das letras e algarismos, e portanto da linguagem e da interpretação (de onde vem o termo “hermenêutica”). Parece desnecessário alongar-se mais em relacionar suas características para demonstrar que estava ligado as virtudes da comunicação como forma apaziguadora (entendimento e compreensão entre os homens) e produtora de relações. Como afirma Edson Passetti: “A razão comunicativa, sabemos, pacífica e exige uma produção em que predomina a diplomacia.” (2003:44, citado anteriormente).

A atividade principal deste espaço seria talhar subjetividades. Alimentar os sujeitos com insumos subjetivos, aprimorá-los, fazê-los úteis (mostrar sua utilidade), e ao mesmo tempo recolhê-los dos sujeitos, compilá-los, medi-los, investigá-los, testá-los. Enfim, o Espaço Mediático é o espaço onde se produzem e se transformam enunciados e discursos.

⁵³ Se o pensamento crítico qualificará esta ligação como uma ilusão ou não, pelo viés pós-crítico podemos apenas afirmar que a relação, mesmo sendo imaginária, existe ali, pois a implicamos à processos de produção, e não a processos de reprodução. Toda relação é uma produção do sujeito, e portanto algo que para ele é real, mesmo quando não está lá.

Da mesma forma que no interior de uma Escola se usam técnicas e procedimentos para talhar subjetividades, no Espaço Mediático existem técnicas para que a mesma modelagem aconteça. Da mesma forma que separavam-se meninos e meninas, instituindo a diferenciação de gêneros, no Espaço Mediático instituem-se gêneros, formas, modos. Eles são aprimorados e tomam corpo. Delimitados, enquadrados, norteiam os sujeitos. Nele, produzem-se saberes e poderes.

Cabe avaliar, portanto, todas as condições pelas quais opera. As técnicas, os mecanismos, as linguagens, a forma como cada uma delas obtém resposta em cada tipo de público, os procedimentos, a frequência com que se realizam, ou como se cadenciam; como é possível enunciar algo, como gerenciam práticas discursivas ou se apóiam em práticas não-discursivas. Como e em que condições o Espaço Mediático produz insumos, e para quem – melhor seria dizer: com quem – os produz. Como os obtém da sociedade.

Os estudos da mensagem e do discurso, alvo de Foucault em suas primeiras inquietações, buscam dar conta de como é possível enunciar algo, em que condições um discurso pode tomar corpo. Não há qualquer dúvida de que esta problemática está envolvida com o Espaço Mediático, mas é preciso ir além... além das regras aos quais estão submetidos os discursos ou os enunciados, é preciso buscar como este espaço está sendo ajustado para falar melhor (ou ainda, para falar melhor com quem); que problemas, que empecilhos ou que barreiras exigem por estes ajustes.

Ao analisarmos o Espaço Mediático, varremos um conjunto de práticas discursivas e relações entre os sujeitos: geri-las parece ser a função primordial desta categoria. Sua análise não incide em olhar o Emissor ou o Receptor, mas sim o próprio espaço de acontecimento: o que é este “espaço público” que se forma; quais são suas regras para entrada, saída e participação; a quem ele interessa ou desinteressa; com que técnicas cria estes vínculos; que questões precisa enfrentar e ajustar-se para continuar funcionando.

Este processo de comunicação mediática, visto de maneira pós-estrutural, é bastante análogo a outros instrumentos que criam a mesma sensação de espaço público: podemos compará-lo, por exemplo, a uma missa em uma igreja católica. Ao analisar o Espaço Mediático, restringimo-nos a observar (nesta comparação) a relação dos religiosos com a

missa e o espaço-igreja, incluindo aí tanto o padre quanto os fiéis. É bastante óbvio que a fala do padre para seus fiéis é algo de suma importância, contudo, parece mais importante reconhecer que aquele lugar e aquele acontecimento representam para ambos um momento de conexão entre eles e sua fé (incluindo tanto fiéis quanto eclesiásticos), e isto é o que levam para suas vidas quando saem deste espaço. Havendo concordância ou não com a mensagem proferida no sermão, aquele momento providencia ao grupo participante uma ligação coletiva, um espaço para discutirem e compartilharem suas opiniões, seus valores, suas subjetividades (providenciam também, obviamente, exclusões e isolamentos). É o momento onde se realizam as misturas subjetivas, as trocas de sentido, e o local onde toda esta produção é recapturada do grupo, caracterizada como as diferentes formas como sensibilizaram as pessoas, alimentando e ajustando os novos sermões, os novos assuntos a serem discutidos e compartilhados. O pastor conduz, mas é ao mesmo tempo participante de toda relação acontecendo ali. Ele está aberto e atento para absorver ou lidar com todo o tipo de reação de seu rebanho.

Já sabemos que sua fala, independente do assunto que irá abordar, estará pautada de alguma forma na bíblia que segue. Poderíamos dizer até que a mensagem de fato já é previamente conhecida. Mas nem por isto seu rebanho deixará de estar presente na cerimônia, já que se trata de um momento de comunhão pública e não da distribuição de uma mensagem. O bom pastor não é aquele que tem uma opinião melhor, uma argumentação melhor, ou conhece melhor o substrato religioso; o bom pastor é aquele que encontra a maneira como um grupo de fiéis deseja que se realize as relações no espaço-igreja.

4.2 DISPOSITIVO MEDIÁTICO

O Dispositivo Mediático seria a parcela transcendente deste processo de comunicação. Ele é a relação que se estende para além do Espaço Mediático. Utilizando o exemplo anterior de comparação entre o Espaço Mediático e o Espaço-Igreja, o dispositivo seria o mecanismo funcionando no sujeito que o faz praticante de sua fé quando ele está fora da própria Igreja; é o mecanismo que pauta seus atos e o faz, por si mesmo, corrigir seus desvios que não estão de acordo com ela, sem a necessidade do sacerdote para vigiá-lo.

No melhor estilo panóptico, um dispositivo institui a auto-vigília e a sensação de que se está sendo sempre vigiado por todos os outros sujeitos, isto é, institui em nosso caso uma necessidade de se estar conectado aos outros, como uma forma de civilidade, de participação social, de engajamento ou comprometimento, de se estar atualizado sobre a situação e os acontecimentos da sociedade, como um quadro de avisos em uma organização que faz a atualização centralizada dos seus funcionários e colaboradores sobre tudo que ocorre nesta organização, de suas decisões, de seus problemas, de suas solicitações, exigências, de seu rumo.

É preciso pensar, por exemplo, que questões fazem aparecer tanta urgência pela volta da censura aos meios de comunicação audiovisuais brasileiros neste início de século? Que problemas exigem por maiores restrições à propaganda e a publicidade? Quem a sociedade pretende proteger com tais ajustes? Como são protegidos? Do que são protegidos? Por que precisam ser protegidos? Ou também, por exemplo, porque na TV norte-americana podem ser exibidas cenas de violência explícita, mas são censuradas palavras de baixo calão? Que ajustes foram realizados sobre os Meios de Comunicação, e porquê? Por quais motivos seu uso mudou? “A significação de um sentido consiste na qualidade da força que se exprime na coisa (...) A afirmação não é a ação, e sim o poder de se tornar ativo, o devir ativo em pessoa; a negação não é a simples reação, mas um devir reativo” (DELEUZE, 1976:44). Se o dispositivo é o instinto do rebanho funcionando no sujeito, tais ajustes elencados representam uma providência, o cuidado do todo com cada uma de suas partes, instituído, contudo, pelas partes (em seu acontecimento conectado) e não pelo todo (pois ele, concretamente, não existe).

O Dispositivo Mediático fabrica sujeitos e processos de sujeição. Incorpora os objetos dos quais a sociedade deseja se proteger, deseja serem aprimorados, controlados ou eliminados. É construído sobre valores normais, valores anormais, ideais, perversos quando medidos e parametrizados, funcionando nos sujeitos como uma baliza, um senso comum, o bom senso, enfim, as necessidades coletivas (de previdência, de proteção, de prevenção) assumidas nas práticas individuais.

Trata-se portanto de uma, ou até múltiplas forças sempre atuantes; é a força da qual atribuímos todo o poder manipulador, penetrador e invasivo dos Meios de Comunicação: é sua parcela diretamente implicada à vida, ao biopoder, e sendo assim, tratamos especificamente das armas e dos objetos que ancoram ou ampliam as possibilidades nas relações entre os sujeitos, e um elemento construído pelo próprio tecido social.

Abordar esta categoria constitui analisar as questões das quais a sociedade exerce uma profilaxia, estabelece cuidados, ou tenta ser previdenciária: quais são os pontos que surgem como objeto de preocupação social e sobre os quais se cria um desejo de saber, um desejo de controle, um desejo invasivo de visualidade? Um desejo de tornar público, de tornar visível?

Este Dispositivo Mediático seria o elo entre os sujeitos de nosso tempo: estabelece um vínculo entre todos que desejam os Meios de Comunicação como instrumento de regulação social e controle, e que, em conseqüente, se apóiam neles para se constituírem como sujeitos.

4.3 SUJEITO MEDIÁTICO⁵⁴

O sujeito de nosso tempo, um “último homem”, se constitui como sujeito nas relações sociais pela capacidade de visualizar uma sociedade, de formar uma opinião sobre ela e sobre sua parte nela, à partir dos olhos que não são fisicamente seus. Como um morcego, sabe tudo o que o cerca sem precisar enxergar. A informação modela seu mundo, e em sua quantidade quase que ilimitada delimita precisamente todo seu entorno. Não sustenta-se apenas na informação, mas na informação comentada, na informação digerida e na informação que já se tornou outra coisa: opinião, argumentação, discurso, palavras de ordem. Desenvolveu uma hábil capacidade de compará-las, de implicá-las, de extrair de seu choque algo novo.

Parece improvável que possamos pensar um sujeito neste mundo sem, de alguma forma, atrelá-lo aos Meios de Comunicação. Mais do que Marshall McLuhann imaginou, não falamos de extensões de seus sentidos perceptivos, mas da construção de seu sentido de existência. Trata-se de uma criatura altamente conectada em uma (ou mais de uma) cultura e identidade, e que por mais hedonista que seja, não vive sem o elemento mediático para ligá-lo aos outros. Enquanto críticos como Guy Deboard vão caracterizar um grande perigo social surgindo com a extrema individualização e a segregação do indivíduo em relação ao coletivo (este autor coloca a ligação mediática como uma ligação falsa, uma ilusão que mascara a desconexão do coletivo), vemos perigo tanto na individualização quanto na coletivização, já que ambos, como já havia identificado Foucault, ocorrem juntos. Este foi capaz de perceber na Sociedade Disciplinar esta dupla articulação que individualiza ao constituir um sujeito que se entende autônomo, e ao mesmo tempo o implica aos demais fazendo-o parte de uma massa:

“o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas (...)

⁵⁴ Muitos críticos do pós-estruturalismo Francês determinam que através dele, o sujeito é dado como liquidado, principalmente pela obra de Foucault. Esta hipótese é equivocada, haja visto que o próprio Foucault, no texto “O Sujeito e o Poder” explicita que sua obra foi toda dedicada a entender o problema do sujeito. É fato que se estivermos a considerar um Sujeito Hegeliano, sim, ele é liquidado pelo pensamento pós-estruturalista. O sujeito pós-estrutural é uma inscrição de forças e intensidades. “o pós-estruturalismo nunca ‘liquidou’ o sujeito, mas reabilitou-o, descentrou-o e reposicionou-o em toda sua complexidade histórico-cultural.” (PETERS, Michael, 2000:81)

houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 1995:236)

Subjetividades cada vez mais singulares, que estão cada vez mais dependentes de formas de ligá-las em uma formação que nem sequer sabemos poder ser chamada de massa, massas ou perfis. Conformações fragmentadas e segmentadas, mas que estão – todas – ligadas de alguma forma, cada vez mais.

Em oposição à quase todas as Teorias da Comunicação, vemos pelo Pós-Estruturalismo que é nele, no Sujeito Mediático, que o processo de comunicação começa. É para regulá-lo, para restringir, para ampliar, para controlar as probabilidades em seu campo de ação, para prevenir e para protegê-lo de si e dos outros que a comunicação se inicia, nele. Nietzsche já havia renunciado que é dentro do homem que é preciso libertar a vida; libertá-la da forma-homem de aprisioná-la. Pois a comunicação é o esforço do homem de nosso tempo em aprisionar a vida – e sua espontaneidade arriscada – em limites que garantam com certa folga a prevenção de seus perigos internos e externos.

Isto é, aparentemente, inverter toda a lógica na qual a Teoria Hipodérmica de Comunicação, a Teoria Crítica Alemã de Comunicação, os Estudos Culturais Ingleses ou mesmo os Estudos de Recepção Latino-Americanos se apóiam. Em todos estes casos, trata-se de entender a comunicação como um processo estruturado do topo de uma pirâmide – a fonte emissora – para uma base receptora, lidando de maneiras diferentes como esta apropriação comunicacional acontece (sem qualquer resistência, com formas específicas de resistência, de maneiras independentes, etc.). Em nosso caso, a comunicação tem início na base da pirâmide, que fabrica camadas superiores conforme vai precisando de instrumentos para normatizar a si mesma; estabelece formas e instituições superiores a si para que corporifiquem a força que, massivamente, desejam ver instituída para regular a todos.

Fazendo mais uma vez uso da comparação entre as questões comunicacionais e uma missa religiosa, afirmamos com esta categoria que os sujeitos da Fé não surgem a partir da existência de uma Igreja, mas sim que o desejo dos sujeitos por definirem, modelarem,

regularem e darem corpo a uma espiritualidade/religiosidade os faz construir uma Igreja. A missa não ocorre sem a presença dos fieis; é por sua própria exigência que ela ocorre, e se inicia no horário marcado mesmo com a presença de poucos, fazendo jus aos valores de assiduidade mantidos como virtude desejada por cada fiel para constituir-se como sujeito.

Mas a relação entre o sujeito e os Meios de Comunicação não ocorre como uma força única e concentrada; a construção das relações de poder como analisadas por Foucault ocorrem de forma capilar, ou no título dado por Roberto Machado⁵⁵, uma microfísica do poder. Elas ocorrem dispersas, sem um centro, de todos os pontos para todos os pontos, e conseqüentemente, o uso dos Meios de Comunicação como instrumento nestas relações é feito por todos os sujeitos. É este sujeito específico, cooptado aos Meios de Comunicação, que lhes usa como instrumento ao mesmo tempo que os deixa agirem através de si, que chamamos de Sujeito Mediático.

Esta é uma forma de sujeição onde os sujeitos se relacionam de forma cada vez mais separada e, ao mesmo tempo, cada vez mais junta. Cabe rever, principalmente, o que se conceitua por este juntar-se dos sujeitos: os críticos que se dispõem a analisar as relações sociais a partir da interferência/influência dos Meios de Comunicação geralmente apontam (vide Debord, Baudrillard, dentre muitos outros) que estes ajuntamentos mediáticos constituem uma estratégia bem articulada para debilitar qualquer capacidade de resistência por parte dos receptores da comunicação; Já Martín-Barbero, Néstor García Canclini, e outros oferecem algo como um prognóstico direcionado para a valorização das relações comunitárias como representação legítima dos valores democráticos, ou Stuart Hall que, por sua vez, levanta a idéia das identidades culturais como forma de politização. Difamadas ou bem-vindas, nenhum destes autores relaciona estes ajuntamentos aos processos de lutas entre os próprios sujeitos (no máximo, contra um meta-inimigo), ou que a comunidade ou o grupo constituem, já em si mesmos, uma rede de poderes onde lutas em escala reduzida serão inevitavelmente travadas.

⁵⁵ Compilação de textos de Michel Foucault realizada por Roberto Machado e intitulada “Microfísica do Poder”: FOUCAULT, Michel: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

O Sujeito Mediático é aquele que tece relações de poder (amplia, restringe, ordena o campo de ação do outro e de si próprio) em parceria com o Dispositivo Mediático. É aquele que o usa estrategicamente ou que se sujeita a outrem em função dele.

Como analisar o Sujeito Mediático em relação à uma mensagem? Pois ao vermos a representação de um casal homossexual em uma telenovela, ao invés de nos atermos a concepções como reforço ou transgressão de valores sociais, deveríamos observar como os sujeitos usam esta mensagem para tecerem suas próprias lutas; como ampliam seu campo de ação, ou como têm seu campo ordenado por outros; como através dela se apropriam de posicionamentos mais vantajosos estrategicamente para novas relações de poder. Vemos, quando este tipo de mensagem é veiculada, grupos que representam os interesses homossexuais fazendo uso das mensagens e da oportunidade de discussão pública sobre o tema para enraizar ainda mais uma conduta e um devir homossexual; criticando ou valorizando o que se veicula, se articulam com o intuito de reger a prática homossexual, aprisioná-la cada vez mais em normas, regras, parâmetros e ideais para definir (excluir e incluir) os que pertencem e os que não pertencem a este grupo. Nesta condição, tecem relações de poder: excluem automaticamente a prática mais perversa de seu grupo – os pedófilos – para que não sejam misturados com aqueles dos quais também combatem, e possam ocupar posicionamentos mais vantajosos para exercerem sua identidade bem definida; constituir uma forma virtuosa para a prática homossexual que servirá de regra, e a partir da qual os sujeitos homossexuais deverão se ligar e se por na obrigação de exercê-las para conquistarem tal virtude.

Ou também, por exemplo, ao vermos mensagens sobre o lançamento de um novo filme da indústria nacional: como os sujeitos se juntam, se afastam, se dividem ou se unem em função desta construção? Como articulam relações entre si? Que ajuntamentos adquirem força e projeção nos meandros sociais a partir disto? Estas são as questões que devem ser colocadas para olharmos o Sujeito Mediático.

A análise sobre ele não se limita, contudo, em catalogar como se juntam ou se afastam os sujeitos; é preciso observar também que estas construções de identidade, identificação e reconhecimento se configuram estrategicamente, e como tal, é de suma importância relembrar que:

“A palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter um vantagem sobre o outro. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a vitória” (FOUCAULT, 1995:247).

Sua análise constitui em observar nos ajuntamentos, nas identidades, e nas relações estabelecidas a partir da relação com o Dispositivo e o Espaço Mediático as regras com quais os sujeitos se ligam e se colocam na obrigação de por em prática: o que ganham com elas? O que perdem com elas? Como conduzem a si e aos outros a partir delas?

O Sujeito Mediático é estratégia: é a medida para realizar uma ação sobre a ação do outro, para estruturar suas possibilidades, prevenir-se dele e colocar-se em situação (preferencialmente) vantajosa em relação a ele. Formas de cooptação também: submissões consentidas, sujeições desejadas que garantam vantagens em relação a outras relações de poder.

O sujeito é pura relação de poder, e é a partir dos instrumentos destinados a analisá-la que devemos investigá-lo. Nele está a origem de todo o processo de comunicação, não seu fim, e como se pode observar, a relação estratégica e indireta nestas relações constituem todo o elemento/poder pastoral que acaba constituindo os Meios de Comunicação de Massa, quando vistos de forma pós-estrutural.

Como se relacionam com a sociedade? São nossos bons pastores. Estas três categorias desconstruídas possibilitam que analisemos criteriosamente a relação pastoral exercida pelos Meios de Comunicação, sua importância e relevância social, isto é, qual sua função dentro das relações sociais.

5 AS FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO

Os processos de comunicação exercidos através dos *Media* (em geral por diversas organizações) , se encontram divididos em algumas ferramentas: a propaganda & publicidade, o jornalismo, o marketing, as relações públicas, e estas são ainda subdivididas em mais outras sub-categorias.

Dedicamos este capítulo à esboçar como as especificidades destas categoriais podem ser também abordadas em termos pós-estruturais.

De fato, algumas categorias se acoplam mais facilmente a certas teorias: o marketing, a propaganda e a publicidade notoriamente se alinham com as teorias norte-americanas; o jornalismo em nosso panorama nacional encontrou terreno fértil no pensamento crítico europeu; as relações públicas, originalmente próximas do mesmo pensamento, migram cada vez mais para as questões de cultura, se aproximando dos Estudos Culturais Ingleses, e muitas vezes dos estudos de recepção. Contudo, estas condições não são de forma alguma uma regra.

A grande barreira que impede aproximá-las do pensamento pós-estruturalista reside justamente numa relutância de se explorar olhares diferentes daqueles que se enraizaram profundamente sobre cada uma delas. Como entender os processos de propaganda, marketing ou publicidade senão por mensagens e estímulos veiculados para provocar determinados comportamentos? Como entender o esforço empreendido por um jornalista senão por uma árdua labuta em formar uma consciência, uma opinião, um sujeito crítico capaz de enfrentar a colonização de si mesmo por forças muito maiores que ele?

Pois todas estas atividades também podem ser entendidas como formas sofisticadas e eficientes de prevenção e proteção, mesmo que sejam realizadas com outro propósito em mente. O fato de um jornalista realizar sua prática com o propósito de combater a alienação como postulado pela escola crítica alemã, não impede que seu resultado seja perfeitamente adequado aos propósitos de uma biopolítica; ou mesmo que um profissional de propaganda, ao desenvolver uma campanha publicitária para aumentar vendas de um determinado produto, não esteja realizando – sem intencionar – um processo altamente biopolítico.

De forma bastante reducionista, estas teorias apóiam-se na concepção de que a mensagem é o elemento central destes processos, portanto, a mensagem insistentemente veiculada pela campanha publicitária é a responsável pelos efeitos comportamentais de consumo, ou a mensagem crítica é responsável pela formação de uma opinião e capacidade de resistência, uma blindagem contra forças externas cujas intenções nem sempre são positivas para o próprio sujeito.

Pelo viés pós-estrutural, temos a mensagem em segundo plano no processo de comunicação. O Meio, a frequência, a linguagem adotada, os públicos com quem a comunicação se relaciona acabam obtendo maior importância, isto é, poderíamos questionar se, no caso da propaganda, do marketing e da publicidade, tomados como exemplo, um comportamento específico de consumo não poderia ser produto da constante veiculação da peça mediática em um *Media* que detém respaldo social (isto é, consolidou-se como um lugar seguro para se obter referências do que é normal), fazendo do consumo de um determinado produto uma prática normal tanto quanto segura. Este comportamento não seria portanto o resultado de uma articulação retórica ou de uma imagem bem produzida, mas da normatização das práticas de consumo por parte dos próprios sujeitos, já que se houvesse algo de anormal ou perverso sobre ela ou algo de inadequado para aquele produto ser apresentado no *Media* em questão, sua publicidade não estaria lá. Principalmente o lugar onde a campanha é veiculada não é escolhido por acaso: o planejamento de mídia – os veículos adequados e mais eficientes para a campanha – não é feito sem uma pesquisa considerável sobre o que pensam, quais os hábitos e toda a construção psicográfica (valores, sentidos, juízos) do potencial público consumidor; logo, uma campanha não é construída sem sua ativa participação, mesmo que o consumidor não seja o “autor” das peças publicitárias. Também sabemos que estes consumidores não estão desligados uns dos outros e que o consumo de um produto, como observa Néstor García Canclini em suas pesquisas, não é feito sem alguma mediação da família e dos círculos próximos de amizade (relações primárias).

Por fim, o consumo de produtos, de acordo com os grandes pensadores da Administração & Marketing (dentre Phillip Kotler, Peter Drucker, Thomas Stewart, Takeuchi & Nonaka) não obedece tão simplesmente uma necessidade fisiológica ou material, mas condições de auto-afirmação, identidade e representação de si. Os produtos consumidos

servem, em grande parte dos casos, para representar o que são e o que pensam os sujeitos, ou seja, inseri-los nas relações junto aos outros sujeitos.

Nada neste exemplo sucinto faz referência à retórica ou a mensagem, mas ao desconstruir uma relação hipotética de propaganda e publicidade, observamos nela as questões referentes ao Espaço Mediático (o terminal da comunicação, a importância da frequência da propaganda, da veiculação nos horários, programas e veículos adequados, e da exposição massiva criando um elo entre os sujeitos participantes deste espaço), a questão do Dispositivo Mediático (a regulação do consumo deste produto hipotético como um processo normal, sustentado pela pertinência do *Media* escolhido para a veiculação) que lhe garante realizar algo dentro da normalidade, amparado pela certeza de que não só ele realiza esta prática, mas uma miríade de outros sujeitos que como ele também se relacionam com o veículo averiguado, e também a questão do Sujeito Mediático, que se insere em relações junto a outros sujeitos em função daquilo que consome, possui ou afirma sobre si e se põe na obrigação de representar a partir das suas relações de consumo.

Desta forma, a produção de uma peça publicitária para fins comerciais, mesmo que sem intenção, não lida com estímulos comportamentais, mas com a construção de valores normais/anormais, e estes sim, estão diretamente implicados com as práticas de consumo; Trata-se de uma relação indireta, pastoral: algo da ordem coletiva, outorgado socialmente, está sempre presente para proteger o indivíduo; os processos de comunicação não lhe dizem o que deve fazer nem lhe determinam condutas, mas constroem parâmetros que pode seguramente tomar, ao menos, como referência. A propaganda pode ser analisada perfeitamente como uma produção biopolítica, e seu resultado direto é a fabricação de um sujeito densamente ancorado nos sistemas da Sociedade de Controle. Não só os produtos mas também sua parte imaterial (comunicação) estão implicados em sustentá-la, como já intuía Deleuze. Ao se fabricar um tipo específico de sujeição, a comunicação (no caso, propaganda/publicidade) talha o sujeito dócil, útil, civilizado e sob controle, na mesma intensidade que é talhada para atendê-lo em sua necessidade por regulação.

Não obstante, as relações públicas – a atividade de harmonizar públicos e gerenciar suas demandas e interesses – também atua em um registro pastoral; mais facilmente

aproximada do Pós-Estruturalismo, lida integralmente com as micro-relações de poder, desde as relações internas entre os funcionários das organizações, até as questões entre a organização e a sociedade. É papel do profissional de relações públicas desenvolver melhorias para o ambiente de trabalho, para o bem estar dos funcionários, otimizar, facilitar e fazer mais produtivo o relacionamento da organização com fornecedores, distribuidores, consumidores, governo, etc., isto é, talhar públicos e torná-los dóceis e úteis, cada vez mais cooptados à organização e incapazes de oferecer-lhe resistência.

Quanto ao jornalismo, sua própria história compartilhada com o nascimento das relações públicas como descritos por Habermas em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, nos oferece base suficientemente sólida para qualificá-los em uma biopolítica, desde sua vocação pastoral para defender a sociedade, até seu constante processo de sondá-la, compilar suas práticas, suas tendências, seus valores, e devolvê-los de forma eloqüente para a sociedade.

Obviamente que realizamos aqui um exercício bastante simplório para abordar as relações das ferramentas de comunicação no âmbito pós-estrutural. Como já apresentado, os critérios para sua desconstrução são substancialmente mais ricos e complexos do que isto. Contudo, o intuito não é realizar uma análise profunda de cada uma delas (tampouco de uma delas), mas demonstrar que esta abordagem é possível abrindo frente para que se explorem estes caminhos em novas análises, mais precisas e contundentes.

6 CONCLUSÃO

Em entrevista realizada em Julho de 2008 para a revista FAPESP, Muniz Sodré, renomado pesquisador de comunicação, afirmou que a mídia tornou-se uma nova esfera existencial: “Mídia como o que Aristóteles chama de bios, isto é, a cidade investida politicamente. É a sociabilidade da polis. Não é carne o que chamamos de biológico hoje [...] Eu descrevo a mídia como o quarto bios, que é o midiático, virtual, da vida como espectro, da vida como quase presença das coisas. É real, tudo que se passa ali é real, mas não da mesma ordem da realidade das coisas.” (SODRÉ, 2008:68).

Como bios, como vida ou condição existencial, lidamos com riscos e ameaças a ela, portanto, riscos e ameaças a nós mesmos. A biopolítica responde a eles na forma de um regime preventivo, que procura melhorar a vida, encontrar condições para seu melhor funcionamento, gerindo suas endemias e fatores que lhe poderiam fazer esmaecer. A biopolítica procura fazer viver, e o Controle intensifica ainda mais estas dimensões.

Tratar a comunicação de forma biopolítica e abordá-la de forma pós-estrutural consiste, primeiramente, em entender que a vida como a conhecemos hoje não pode ser desvinculada dos Meios de Comunicação; do campo aos centros urbanos, os sujeitos não podem mais ser separados das diversas modalidades de comunicação mediática que os cercam.

Os Meios de Comunicação modelam formas de existência, modelam sujeitos e formas de sujeição, em última análise, este é o real problema da comunicação quando analisada pelo expediente pós-estrutural, pois neste âmbito, eles se constituem como um dos instrumentos no embate inevitável de todos contra todos ou em um dos instrumentos de prevenção contra os perigos que o próprio homem representa (a ele mesmo) em uma sociedade.

Tentamos, no percurso desta investigação, verificar se os Meios de Comunicação teriam assumido nas sociedades contemporâneas o papel que antes cabia aos Hospitais, Prisões, Hospícios, Manicômios, Escolas, dentre outras instituições que realizavam uma modelagem constante nas formas de ser. Ao que tudo indica, não só assumiram tal papel, como se posicionaram de forma estratégica nesta relação. Foram capazes de suplantar a

posição do próprio Estado como provedor e instituição previdenciária/profilática, que maculado (possivelmente ao se romper o que é de mais precioso ao regime biopolítico) levou a um descrédito social de todas estas instituições de confinamento ligadas a ele, as quais, segundo Deleuze, sobrevivem hoje através de reformas infrutíferas capazes apenas de gerir a agonia de sua inevitável falência.

Ao observarmos os Meios de Comunicação desta forma, seu significado muda tanto quanto muda a maneira de serem entendidos. A herança teórica os coloca geralmente no epicentro de relações de poder caracterizadas como negativas, isto é, relações que subjagam, dominam e determinam os sujeitos diretamente. Caracterizadas assim, não parece ilógico a necessidade de se lutar contra o poder, reagir contra ele e seus efeitos. Enquanto neste signo de “poder repressor”, encontraríamos nele apenas um inimigo ou uma ameaça. Mas, sob o prisma do Pós-Estruturalismo, percebe-se que as relações de poder são também positivas: produzem saberes, formas de ser, e são inerentes a um embate entre todos os sujeitos vivendo socialmente. Estabelecemos relações de poder junto a todos, de forma capilar, microfísica. Não há nada que esteja fora do poder ou além do poder, e portanto, não se trata de um inimigo para enfrentar ou reagir, mas de um instrumento, uma arma, para se inserir nesta teia de relações.

De maneira sintética, vemos que não se deve lutar contra o poder, mas através do poder. E o poder pastoral se exerce precisamente desta forma: sem determinações, castrações, imposições ou repressões; como um bom pastor, aconselha, encaminha, conduz, direciona, deixando a cargo do próprio sujeito que siga a linha traçada. Cabe ao sujeito moldar-se, e se colocar na obrigação de exercer sua sujeição. Trata-se de um relacionamento indireto onde não se incide sobre corpos, condutas, sujeitos ou formas de sujeição, mas se modelam virtudes, ideais, regras e normas, deixando aos sujeitos que se regulem e regulem sua conduta e formas de sujeição.

Em uma expressão bastante significativa de Jesús Martín-Barbero⁵⁶, o que está em questão não é o que fazemos com a comunicação ou os Meios de Comunicação, mas o que fazemos com nós mesmos através deles, uma concepção plenamente pastoral.

⁵⁶ “temos que estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios” (MARTÍN-BARBERO, 1995b:55, previamente citado)

Assim sendo, estamos observando de fato o problema do sujeito e as maneiras como ele se constitui junto a um elemento razoavelmente novo na história, mas que já possuiu versões anteriores em formas e cores diferentes: os Meios de Comunicação são a nova roupagem do que chamamos de agente mediático, isto é, um agente social centralizador, pastoral, investido socialmente para formar este elo comunicacional entre os sujeitos, que mesmo antes da comunicação mediática ou das primeiras formas de comunicação impressa, já se realizava através de outras instituições. O papel de agente mediático é uma categoria funcional exercida – hoje – por eles, mas que pode ser ocupada por qualquer outra instituição no futuro.

Além da concepção de agente mediático, cunhamos alguns conceitos necessários para a realização da desconstrução da comunicação segundo a epistemologia em questão. São eles o Espaço Mediático, o Dispositivo Mediático e o Sujeito Mediático, categorias metodológicas para que possamos realizar uma análise das tensões, intensidades e disputas que estão em jogo nas relações mediáticas. Até o presente momento, contávamos apenas com um diagrama que dividia o processo de comunicação em pontos de difusão e recepção (Emissor – Meio/Mensagem – Receptor), com algumas variações possíveis, objeto de duras críticas como a de Martín-Barbero que aponta nesta concepção um modelo puramente mecânico de como mensagens são distribuídas, deixando de lado o que realmente importaria no processo de comunicação.

Os conceitos propostos aqui são, infelizmente, apenas introdutórios. Há de se dizer que a investigação realizada está longe de ser também infalível. Ela está recheada de imprecisões e reducionismos. Não se trata de leviandade, mas das dificuldades próprias de se explorar caminhos sem uma trilha prévia a ser seguida ou ao menos para servir como referência. Dificuldade agravada ainda por estarmos abordando um saber por si só fragmentado e sem comprometimento com um discurso disciplinado, conciso e eloqüente, muito difícil de ser sistematizado.

Tentamos apontar, mesmo que superficialmente, caminhos e direções possíveis para aproximar o campo da comunicação do pensamento pós-estrutural, sabendo de antemão que dadas as suas heranças teórico-filosóficas, recairíamos em diferenças nevrálgicas e possivelmente irreconciliáveis. Não buscamos encontrar um “meio-termo” tampouco uma conciliação entre elas, mas o que poderia ser dito ou pensado na comunicação através do

Pós-Estruturalismo... e claro, ainda há pouco que pode ser dito ou pensado, já que se faz necessário dialogar com toda a produção histórica sobre comunicação, integralmente estruturalista.

Se este estudo não é capaz de exaurir o tema em questão, fornecer um pensamento bem estruturado e responder de forma definitiva sobre como abordar a comunicação de forma pós-estrutural, biopolítica ou pastoral, ele cumpre ao menos com os objetivos propostos de instigar possibilidades analíticas para o pensamento em comunicação, e tentar trazê-la como parte da problemática pós-estrutural. A questão da comunicação como problema biopolítico, a introdução das Sociedades Disciplinares e Sociedades de Controle como contexto para as práticas de comunicação e as categorias analíticas para desconstrução da comunicação nesta epistemologia parecem ter sido, ao menos, suficientemente introduzidas.

Em conjunto, talvez seja impossível cobrir todas as variáveis e possibilidades que levaram a transformação da Sociedade Disciplinar em Sociedade de Controle. Não é possível afirmar que os Meios de Comunicação foram responsáveis por esta mudança, mesmo que seja inquestionável sua participação no processo, assim como de muitas outras instituições. Esta hipótese continua em aberto.

O questionamento mais difícil, justamente, recai sobre os limites da Biopolítica: ao olhá-la como uma evolução do poder pastoral, encontramos limitações críticas para o conceito. Recusá-lo como foi proposto originalmente por Foucault parece ser a única maneira de explicar através de quais medidas a Sociedade Disciplinar se transformou em Sociedade de Controle. Ao contrário do que formula o autor, observamos que na medida em que a relação pastoral é rompida e seus efeitos indesejáveis são percebidos, dá-se a exigência por um regime ainda mais severo e vigilante contra este exato tipo de equívoco. A necessidade por mecanismos de controle se intensifica cada vez mais, a cada condição indesejável que este mesmo regime deixa escapar, apoiando-se em sua própria ineficiência para aperfeiçoar-se e se enraizar ainda mais.

Este processo responde plena e unicamente às necessidades/desejos de um homem que Nietzsche chamou de “Último Homem”: uma figura monótona, incapaz de correr riscos, ambicionando apenas conforto, segurança e passividade. A Sociedade de Controle

configurou-se para ele como um regime altamente preventivo; um grande sistema de profilaxia contra todo tipo de perigo que este homem não estaria disposto a incorrer. Não tratamos, neste contexto, de um homem que busca por libertação ou emancipação, mas um entendimento de que ele mesmo deseja e inventa a própria prisão, seu próprio apequenamento, e que deles estabelece relações com os demais. Esta ótica não é comum nas reflexões de comunicação.

Após realizada a presente pesquisa exploratória, nos parece que as Ciências da Comunicação carecem maior diálogo com o pensamento de Nietzsche e dos demais pensadores que seguiram sua trilha, seja seu sistemático abandono ocasionado por preconceito, má interpretação ou qualquer outro motivo. Há muitas alternativas ainda inexploradas em como analisar e pensar a comunicação a partir deles.

Definitivamente, este estudo exploratório não é suficiente para consolidar um pensamento pós-estrutural em comunicação. Há a necessidade, se esta linha de pensamento vier a interessar os pesquisadores, de muitos outros estudos exploratórios para que se delimite mais objetivamente como tratar a comunicação de forma pós-estrutural. Assim como uma pesquisa qualitativa explora um universo desconhecido para orientar critérios mais objetivos (geralmente fornecendo insumos para uma pesquisa quantitativa), este estudo fornece insumos para um debate epistemológico sobre a pesquisa em comunicação. Fica claro que para se constituir uma nova frente pós-estrutural na área, toda pesquisa, nestes termos, estará implicitamente entrando neste debates

7. BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007a.
- _____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AKTOUF, Omar. **“O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas” in O Indivíduo na organização volume 2 – dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1994.
- ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BACELLAR, Adriana. **Os meios de comunicação como extensão do mal estar**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d’Água, 1991.
- _____. **“Televisão/revolução: o caso romênia” in Imagem-máquina**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a espada**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CHANLAT, Jean-François (org.). **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1994.
- COELHO Netto, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- CORRADO, Frank M. **A força da comunicação**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- DAHL, Robert. **Democracia y sus críticos**. Madrid: Paidós, 1999.
- DBOARD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- _____. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DONDIS, Donis. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Editora perspectiva, 1976.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos estudos culturais – uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.
- FEITOSA, Charles. **“O que é isto – filosofia pop?” in Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. **“Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a Comunicação”**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v.28 n.2, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

- _____. **Dits et écrits IV**. Paris: Galimard, 1994.
- _____. **“O sujeito e o poder” in Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Ed. Forense universitária, 1995.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.
- FREUD, Sigmund. **“O mal estar na civilização” in Obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1974.
- GADELHA, Sylvio. **“Pensar e viver: problema micropolítico de orientação e de construção.” in Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- GIANNETTI da Fonseca, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos**. São Paulo: Cia. das letras, 2002.
- GUATTARI, Felix. **“Da produção de subjetividades” in Imagem-máquina**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.
- _____. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HARDT, Michael. **“A sociedade mundial de controle” in Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- JAMESON, Fredric. **“Os dualismos hoje em dia” in Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- _____. **O que é o virtual**. São Paulo: Ed.34, 1996.
- _____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- _____. **“A revolução contemporânea em matéria de comunicação” in Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000a.
- LIJPHART, A. **As democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Gradiva, 1989.
- LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Ed. Saga, 1969.
- LINS, Daniel (org.). **Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LINS, Daniel & GADELHA, Sylvio (org.). **Nietzsche e Deleuze – Que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- LAZARSFELD, Paul & MERTON, Robert. **“Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social” in Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Ed. Saga, 1969.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 4a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

- MARCONDES Filho, Ciro. **O espelho e a máscara: o enigma da comunicação no caminho do meio**. São Paulo: Discurso editorial, 2002.
- _____. **Martín-Barbero, Canclini, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana**. Porto Alegre: Revista FAMECOS n.35, 2008.
- MANDELBROT, Benoit. **“Fractais: uma forma de arte à bem da ciência” in Imagem-máquina**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Pré-textos**. Cali: Centro Editorial Universidad Del Valle, 1995a.
- _____. **“América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social” in Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995b.
- _____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MARTINS, F.M. & SILVA, J.M. (orgs.). **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000.
- MCLUHAN, Hebert Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- MENDONÇA, Alexandre Ferreira de. **“Nietzsche e o riso: por uma ‘gaya sciencia’” in Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. **“Nietzsche, ou de como se livrar do ‘dogma da imaculada percepção’” in Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- MENEZES, Philadelpho. **A crise do passado**. São Paulo: Ed. Experimento, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Cia das letras, 1992.
- _____. **Genealogia da moral – uma polêmica**. São Paulo: Cia das letras, 1998.
- _____. **Ecce Homo – como alguém se torna o que é**. São Paulo: Cia das letras, 2003.
- _____. **Aurora – reflexões sobre os preconceitos morais**. São Paulo: Cia das letras, 2004.
- _____. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Cia das letras, 2004b.
- _____. **Humano, Demasiado Humano – um livro para espíritos livres**. São Paulo: Cia das letras, 2004c.
- _____. **Sabedoria Para Depois de Amanhã**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- NORRIS, Christopher. **Deconstruction – Theory and Practice**. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1986.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. **“Política da dobra e cuidado de si ou Foucault deleuziano” in Nietzsche e Deleuze – Pensamento nômade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- PARENTE, André (org.). **Imagem máquina**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- PASSETTI, Edson. **“Ecopolítica: o que pode um corpo?” in Nietzsche e Deleuze – Que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- _____. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- PROENÇA FILHO, Domicio. **Pós-modernismo e literatura**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- RAGO, Margareth & Martins, Adilton L.: **Revista Aulas – Dossiê Foucault N. 3**. Campinas: Universidade de Campinas (UNICAMP), 2006.
- RANOYA, Guilherme. **O indivíduo perante a organização: os laços da propriedade intelectual**. São Paulo: Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2003.

- _____. **Recepção e Propriedade Intelectual in revista Novos Olhares, v. 9.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), 2003a.
- _____. **Estratégias para a mídia digital in revista Novos Olhares, v. 11.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), 2003b.
- _____. **As tecnologias da desmaterialização in revista Novos Olhares, v. 13.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), 2004.
- _____. **Comunicação como extensões do mal-estar in revista Novos Olhares, v. 14.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP), 2004a.
- _____. **Os Produtos Mediáticos e Sua Propriedade Intelectual - questões muito além das portas de empresas informativas in Revista da ESPM v. 13, ANO 12.** São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, CD-ROM Anexo, 2005.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas.** São Paulo: Summus editorial, 1986.
- _____. **Cultura, poder, comunicação e imagem.** São Paulo: Pionera Thomsom Learning, 1992.
- RIBEIRO, Renato Janine. **“Revisitando ‘os intelectuais e o poder’” in Gilles Deleuze: uma vida filosófica.** São Paulo: Editora 34, 2000.
- RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. **“Thoughts on the Concept of Biopower Today” in Vital Politics: Health, Medicine and Bioeconomics into the Twenty First Century.** Londres: London School of Economics, 2003.
- RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **“Invenção Estética & Experimentações de Si” in Videtur-Letras n.6.** São Paulo: Vilnius, 2002.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal estar na modernidade.** São Paulo: Cia. das letras, 1993.
- _____. **O homem e o discurso (a arqueologia de Michel Foucault).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 1996.
- RUIZ, Castor Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário.** São Leopoldo: Negócio unisinos, 2003.
- SAAD, Elizabeth Corrêa. **Estratégias para a mídia digital: internet, informação e comunicação.** São Paulo: Ed. Senac, 2003
- SODRÉ, Muniz. **Entrevista na Revista FAPESP com Gonçalo Junior.** São Paulo: Revista FAPESP, Julho de 2008, Ed. n.149.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1984.
- SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais.** São Paulo: Relume-dumara, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) : **Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da, HARAWAY, Donna & KUNZRU, Hari: **Antropologia do ciborgue.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto & SPEARS, Valéria Rueda Elias. **“Os desafios das organizações no contexto pós-moderno” in Revista de ciências sociais e humanas n° 29.** Piracicaba: Unimep, 2001.
- SOARES, Ismar de Oliveira (org.). **Caminhos da educomunicação.** São Paulo: Ed. Salesiana, 2001.
- SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889-1945).** São Paulo: Ed. Annablume, 2003.

SOUZA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.
_____: **“O lugar social da comunicação mediática” in Caminho da educomunicação**. São Paulo: Ed. Salesiana, 2001.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

VIANA, Francisco. **De cara com a mídia: comunicação corporativa, relacionamento e cidadania**. São Paulo: Negócio editora, 2001.

VIRILIO, Paul. **“A imagem virtual mental e instrumental” in Imagem-máquina**. São Paulo: Ed. 34, 1993.

_____. **“O resto do tempo” in Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000.

WEBER, Max. **“A Política como Vocação” in Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1989.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil e outros escritos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

TRIVINHO, Eugênio. **“Epistemologia em ruínas: a implosão da teoria da comunicação na experiência do ciberespaço” in Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000.

_____. **“O mal-estar da teoria – a condição da crítica na sociedade tecnológica atual”**. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2001.

ZIZEK, Slavoj. **The clash of civilization and the end of history**. Disponível em <http://www.lmd.no/index.php?article=1221>. Acesso e download em 29/03/2007.

FILMOGRAFIA

ACHBAR, Mark & ABBOTT, Jennifer: **The Corporation**. Canadá, 2003: DVD, 145 minutos.

CAMERON, James: **The Terminator**, EUA, 1984: Película, 108 minutos.

_____. **Terminator 2: Judgment Day**, EUA, 1991: Película, 137 minutos.

CHUNG, Peter; JONES, Andy; KAWAJIRI, Yoshiaki; KOIKE, Takeshi; MAEDA, Mahiro; MORIMOTO, Kôji; WATANABE, Shinichirô: **The Animatrix**. EUA, 2003: Película, 102 minutos.

DEBORD, Guy; **La Société du Spetacle**. França, 1973: Película, 88 minutos.

JARDIM, João & CARVALHO, Walter: **Janela da Alma**. Brasil, 2003: Película, 73 minutos.

LISBERGER, Steven: **TRON**. EUA/Taiwan, 1982: Película, 96 minutos.

LUCAS, George: **Star Wars**. EUA, 1977. Película, 121 minutos.

MOSTOW, Jonathan: **Terminator 3: Rise of the Machines**, Alemanha/EUA/Inglaterra, 2003: Película, 109 minutos.

PROYAS, Alex: **Dark City**. EUA, 1998: Película, 100 minutos.

_____. **I, Robot**. EUA, 2004: Película, 115 minutos.

RUSNAK, Josef: **The Thirteenth Floor**, Alemanha/EUA, 1999: Película, 100 minutos.

SCOTT, Ridley: **Blade Runner**. EUA, 1982: Película, 117 minutos.

WACHOWSKI, Andy; WACHOWSKI, Larry: **The Matrix**". EUA, 1999: Película, 136 minutos.

_____ **The Matrix Reloaded**. EUA, 2003: Película, 138 minutos.

_____ **The Matrix Revolutions**. EUA, 2003: Película, 129 minutos.

WELLES, Orson: **Citizen Kane**. EUA, 1941: Película, 119 minutos.

WIMMER, Kurt: **Equilibrium**. EUA, 2002: Película, 107 minutos.

ZEMECKIS, Robert: **Forrest Gump**. EUA, 1994: Película, 142 minutos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)